

MURA

Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal





Revista de História,
Arqueologia e Património

Moura | Portugal



Ficha Técnica

Título: Lacant - Revista de História, Arqueologia e Património

Autor: Vários

Edição: Câmara Municipal de Moura | Divisão de Cultura, Património e Desporto

Design gráfico: Câmara Municipal de Moura | Gabinete Comunicação e Relações Públicas

Impressão: Gráfica Limitada

Tiragem: 100 exemplares

Depósito Legal: 489706/21

ISSN: 2184-9587

Nota de Abertura

As lendas, os mitos, as pequenas grandes histórias que fomos ouvindo os nossos pais e avós contarem, fazem parte da nossa memória colectiva e ajudam-nos a construir o nosso sentimento de pertença a esta comunidade. Quem não ouviu falar na importância que Moura teria durante o período Romano? Qual o habitante do nosso concelho que não conhece de cor a lenda da Moura Salúquia? Quase todos nós já ouvimos, com certeza, uma das muitas histórias que aludem aos supostos tesouros escondidos na Serra da Adiça. Também nos será extremamente difícil encontrar um único conterrâneo que não tenha conhecimento dos actos heróicos dos moradores de Santo Aleixo, durante as guerras da Restauração e da Sucessão Espanhola.

A História e a Arqueologia, não tendo como papel fundamental desmentir ou confirmar os mitos e lendas, ajudam-nos, por vezes, a encontrar explicações plausíveis para a sua origem. Foi assim que descobrimos que uma “Salúquia” efetivamente existiu. Não seria, contudo, uma bela alcaidessa, mas sim a designação da torre principal do sistema defensivo muçulmano de Moura. Também as lendas das riquezas e tesouros escondidos da serra da Adiça poderão ter origem na intensa ocupação humana e exploração dos seus abundantes recursos mineiros, pelo menos, desde a Idade do Bronze. Também a relevância tradicionalmente apontada à Moura Romana, recomeça a fazer sentido, embora não exatamente nos mesmos moldes que Fragoso de Lima defendeu no século passado.

Mesmo acontecimentos históricos reais, como os acontecidos em Santo Aleixo da Restauração, são muitas vezes tratados de forma a adequarem-se a determinados propósitos, colocando a ênfase em certos aspectos, em detrimento de outros. Todos conhecemos e reconhecemos a resiliência e capacidade de sacrifício dos Santo Aleixenses, mas como seria também o dia a dia de um morador no concelho de Moura e em particular na então Vila, durante esses períodos tão conturbados?

Como já disse, os historiadores e os arqueólogos não determinam os assuntos que abordam nos seus trabalhos de investigação com o intuito de confirmar ou desmentir lendas e mitos. A nossa intenção é reconstituir o passado da forma mais exaustiva e abrangente possível, muitas vezes chamando a atenção para temas como a escravatura no período moderno, que já se desvaneceram da nossa memória, mas que devido à sua relevância têm de ser devidamente tratados e destacados.

A pouco e pouco, os resultados de anos de trabalhos arqueológicos e estudo dos materiais recuperados, das incontáveis horas dedicadas à leitura de documentos nos arquivos locais e nacionais, vão dando os seus frutos. Em boa hora a Câmara Municipal de Moura decidiu avançar com a publicação da Revista Lacant, como forma de dar “guarda” ao muito que, felizmente, se vai fazendo por cá, nestas áreas.

E há ainda tanto por fazer e descobrir.

As Minas Pré-Históricas do Concelho de Moura

António Manuel Monge Soares

Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares (C2TN), Departamento de Ciências e
Tecnologias Nucleares, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa
amsoares@ctn.tecnico.ulisboa.pt

Sofia Mesquita Soares

Unidade de Geologia, Hidrogeologia e Geologia Costeira,
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP (LNEG)
sofia.soares@lneg.pt

Rui Manuel Gusmão Monge Soares

UNIARQ, Centro de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Câmara Municipal de Silves
ruigusmao@hotmail.com

Introdução

O concelho de Moura situa-se na margem esquerda do Guadiana, na unidade geotectónica da Zona de Ossa-Morena (ZOM). São conhecidas na região diversas ocorrências mineiras, designadamente de cobre, ferro e chumbo/zinco associadas a distintos sistemas mineralizantes (Fig. 1). Considerando a delimitação das faixas com potencialidade mineira da ZOM, as mineralizações abordadas no presente trabalho ocupam as Faixas de Arraiolos - Santo Aleixo (Courela da Arradinha /Sto. Aleixo) e Montemor-o-Novo - Ficalho (as restantes). A heterogeneidade do tipo de mineralizações existentes nesta última faixa permite ainda a sua divisão em várias tipologias, como sejam as mineralizações sulfuretadas de Zn – Pb (-Ag-Sb-Au) (caso da mina da Preguiça) ou mineralizações de Cu associadas a actividade hidrotermal controlada por zonas de falha (caso da mina de cobre de Rui Gomes)¹.

A investigação arqueológica permite afirmar que a metalurgia mais antiga que surgiu no sul de Portugal é a de base cobre, datada dos inícios do III milénio a.C. (Calcolítico)², seguindo-se a do ouro, durante a segunda metade desse milénio (Calcolítico Final/Campaniforme)³, e a da prata nos inícios do II milénio a.C. (Bronze Pleno)⁴, enquanto que as do ferro e do chumbo surgem já em tempos proto-históricos e históricos (Idade do Ferro, Época Romana). Uma vez que se desconhece a existência da exploração de minérios de ouro e de prata no concelho de Moura durante a Pré-História, a nossa atenção irá focar-se essencialmente nos depósitos de minérios de cobre deste concelho e, especialmente, naqueles com indícios de exploração na Antiguidade, designadamente na Pré-História.

Por outro lado, procura-se também, com este trabalho, dar um contributo para estudos de proveniência do cobre utilizado em artefactos pré e proto-históricos encontrados em sítios arqueológicos do concelho de Moura ou de concelhos limítrofes. Para isso, irão apresentar-se as assinaturas isotópicas do chumbo (Pb) já determinadas para minérios de cobre das minas que constituem o foco deste trabalho. Deverá referir-se que as razões isotópicas do Pb (as designadas assinaturas isotópicas) dos metais constituem a ferramenta mais utilizada e mais fiável para determinar a origem do metal utilizado na manufactura de qualquer artefacto metálico. Para isso faz-se a comparação entre a assinatura isotópica do Pb desse metal e a de um minério de uma determinada mina. Se houver coincidência entre as assinaturas isotópicas, isso indicia que o metal (no nosso caso o cobre) terá a sua origem no depósito cujo minério tem uma assinatura isotópica coincidente com a do metal do artefacto em causa.

¹ Mateus *et al.*, 2013.

² Valério, Soares e Araújo, 2016

³ Soares *et al.*, 2017

⁴ Soares *et al.*, 2021

As minas de cobre

A mina de Rui Gomes

A mina de cobre de Rui Gomes situa-se a sudeste de Moura, a cerca de 11 km (Fig. 2). Neste jazigo identificaram-se diversos minerais, nomeadamente calcopirite, pirite, malaquite, goethite e siderite. Foi identificado em meados do séc. XIX por Carlos Ribeiro, devido ao aparecimento de minerais de cobre junto a escavações antigas, designadamente de quatro poços que se encontravam entulhados⁵. Alguns anos mais tarde, Pereira da Costa, um dos pioneiros da Geologia e da Arqueologia portuguesas publica, julga-se que pela primeira vez, um trabalho sobre martelos mineiros de pedra (cinco) encontrados junto a esta mina, reproduzindo o desenho de um deles (Fig. 3)⁶. Pereira da Costa refere que "*os cinco martellos foram achados a uns 3 metros de profundidade, envolvidos no desmonte e terra dos entulhos, que enchem uma escavação oblonga, que é o trabalho mais antigo d'esta mina*". Os martelos resultariam do aproveitamento de calhaus rolados, com uma forma "*ovular ou ellipsoidal irregular*", nos quais foi efectuado um "*sulco annular* [para encabamento], *que os divide transversalmente e quasi pelo meio do eixo maior*". Estes instrumentos têm um comprimento de eixo maior que varia entre 24 e 15 cm, sendo o martelo maior e o menor, ambos de "*schisto cristallino verde*", os únicos observados por Pereira da Costa.

Os poços entulhados seriam mais recentes, nomeadamente o designado Poço Velho (Poço S. Carlos), uma vez que este tem uma galeria associada, na qual foi encontrada "*uma moeda romana de cobre* [de Claudio]" e "*alguns fragmentos de lanternas de barro*". À superfície, numa das visitas que efectuámos à mina de Rui Gomes, encontrámos um fragmento de tégula (Fig. 4, nº 1), muito provavelmente um pequeno vestígio da exploração romana deste depósito mineiro. Já os martelos mineiros seriam atribuíveis "*aos tempos prehistoricos*", uma vez que nas minas de El Milagro, nas Astúrias, e de Cerro Muriano, na região de Córdoba, tinham sido encontrados, em contextos bem datados da Pré-História, instrumentos muito semelhantes ou idênticos a estes⁷. Note-se, por outro lado, que os martelos mineiros provinham do entulho de uma escavação oblonga considerada, por Pereira da Costa, como o vestígio da exploração mineira mais antiga da mina de Rui Gomes, e não do preenchimento de qualquer dos poços.

Deverá referir-se também que, aquando da primitiva delimitação da mina de Rui Gomes, é referido por Capello (1859) a existência, na área em causa, de dois locais já com vestígios de trabalhos mineiros: a mina de Rui Gomes, propriamente dita, e o Outeiro das Minas, que lhe fica muito próximo (Fig. 5).

⁵ Flores e Araújo, 1945

⁶ Pereira da Costa, 1870

⁷ Pereira da Costa, 1870, p. 76

Contudo, aos poços do Outeiro das Minas não lhes é atribuída uma idade precisa, ignorando-se se são ou não coevos dos da mina de Rui Gomes atribuíveis à Época Romana.

A mina de Rui Gomes, mais precisamente os martelos mineiros aí encontrados, são também referidos, um pouco mais tarde, por Estácio da Veiga⁸, como exemplos dos "*percutores de sulco circundante*", "*primitivos instrumentos de exploração mineira*" que têm "*sido achados em poços e galerias de reconhecido trabalho antigo*".

Muitos anos mais tarde, a mina de Rui Gomes, a sua história de exploração, bem como os achados de âmbito arqueológico nela registados, voltam a ser alvo de atenção, designadamente os martelos mineiros de pedra⁹. Os autores, depois de referirem que alguns martelos têm sido encontrados por pessoas de Moura¹⁰, informam que encontraram, próximo do Poço Velho, 22 daqueles artefactos e "*uma pedra grosseiramente paralelepípedica com escavações nas faces maiores*", um "*primitivo almofariz para trituração do minério*"¹¹. Os martelos, na sua maior parte obtidos a partir de calhaus rolados, "*são de pedra muito dura - xisto verde anfíbólico, quartzite e diorito -; têm a forma elipsoidal, com sulco circundante no seu menor perímetro*"¹². As dimensões são variáveis, parecendo existir dois grupos: um, com eixos medindo, em média, cerca de 19x15 cm, e um outro, com dimensões de cerca de 11x8 cm. Para além destes artefactos, mencionam que "*a cerca de 30 metros do Poço Velho encontram-se três fundos de cabana com 3,50 metros de diâmetro*"¹³. Contudo, não são descritos esses fundos de cabana, nem referidos quaisquer artefactos deles provenientes. Deverá notar-se, por outro lado, que os dois autores deste trabalho que se tem vindo a citar foram acompanhados na visita à mina de Rui Gomes por António Duarte, funcionário do Museu de Moura, que procedeu a escavações no Castro da Azougada e que, nesse ano de 1945, publicou uma interessante notícia no Jornal de Moura sobre o arranjo, no ano anterior, de um caminho romano que vai de Moura ao rio Ardila. Essa obra permitiu a descoberta do povoado calcolítico de Porto Mourão, junto àquele rio, e onde se observavam "*a pequena profundidade, vários cinzeiros nos quais foram encontrados alguns instrumentos de pedra, cerâmica e numerosos ossos fragmentados*". Os cinzeiros são, muitas vezes interpretados, na literatura da época, como fundos de cabana.

Em 2017, visitámos a mina de Rui Gomes tendo encontrado próximo do Poço Velho dois martelos mineiros e fragmentos de dois outros (Fig. 6A). Na escombreira deste poço (Fig. 6B) observavam-se alguns fragmentos de minérios de cobre, designadamente de calcopirite e de malaquite, bem como alguns materiais vitrificados, possíveis escórias (Fig. 7), não tendo sido observados quaisquer restos de fundos de cabana. Os martelos mineiros recolhidos (um de quartzito e outro de pórfiro), com muitos vestígios de uso (polos

⁸ Veiga, 1891, p. 157

⁹ Flores e Araújo, 1945

¹⁰ Manuel Heleno, Director do Museu Nacional de Arqueologia, na visita que realiza a Moura, em Outubro de 1944, observa na colecção do Dr. Fragoso de Lima, 53 martelos de sulco circundante provenientes da mina de Rui Gomes, que atribui ao Calcolítico ou à Idade do Bronze (Heleno, 1944).

¹¹ *op. cit.*, fig. 8

¹² *op. cit.*, figs. 2 a 7

¹³ *op. cit.*, p. 299

muito massacrados), pertencerão ao segundo grupo definido por Flores e Araújo devido às suas dimensões (c. 12x10 cm). Os dois fragmentos (um de tufo vulcânico básico e o outro de quartzito) constituídos, cada um, por uma grande lasca que se desenvolve desde um dos polos até ao sulco de encabamento, deverão pertencer a martelos do primeiro grupo, uma vez que mediriam cerca de 23 cm de eixo maior.

Quanto aos materiais vitrificados atrás mencionados, que poderão ser interpretados como escórias, deverá referir-se que, numa visita anterior, em 1996, foram também recolhidos vários destes fragmentos, podendo observar-se, em alguns deles, pequenos restos de carvão. Com o intuito de determinar a idade de formação dessas possíveis escórias, após se retirarem vários desses restos, foram os mesmos objecto de datação pelo radiocarbono. O resultado obtido ICEN-1387 32260 +4320/-2800 BP constituiu uma surpresa, dado que a operação de que resultaram os materiais vitrificados em causa não poderia ter a idade determinada. A explicação deverá residir na utilização de um carvão mineral (porventura, hulha ou coque), o qual não possui radiocarbono, pelo que a data obtida resultará da amostra datada estar contaminada com carbono moderno. Uma vez que é desconhecida a utilização do carvão mineral na Pré-História ou na Antiguidade Clássica, os materiais vitrificados em causa serão relativamente recentes, dos finais do séc. XIX ou dos inícios do séc. XX, quando a mina esteve em laboração. No entanto, a informação disponível é a de que, nessa altura, o minério extraído poderia ser concentrado e exportado, mas não reduzido à boca da mina, como estes dados de Rui Gomes parecem indicar. Por outro lado, ainda, deverá referir-se que as possíveis escórias, como se pode observar na Figura 7, são de pequeno tamanho, muito leves, resultantes de um arrefecimento de um líquido em fusão de grande viscosidade com libertação de muitos gases, por conseguinte muito diferentes de escórias de sangrado que seriam mais expectáveis para uma data relativamente recente de exploração desta mina. Uma outra hipótese é a de que seriam o resultado de alguma tentativa grosseira, episódica, levada a cabo em Rui Gomes para obter o cobre, mas cujo resultado terá sido frustrante e não terá tido seguimento, dado que a quantidade de material vitrificado na escombreira não parece ser grande.

A mina de Monte Judeu

A mina de cobre de Monte Judeu é referida, pela primeira vez por Estácio da Veiga¹⁴, que escreve que, nesta mina, "*fôram achados não sómente numerosos percutores de sulco central, como um perfeito polidor subcylindrico de schisto crystalino aphanítico, um peso de fuso de grés quartzoso, uma conta da mesma pedra e outros diversos objectos alli deixados ou perdidos pelos mineiros, que acharam o cobre e uma enorme quantidade de grandes crystallisações de quartzo, que mui provavelmente aproveitariam para lascas cortantes de mais afilado fio que as de silex.*"

¹⁴ Veiga, 1891, p. 157

Tendo em conta esta descrição parece, por conseguinte, que além dos instrumentos de mineração também foram encontrados vestígios do acampamento mineiro, porventura uma situação semelhante à registada na mina de Fajoas, Portel¹⁵. Contudo, um de nós (AMMS) que, em 2000, procurou localizar a mina de Monte Judeu, seguindo informações e o topónimo referido acima, apenas encontrou uma pedreira de mármore, de cronologia aparentemente romana, situada no local ou próximo do local onde se situaria a referida mina (ver Fig. 2). Note-se que esta mina de cobre não consta na Carta de Ocorrências Mineiras do Alentejo e Algarve¹⁶, pelo que a sua existência deverá ficar em aberto.

A mina da Corujeira

A mina da Corujeira é um pequeno depósito filoniano de cobre na Formação dos xistos de Moura, não muito longe da mina de Rui Gomes (Fig. 2) e inclui na sua paragénese calcopirite, malaquite e bornite. A primeira notícia sobre este depósito mineiro é constituída por um relatório sobre o mesmo elaborado por Carlos Ribeiro¹⁷. Nele se pode ler: "*a mina de cobre da Crugeira está situada a 2 leguas ao SO. da villa de Moura, afflorando na herdade d'aquelle nome, e em ambas as margens da ribeira do Toitalga, uma das principais affluentes do Ardila*". Carlos Ribeiro refere que "*ha n'esta parte do paiz jazigos metalliferos eruptivos e de contacto em Barrancos, Ruy Gomes e Machados, e filões propriamente ditos, todos de cobre e ferro*"; refere igualmente a existência de "*velhos trabalhos*", "*parte dos quaes, se não todos, já foram conhecidos e trabalhados pelos romanos*", como é o caso da Corujeira. O filão da Corujeira "*foi examinado [por Carlos Ribeiro] en un dos poços aberto pelos romanos, e que ultimamente se desentulhou até 30 metros de fundura*", sendo constituído por "*pyrite cuprica*" [calcopirite] e "*carbonato verde [malaquite] distribuido pela fendas e cavidades da matriz*".

Carlos Ribeiro não especifica por que motivo atribui aos romanos os trabalhos antigos aí observados. Na visita que efectuámos à mina da Corujeira, nos vestígios existentes na margem direita da ribeira da Toutalga não observámos nas escombrelas quaisquer artefactos pré-históricos, nomeadamente martelos de pedra. Apenas um fragmento de tégula (Fig. 4, nº 2) foi encontrado próximo de um dos poços, o que por si só não permite, quanto a nós, atribuir uma cronologia relativamente precisa aos primeiros trabalhos de exploração desta ocorrência mineira.

A mina da Preguiça

A mina da Preguiça, como é vulgarmente conhecida na região, é, na realidade, constituída por duas minas contíguas: mina de Vila Ruiva e mina da Preguiça 2 (Fig. 2), apresentando mineralizações de Zn-Pb

¹⁵ Soares *et al.*, 2020

¹⁶ Matos e Filipe (Coords.), 2013

¹⁷ Ribeiro, 1859

(Ag) encaixadas em calcários dolomíticos do Câmbrio¹⁸. Ambas integram a mesma unidade geológica e em ambas se desenvolve um potente chapéu de ferro com enriquecimento secundário em zinco, além de alguns minerais de ferro. Vila Ruiva foi objecto de exploração relativamente recente (séc. XX), mas na mina da Preguiça existem, segundo Goinhas¹⁹, trabalhos mineiros de pesquisa efectuados em diversas épocas, algumas aparentemente antigas, embora sem precisar. Nos calcários encaixantes ocorrem impregnações de pirite e calcopirite, segundo Gomes, Barros e Araújo²⁰ e Patinha²¹. A mineralogia descrita para a Preguiça integra, entre outros, galena, goethite, hematite, hidrozinquite (flor de zinco), descloizite, siderite e smithsonite. Não sabemos se as mineralizações de cobre do chapéu de ferro/calcários encaixantes foram objecto de alguma exploração durante a Pré-História, mas como um bloco de calcopirite, encontrado na Serra da Preguiça, provavelmente proveniente destas ocorrências mineiras e guardado no Monte dos Lameirões (Safara), foi amostrado para determinar a sua assinatura isotópica (de Pb), julgamos que a mina da Preguiça devia ser aqui mencionada.

A mina da Arradinha ou Courela(s) da Arradinha | Santo Aleixo

A mina da Arradinha situa-se próximo de S. Aleixo da Restauração (Fig. 8). A mineralização filoniana da Courela da Arradinha (Santo Aleixo) é caracterizada pela presença de calcopirite e pirite, e desenvolve-se nos metavulcanitos máficos do Complexo vulcano-sedimentar de Moura-Santo Aleixo. Tal como acontece na Preguiça, existe uma outra ocorrência mineira contígua, caracterizada pela mesma mineralogia, conhecida por Chada ou Achada de João Alves (Fig. 1) ou mina dos Franceses (em documentos dos finais do séc. XIX²²). Também aqui não conseguimos observar vestígios de qualquer destas ocorrências mineiras, devido a se situarem em terrenos que se encontram actualmente vedados. Mas, ao contrário, do que sucede com a mina de Monte Judeu, a sua existência não se coloca em dúvida (Fig. 9), pois vária documentação a elas referentes se encontra arquivada no LNEG²³.

Assim, o Eng. de Minas Lourenço Malheiro²⁴ escreve no seu "*Reconhecimento do jazigo de cobre sito nas Courellas da Arradinha*" que, neste, "*as partes metalizadas são compostas de carbonatos de cobre [malaquite], em geral cristalizado em ângulos divergentes, as pirites cupricas [calcopirite] e o cobre panaché [bornite], dominando esta espécie. Vê-se também em alguns pontos o óxido vermelho de cobre [cuprite]*". E acrescenta, mais adiante nesse relatório, "*encontram-se pelo lado poente do Cerro da Arradinha alguns vestígios de trabalhos mineiros antigos, como em muitas outras partes desta região, onde existe um*

¹⁸ Piçarra et al., 2007

¹⁹ Goinhas, 1971, p. 78

²⁰ Gomes, Barros e Araújo, 1959

²¹ Patinha, 2002, p. 178

²² Malheiro, 1874

²³ Malheiro, 1868, 1874

²⁴ Malheiro, 1868

grande número de jazigos reconhecidos. Que povos vieram estabelecer aqui a sua indústria mineira? pergunta-se naturalmente. Junto a Safara encontraram-se objectos curiosos que podem dar alguma luz sobre a história das origens da indústria mineira entre nós. Encontrou-se o pé de um vaso ou lâmpada de cobre, cuja cobertura representa um touro [Fig. 10]. Estes objectos são de um trabalho bastante acabado. Próximo a este lugar encontrou-se também uma urna de barro escuro contendo ossos humanos. Portanto este touro é evidentemente um símbolo religioso. O cobre é naturalmente extraído das nossas minas. O estado dos ossos prova uma notável antiguidade. Que povos trouxeram pois para o ocidente este símbolo da força, da serenidade e do trabalho? Não basta decerto estes documentos para precisar uma época, nem reconhecer uma raça; mas é com estas migalhas que se faz a história. É por não achar inteiramente estranho ao conhecimento das origens da industria mineira consignei aqui este facto".

Este texto extraordinário diz bem sobre o interesse que a Arqueologia despertava nos pioneiros da Geologia e da moderna exploração mineira no nosso país. Além disso, lança uma luz nova sobre a descoberta do Thymiaterion de Safara. Este artefacto, que possui um recipiente, encimado por um touro deitado, onde se queimavam substâncias aromáticas como, por exemplo, o incenso, tinha, com certeza, ligações a rituais e/ou funções religiosas nas ocupações sidéricas de carácter orientalizante dos séculos VII-VI a.C. Foi inicialmente publicado por Leite de Vasconcelos²⁵, que o comprou para o Museu Etnológico Português (actual Museu Nacional de Arqueologia). Leite de Vasconcelos, em dois pequenos papéis de notas, registou que o Thymiaterion teria sido encontrado na década de 1870, durante escavações na vinha de António de Brito, sita em Safara²⁶. Mas, sabemos agora, a sua descoberta foi anterior a essa data, uma vez que o texto de Lourenço Malheiro, que citámos atrás, lhe é anterior. Parece também que estaria associado a uma sepultura de incineração ("urna de barro escuro contendo ossos humanos") ou, talvez, no local onde se encontrou existiria um cemitério datado dos séculos VII-VI a.C. Haveria, pois, todo o interesse em descobrir onde existiria a tal vinha de António de Brito.

Por fim, quanto às ocorrências mineiras da Achada de João Alves, a documentação consultada é omissa sobre a antiguidade dos vestígios aí existentes e, no que se refere à Arradinha, Lourenço Malheiro parece, tendo em conta a referência ao Thymiaterion, atribuir a uma época anterior à dos romanos os vestígios antigos aí encontrados.

Assinatura isotópica de chumbo dos minérios

A comparação entre as razões isotópicas do chumbo (Pb), determinadas nos artefactos metálicos e nos minérios donde provem o metal, constituem, desde meados do século passado, a ferramenta mais utilizada e mais fiável para determinar a origem geológica do metal utilizado na manufactura dos objectos

²⁵ Vasconcelos, 1924, pp. 34-35

²⁶ Vasconcelos [s/d]

metálicos. Essa fiabilidade advém, por um lado, de que nas diversas reacções que ocorrem durante as operações metalúrgicas (redução do minério ou operações de fundição) não ocorre fraccionamento isotópico do Pb, isto é, as razões isotópicas do Pb existentes no minério são as mesmas que irão existir no metal dele proveniente e no artefacto manufacturado a partir deste. Por outro lado, os teores dessas razões isotópicas dependem de como se formou o depósito mineral em causa, bem como da idade dessa formação, pelo que cada depósito mineral terá uma assinatura isotópica específica. São quatro os isótopos estáveis do Pb que existem no meio ambiente e que se utilizam nestes estudos: ^{204}Pb , ^{206}Pb , ^{207}Pb e ^{208}Pb . O ^{204}Pb é um isótopo estável, *primevo*, enquanto os outros três, também estáveis, são os elementos terminais das designadas Séries de Urânio (^{238}U e ^{235}U) e Tório (^{232}Th). As razões isotópicas vulgarmente utilizadas são as de $^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, $^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, $^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$, $^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$ e $^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$. São, pois, os valores destas razões isotópicas que se apresentam na Tabela 1.

Tabela 1. Razões isotópicas de Pb - minérios de cobre

Mina	Mineral	$^{206}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	$^{207}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	$^{208}\text{Pb}/^{204}\text{Pb}$	$^{208}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$	$^{207}\text{Pb}/^{206}\text{Pb}$	Observações
Rui Gomes	Calcopirite	21.2904	15.7880	41.1989	1.93510	0.74156	Soares et al., 2020
Rui Gomes	Calcopirite + malaquite	19,3157	15.6835	39.5547	2.04781	0.81196	Inédita
Rui Gomes	Calcopirite	19.170	15.683	39.471	2,0590	0,8181	Gauß, 2016
Rui Gomes	Calcopirite	19,536	15,680	39,726	2.0335	0,8026	Gauß, 2016
Corujeira	Calcopirite	18.3570	15.6240	38.6380	2.10481	0.85112	Soaresetal., 2020
Corujeira	Calcopirite + malaquite	21,011	15,689	40,176	1,9021	0,7503	Gauß,2016
Corujeira	Calcopirite + malaquite	19,665	15,683	39,471	2,0430	0,7978	Gauß,2016
Preguiça	Calcopirite	18.6187	15.6516	38.7552	2.08152	0.84064	Soaresetal., 2020

Embora se disponha de um conjunto ainda com poucos valores, estes dados são importantes e serão característicos dos artefactos de cobre com origem nestas minas (ver, por exemplo, Soares *et al.*, 2020), isto é, esses artefactos terão uma assinatura isotópica coincidente ou compatível com as constantes da Tabela 1.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se fazer um ponto de situação no referente ao conhecimento existente sobre as minas de cobre do concelho de Moura na vertente da sua eventual exploração durante os tempos

pré-históricos. Para isso, além das visitas efectuadas com recolha de amostras de minérios para determinação das correspondentes assinaturas isotópicas do chumbo, procurou-se também consultar diversa documentação referente a estas minas, designadamente a existente no LNEG, correspondente a reconhecimentos e planos de lavra elaborados por geólogos e engenheiros de minas na segunda metade do séc. XIX, isto é, nos inícios da exploração moderna dos jazigos em causa. Assim, as minas de Rui Gomes, Corujeira e Arradinha terão tido trabalhos de exploração mineira em Época Romana, mas provavelmente também em tempos anteriores, de que os martelos mineiros encontrados na mina de Rui Gomes constituem testemunho. Quanto à mina de Monte Judeu, referida pela primeira vez por Estácio da Veiga, parece não ter existência e a referência deste pioneiro da arqueologia portuguesa, que depois é reproduzida em outros trabalhos sobre arqueologia mineira, terá sido baseada em informação porventura correspondente a uma outra mina, talvez com o mesmo nome, mas localizada em outra região, não no concelho de Moura. Também os materiais vitrificados, possíveis escórias, existentes nas escombreyras da mina de Rui Gomes são de difícil explicação, uma vez que parecem ser relativamente modernos.

Por fim, deverá realçar-se que a documentação consultada, além de indicar a existência de trabalhos antigos, porventura anteriores à Época Romana, prova bem que vários pioneiros da geologia portuguesa estavam atentos à arqueologia mineira, procurando interpretar e datar os vestígios antigos de exploração dos jazigos com que se deparavam. No caso da documentação referente à mina da Arradinha, datada de 1868, a referência á descoberta do Thymiaterion de Safara, torna esta documentação o mais antigo testemunho sobre este interessante artefacto orientalizante, mais tarde adquirido por Leite de Vasconcelos para o actual Museu Nacional de Arqueologia.

Fig.1 - Minas de cobre (círculos verdes), ferro (círculos roxos) e chumbo/zinco (círculos rosas) do concelho de Moura (dentro da elipse), em excerto da Carta de Ocorrências Mineiras do Alentejo e Algarve, Esc. 1:400 000 (Matos e Filipe (Coords.), 2013). Onde se lê Coroadá, deverá ler-se Corujeira.

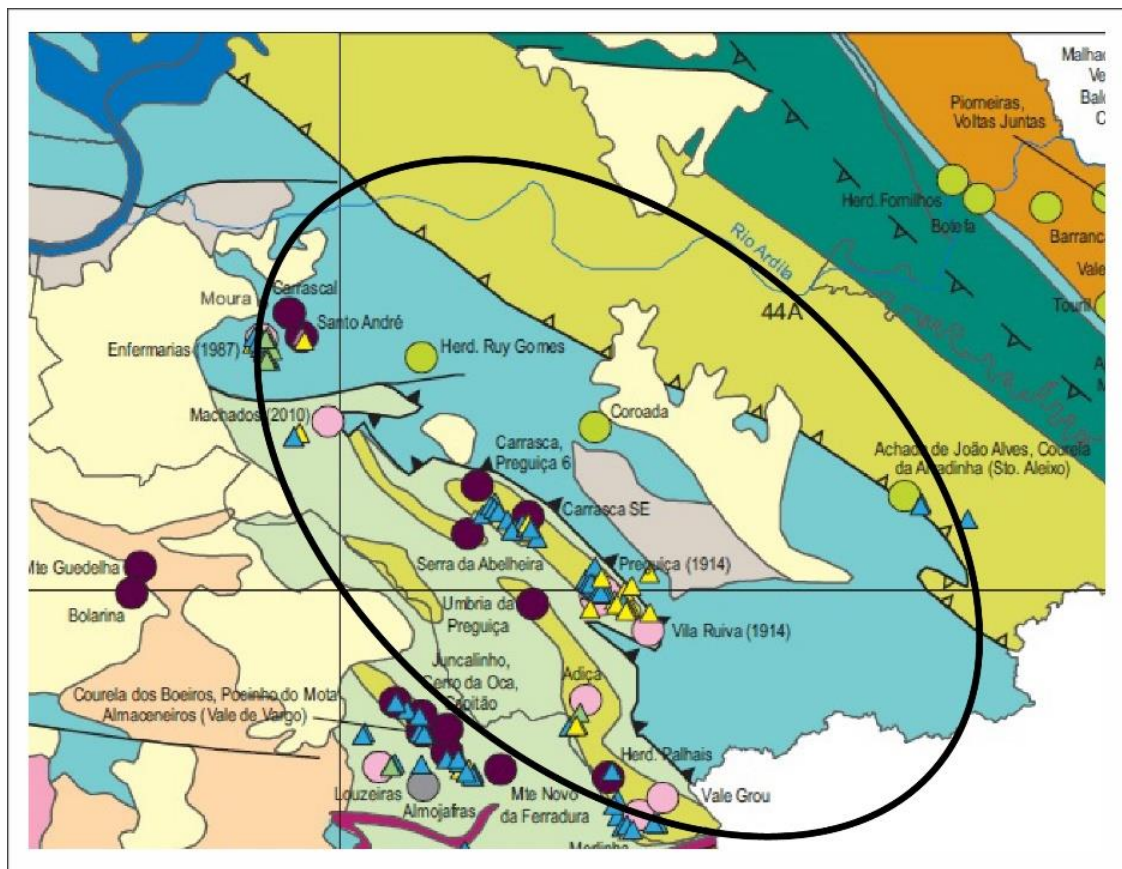


Fig. 2 - Localização das minas de Rui Gomes

(1), Corujeira (2), Monte Judeu (3) e Preguiça (4) na CMP, Esc. 1:25 000, Folhas 513 e 524.

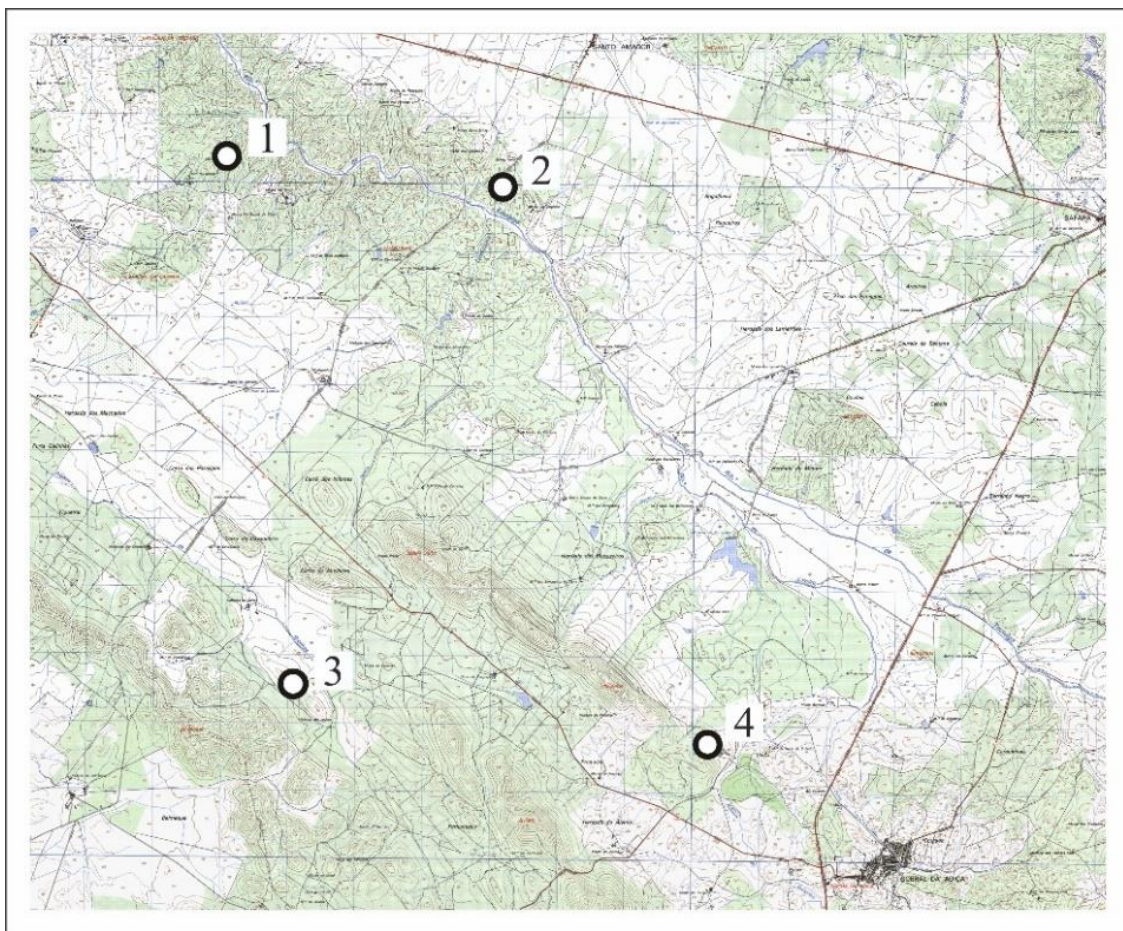


Fig. 3 - Desenho de um dos martelos mineiros da mina de Rui Gomes publicado por Pereira da Costa (1870).



Fig. 4 - Fragmentos de telhas das minas de Rui Gomes (à esquerda) e da Corujeira (à direita)



Fig. 6

A - martelos mineiros da mina de Rui Gomes.

B - aspecto da escombreira junto ao Poço Velho ou Poço S. Carlos.



Fig. 7 - Escórias da escombreira do Poço Velho.

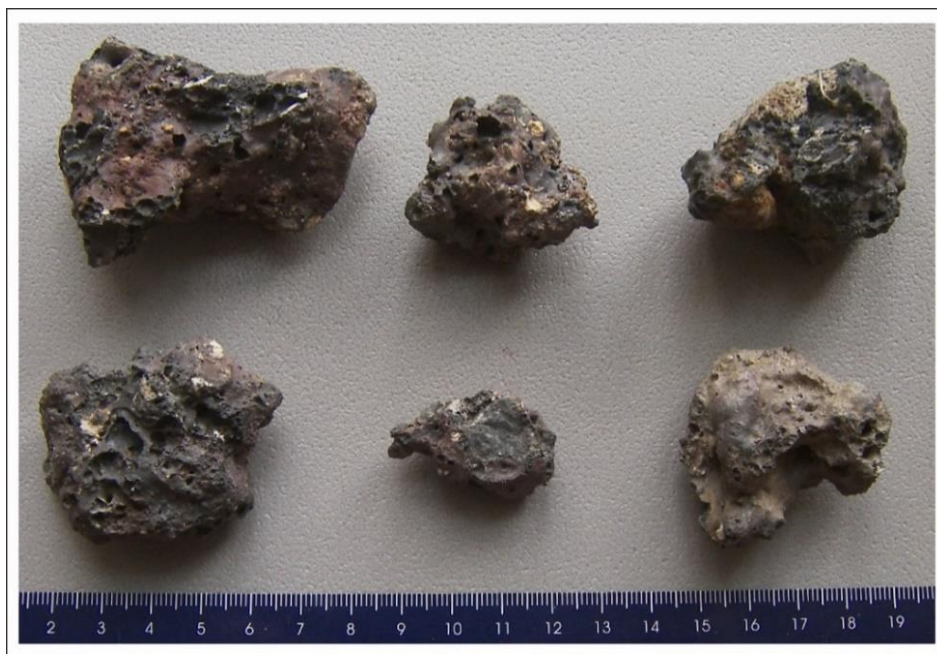


Fig. 8 - Localização da mina da Arradinha na CMP, Esc. 1:25 000, Folha 514.

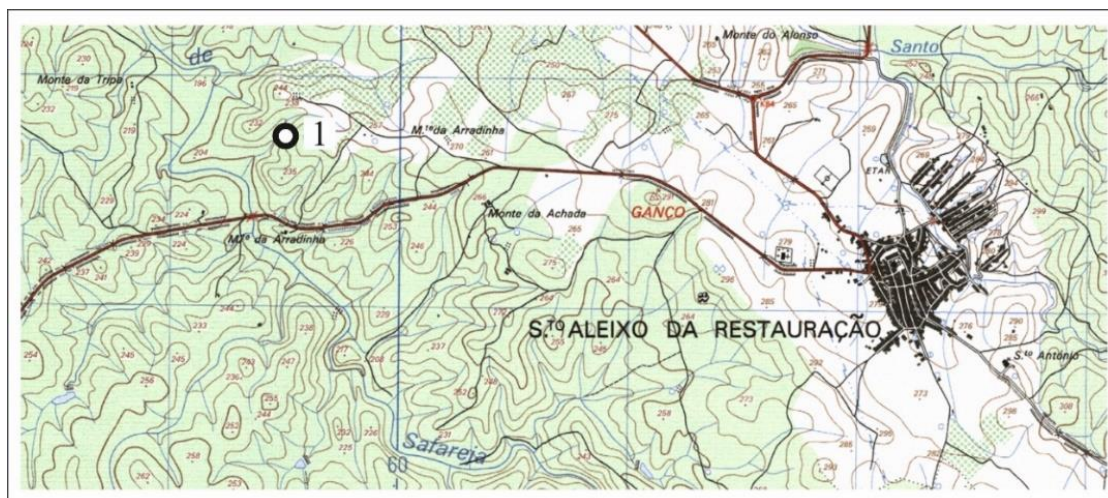


Fig. 9 - Localização da Mina da Arradinha (A) e da mina dos Franceses ou da Achada de João Alves (B), segundo cartografia existente na documentação ID12944 do LNEG.

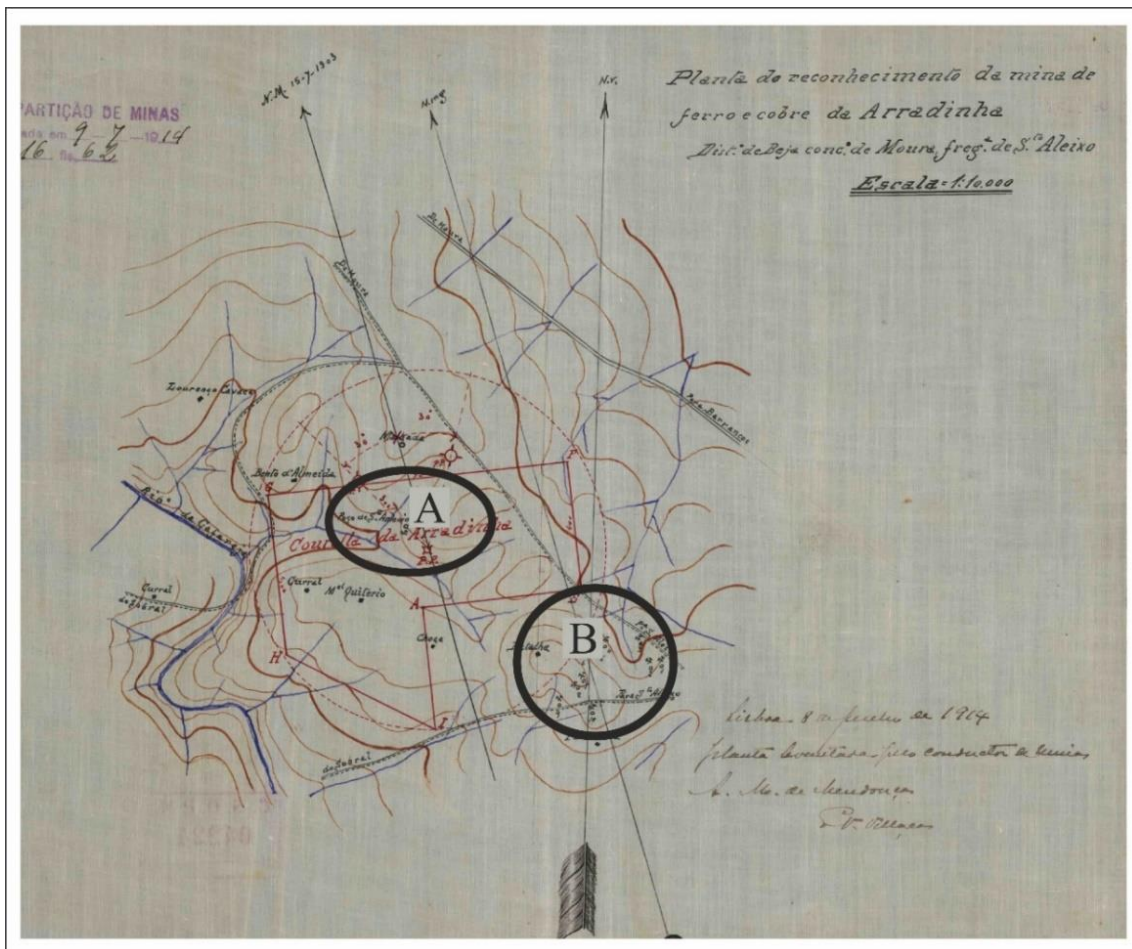


Fig. 10 - Thymiaterion de Safara, segundo Graells I Fabregat, R.; Jiménez Ávila, J. e Nicolás Mascaró, J.C. (2014, Figs. 3 e 4).



Agradecimentos

Agradece-se ao LNEG a consulta da documentação relativa aos Relatórios mineiros arquivados nessa Instituição e referidos neste trabalho.

Bibliografia

CAPELLO, F.A.B. (1859), *Relatório e Projecto de Lavra da Mina de Ruy Gomes*. Ruy Gomes ID8321 (LNEG).

DUARTE, A. (1945), Velhas civilizações. A estação arqueológica de Porto Mourão. *Jornal de Moura*, 14/7/1945.

ESTÁCIO da VEIGA, S.P. M. (1891), *Antiguidades Monumentaes do Algarve: Tempos Prehistoricos*. Volume IV. Lisboa: Imprensa Nacional.

FLORES, F.A.; ARAÚJO, C. (1945), História da exploração da Mina de Ruy Gomes. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. 1(3-4), 296-303.

GAUß, R. (2016), *Zambujal und die Anfänge der Metallurgie in der Estremadura (Portugal). Technologie der Kupfergewinnung, Herkunft des Metalls und soziokulturelle Bedeutung der Innovation*. Früher bergbau und Metallurgie auf der Iberischen Halbinsel, Faszikel 1 (Iberia Archaeologica 15). Tübingen: Wasmuth Verlag.

GOINHAS, J. (1971), Minas de Vila Ruiva e Preguiça. In CARVALHO, D.; GOINHAS, J.A.C.; SCHERMERHORN, L.J.G., *Principais Jazigos Minerais do Sul de Portugal (Livro-Guia da Excursão Nº 4, I Congresso Hispano-Luso-americano de Geologia Económica)*. Lisboa: Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos. 78-85.

GOMES, A.R.; BARROS, J.J.O.; ARAÚJO, C. (1959), Formações Zincíferas da Serra da Preguiça. *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*. 13(1/2), 3-20.

GRAELLS I FABREGAT, R.; JIMÉNEZ ÁVILA, J.; NICOLÁS MASCARÓ, J.C. (2014), Un toro de bronce orientalizante en Menorca. *LVCENTVM*. 33, 41-50.

HELENO, M. (1944), *Caderno nº 1 1944 Excursão a Moura Out. Manuel Heleno. Página 8*. [Manuscrito]. MNA-APMH/2/7/3/3. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

MALHEIRO, L.A.P. (1868), *Reconhecimento do jazigo de cobre, sito nas Courellas da Arradinha, freguezia de Sto. Aleixo, Concelho de Moura*. Mina em Campo Livre Nº 70 - ID12944 (LNEG).

MALHEIRO, L.A.P. (1874), *Relatório sobre a mina de cobre dos Franceses, sita na Courella de Manoel Quitério, na freguezia de Sto. Aleixo, concelho de Moura*. Mina em Campo Livre Nº 71- ID12945 (LNEG).

MATEUS, A; MUNHÁ, J.; INVERNO, C; MATOS, J.; MARTINS, L.; OLIVEIRA, D.; JESUS, A.; SALGUEIRO, R. (2013), Mineralizações no sector português da Zona de Ossa-Morena. In DIAS, R.; ATAÚJO, A; TERRINHA, P.; KULBERG, J.C.; *Geologia de Portugal, Vol I - Geology*. Capítulo II.2.4. Lisboa: Escolar Editora. 577-619.

MATOS, J.X; FILIPE, A. (Coords.) (2013), *Carta de Ocorrências Mineiras do Alentejo e Algarve, Esc. 1:400 000*. LNEG: Laboratório de Geologia e Minas.

PATINHA, C.A.F. (2002), *Impacto de elementos vestigiais na envolvente de antigas explorações mineiras utilizando meios amostrais diferenciados*. Tese de Doutoramento, Departamento de Geociências, Universidade de Aveiro.

PEREIRA da COSTA, F.A. (1870), Notícia de alguns martellos de pedra, e outros objectos, que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Ruy Gomes no Alemtejo. *Jornal de Sciencias Mathematicas, Physicas e Naturaes*. Tomo II. Academia Real das Sciencias de Lisboa. 75-79.

PIÇARRA, J.M; OLIVEIRA, V; BRUM DA SILVEIRA, A; BARBOSA, B. (2007), Notícia Explicativa da Folha 44-A, Amareleja. Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Lisboa.

RIBEIRO, C. (1859), Relatório acerca da mina de cobre sita na Herdade da Crugeira, concelho de Moura, districto de Beja, elaborado pelo capitão Carlos Ribeiro em 1 de Março de 1858. *Boletim do Ministerio das Obras Publicas Commercio e Industria*. 1, 327-329.

SOARES, A.M.M; MELO, L.; VALÉRIO, P.; SILVA, A.M.; MARTINS, P.P; SOARES, R.M:G.M; ALVES, L.C; ARAÚJO, M.F; BAPTISTA, L.; CASIMIRO, M.H.; FERREIRA, L.M.; SILVA, R.J.C. (2021), Status symbols or an insight into the earliest Middle Bronze Age in southwest Iberia: the funerary structures of Horta do Pinheiro 5 (Torrão do Alentejo, southern Portugal). *Trabajos de Prehistoria*. 78(2), 292-308.

SOARES, A.M.M; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M.F; SILVA, R. (2017), A Metalurgia Campaniforme no Sul de Portugal. In GONÇALVES, V.S. (Ed.), *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Estudos e Memórias 10. UNIARQ, F.L.U.L. 354-363.

SOARES, A.M.M; VALÉRIO, P.; GOMES, S.S.; MATALOTO, R.; SOARES, S.M; SILVA, R.J.C; SOARES, R.M. (2020), A first appraisal on copper sources for Chalcolithic settlements in southern Portugal using Pb isotope analysis. *Journal of Archaeological Science: Reports*. 33, 102481.

VALÉRIO, P.; SOARES, A.M.M.; ARAÚJO, M.F. (2016), An overview of Chalcolithic copper metallurgy from Southern Portugal. *MENGA*, 7, 31-50.

VASCONCELOS, F.A. (1860), *Plano de Lavra da Mina de Rui Gomes*. Rui Gomes ID8321 (LNEG).

VASCONCELOS, J.L. (1924), Figuras de bronze antigas do Museu Ethnologico Português: Toiro de bronze de Safara. *O Archeólogo Português*. I, 26, 19-42.

VASCONCELOS, J.L. [s/d], *Aquisições e inventário de peças - lista de peças compradas*. [Manuscrito] [s/d]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa (Fundo José Leite de Vasconcelos).

O vaso do Bronze Pleno
do Sudoeste da Serra da Preguiça
| Sobral da Adiça, Moura |

Miguel António Paixão Serra

PAOC – Projeto Arqueológico Outeiro do Circo (Beja) – PIPA 2019-2021

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património – Universidade de Coimbra

Câmara Municipal de Serpa – Divisão de Cultura e Património

mserra@cm-serpa.pt

Introdução

O vaso que serve de mote a este breve trabalho encontrava-se depositado no primeiro andar do antigo Museu Municipal de Moura, onde foi (re) descoberto em 2018 por José Gonçalo Valente¹ e Marisa Bacalhau, técnicos superiores da Câmara Municipal de Moura, durante a realização do inventário da coleção para organização das reservas. Posteriormente voltou a ser alvo de atenção, sobretudo pela escassez de informação associada e pela necessidade de atribuição cronológica, aquando da seleção de materiais para integração na exposição “Moura Arqueológica – Tesouros por descobrir”, onde se encontra atualmente estando patente ao público nas instalações do antigo Matadouro Municipal.

A informação inicialmente disponibilizada era extremamente reduzida e apenas referia que o vaso foi descoberto na Serra da Preguiça (Sobral da Adiça, Moura), havendo sido catalogado como uma “*talha de barro escuro com o fundo e bojo esféricos*”², sem qualquer outra descrição adicional sobre as condições de recolha, as suas características ou a sua integração cronológica.

O presente trabalho pretende integrar este vaso dentro da realidade do Bronze Pleno do Sudoeste, época a que deverá ser atribuído, enquadrando-o na rede de sítios conhecidos para este período na região de Sobral da Adiça.

¹ A quem agradecemos o convite e a oportunidade para realizar este breve estudo de enquadramento.

² Lima, 2009, p. 89.

Notícia do achado

A referência ao achado do vaso é bastante vaga, sem pormenores sobre o local e as condições em que terá sido recolhido, dificultando o papel de o enquadrar devidamente no seu contexto local.

É José Fragoso de Lima, referência incontornável da arqueologia mourense, quem lhe faz uma curta menção em artigo publicado no Jornal de Moura em 1943³, dedicado a um outro achado, uma alabarda metálica, mencionando-o entre um conjunto de outros achados identificados na envolvente ao local de proveniência da alabarda. Sabemos, pela curta descrição, que o vaso foi recolhido pelo Sr. Domingos de Carvalho, em data incerta mas anterior a 1943, na Serra Preguiça, topónimo de um outeiro situado na Herdade da Preguiça (freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura) e que integra o complexo da Serra da Adiça. Na breve notícia descreve-o como uma “*talha de barro escuro*” e enquadra-o morfológicamente como uma peça de fundo e bojo esférico.

Entre os restantes artefactos mencionados alguns são provenientes na mesma área, destacando-se duas pontas de seta de cobre ou de bronze, enquanto outros foram recolhidos na Serra de Borrazeiros, como dois machados, também de cobre ou bronze e uma lança de bronze, no Castro da Serra Alta, de onde se conhece mais um machado, na Herdade do Álamo, onde foi descoberto o famoso tesouro áureo, no Touril, que permitiu a recolha de uma ponta de seta em cobre ou bronze, na necrópole de Dona Catarina que regista o aparecimento de um punção, ou na Ferradura, ainda na Serra da Adiça, mas em terrenos pertencentes à freguesia de Vila Verde de Ficalho, no concelho vizinho de Serpa, de onde provém mais um machado metálico⁴.

Este conjunto de artefactos, maioritariamente metálicos, aponta para cronologias entre o Calcolítico e a Idade do Bronze, como aliás já Fragoso de Lima sugeria⁵, valorizando a ocupação da Serra da Adiça durante estes períodos.

Breve contexto geográfico e arqueológico

A Serra da Preguiça corresponde a um outeiro alongado com uma altitude máxima de 373 metros, integrado num conjunto de elevações que se desenvolve no sentido Sudeste – Noroeste e de que fazem parte as Serras de Borrazeiros (389 metros) e a Serra Alta (399 metros), separados por encostas pronunciadas que podem baixar até cotas a rondar 330 a 350 metros de altitude. A Norte e Este espria-se uma zona de orografia mais suave e aplanada ao longo das ribeiras de São Pedro e da Toutalga, enquanto a Noroeste a paisagem é marcada por um *continuum* de outeiros de baixa altitude situados entre os 140 e 200 metros, por onde a Ribeira de Toutalga serpenteia as pequenas elevações. A Sul e a Oeste intercalam breves áreas

³ Jornal de Moura, n.º 810 de 18 de setembro e n.º 811 de 25 de setembro de 1943.

⁴ *Idem*, 2009, p. 89-90.

⁵ *Ibidem*, 2009, p. 90.

aplanadas acima dos 200 metros de altitude com elevações destacadas como os picos de Malpique (381 metros), Álamo (425 metros) e naturalmente o da Adiça (476 metros), que dá designação a todo este conjunto serrano.

A região envolvente ao local de achado do vaso, genericamente integrada na freguesia de Sobral da Adiça, concelho de Moura, é rica em achados arqueológicos de diversas épocas, registando-se a fixação de populações desde o Neolítico e Calcolítico, seguindo-se uma intensificação da ocupação do território ao longo da Idade do Bronze (Fig. 1), que se mantém durante o período seguinte, a Idade do Ferro e que haverá de registar maior densidade durante o período romano, conhecendo-se ainda alguns sítios associados à presença islâmica e também ao período medieval cristão.

Partilham o mesmo território os espaços de morte e os espaços dos vivos, antas neo-calcolíticas, sepulturas da Idade do Bronze e necrópoles romanas, com povoados, *villae* e quintas, que atestam as fortes ligações à terra sentidas por comunidades tão distintas ao longo das épocas.

Análise crono-cultural do vaso da Serra da Preguiça

O recipiente cerâmico em análise, pertencente ao Museu Municipal de Moura com o número de inventário 796-CER, apresenta-se praticamente completo, apenas se evidenciando algumas lacunas ao nível do bordo e do lábio (Figs 2 e 3).

Encontra-se num estado de conservação relativamente cuidado, com exceção do fundo onde se observa um grande desgaste, com a superfície muito erodida e com algumas fraturas e fissuras, que poderão aumentar o risco de desagregação.

Trata-se de um vaso de produção manual com colo alto, corpo globular bastante saliente e assimétrico e fundo côncavo. O bordo é extrovertido e o lábio possui seção sub retangular. A superfície externa é polida e denota possíveis marcas da ação de um polidor. A pasta é de cor cinzenta, bastante homogénea e compacta, observando-se elementos não plásticos de grão fino a médio de natureza quartzítica e calcária.

Possui as seguintes dimensões: altura – 320 mm; diâmetro máximo – 345 mm; diâmetro do bordo – 166 mm; espessura – 7,5 mm.

O grau de conservação que o vaso apresenta sugere a sua associação a um provável contexto funerário selado, fator que terá contribuído para a sua preservação de modo quase completo.

O vaso poderá ser enquadrado, com as devidas reservas motivadas pela ausência de um contexto seguro e pela sua simplicidade formal, dentro do repertório cerâmico da Idade do Bronze do Sudoeste e mais especificamente no conjunto de vasos globulares de colo alto de cariz funerário, sendo de notar o

paralelismo evidente com um vaso recolhido na sepultura 28 da necrópole de Castañuelo I (Aracena, Espanha)⁶, ou com outro proveniente da necrópole de Berlanga (Badajoz, Espanha)⁷.

O conjunto de vasos deste tipo conhecidos no Bronze do Sudoeste apresenta uma certa variedade morfológica e de dimensões⁸, dificultando uma clara adstrição crono-cultural, mas permitindo enquadrar o exemplar da Serra da Preguiça nestas tipologias que são frequentes entre os espólios funerários das necrópoles de cistas, mas também de alguns povoados e que se encontram disseminados por um vasto território que compreende genericamente o Algarve e o Alentejo, bem como as regiões espanholas da Baixa Extremadura e a província de Huelva⁹. À semelhança do vaso da Serra da Preguiça, a maioria dos exemplares documentados não apresenta decoração, havendo no entanto alguns raros casos de decorações em aplicações mamilares, como na necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines, Silves)¹⁰ ou na Herdade das Casas (Redondo)¹¹.

A Idade do Bronze na Serra da Adiça

Na envolvente à Serra da Preguiça, parte integrante da Serra da Adiça, são vários os achados reportados à Idade do Bronze e aos dois principais momentos que marcam este período no Sudoeste Peninsular, o Bronze Pleno do Sudoeste e o Bronze Final do Sudoeste¹².

Para além dos próprios achados da Herdade da Preguiça (alabarda e duas pontas de seta) e das referências a diversos artefactos metálicos das redondezas já mencionados, que de certa forma atestam uma importante presença durante o Calcolítico e a Idade do Bronze pela importância simbólica de algumas destas peças, há ainda que mencionar a eventual utilização de algumas minas e grutas durante a Idade do Bronze. Fragoso de Lima refere essa ligação à mineração na própria Herdade da Preguiça, mas também para a Serra da Adiça onde indica a existência de mineração antiga de ouro e a presença de arte rupestre esquemática, que atribui às comunidades da Idade do Bronze¹³. Assuntos a merecerem sem dúvida maior aprofundamento, mas que não cabem no âmbito do presente trabalho.

Outros sítios identificados no território do Sobral da Adiça como os povoados de Serra Alta e do Álamo¹⁴, aos quais há que juntar o famoso tesouro áureo da Herdade do Álamo¹⁵, remetem-nos para a mundividência da etapa final da Idade do Bronze, que assume características muito distintas da fase anterior e nos afastam da caracterização do achado da Serra da Preguiça.

⁶ Amo, 1974, p. 162-165

⁷ Gil Mascarell *et al.*, 1986, p. 24 e 33

⁸ Gomes, 1994, p. 113, fig. 68

⁹ Mataloto, 2005, p. 119

¹⁰ Gomes, 1994, p. 43, fig. 28

¹¹ Mataloto, 2005, p. 118

¹² Mataloto *et al.* 2013, p. 322

¹³ Lima, 1988, p. 51-52

¹⁴ Soares, 2013, p. 280, 281

¹⁵ Armbruster e Parreira, 1993, p. 74

Assim, dentro do mundo do Bronze Pleno do Sudoeste, no qual propomos a integração do vaso da Serra da Preguiça, registamos a existência de três contextos funerários, as necrópoles da Herdade da Dona Catarina, da Herdade do Touril¹⁶ e de Carapinhais¹⁷.

No primeiro caso as referências, mais uma vez da autoria de José Fragoso de Lima, são bastante parcas, mas indiciam a presença de uma necrópole de cistas escavadas no solo e formadas por lajes de xisto, conservando as tampas e os esqueletos que se encontravam em posição fetal, mas sem qualquer referência à presença de oferendas fúnebres¹⁸. Na Herdade do Touril apenas se sabe que não foram intervencionadas duas sepulturas e que as restantes, em número indeterminado, continham enterramentos no seu interior¹⁹.

Situada a Este da Serra da Preguiça, em terrenos de orografia mais suave encontra-se a necrópole de Carapinhais, alvo de intervenção arqueológica entre 2000 a 2002, e sobre a qual detemos maior conhecimento. Aqui foram identificadas quatro cistas formadas por lajes de xisto e que também foram parcialmente escavadas no solo, conservando parte dos *tumuli* que definem recintos circulares, mas com as lajes de cobertura já removidas.

O espólio funerário recolhido resume-se a um vaso cerâmico hemisférico e dois outros fragmentos cerâmicos numa das cistas e um conjunto de 17 contas de colar proveniente de outra.

Esta necrópole constitui-se como um exemplo de caráter excepcional por apresentar uma arquitetura similar à necrópole da Atalaia (Ourique), tornando-a um caso único na Margem Esquerda do Guadiana, e remetendo-a para uma cronologia antiga dentro do quadro do Bronze Pleno do Sudoeste²⁰.

A relativa escassez de indícios do Bronze Pleno do Sudoeste na Serra da Adiça e territórios próximos é contrariada pela excepcionalidade de alguns sítios, na qual deveremos procurar incluir o vaso da Serra da Preguiça, exemplar que nos remete para a possível existência de uma outra necrópole de cistas, impossível de caracterizar e localizar com precisão face à ausência de outras informações relativas ao seu achado.

A presença de diversas concavidades cársicas no complexo da Serra da Adiça, com eventuais utilizações durante a Idade do Bronze, também poderá constituir-se como uma possível origem deste vaso, relacionando-o com eventuais práticas cerimoniais aí ocorridas.

Conclusões ou um apontar de futuros caminhos

A Idade do Bronze Pleno do Sudoeste no concelho de Moura é assinalada por um pequeno conjunto de sítios arqueológicos aos quais acrescem diversas informações dispersas, que importará agregar

¹⁶ Lima, 1988, p. 56-57

¹⁷ Soares *et al.* 2007

¹⁸ Lima, 1988, p. 56-57

¹⁹ Lima, 1988, p. 57

²⁰ Soares *et al.* 2007

numa futura revisão da ocupação humana deste período, para colmatar a falta de sistematização e as muitas lacunas que permanecem²¹. Este cenário contrasta com os casos de alguns territórios vizinhos onde o Bronze do Sudoeste se encontra mais presente, quer pela quantidade de sítios identificados, quer pelos diversos trabalhos e projetos de investigação centrados nesta realidade arqueográfica.

No território mourense são sobretudo as necrópoles de cistas que constituem a principal referência para caracterizar o Bronze Pleno do Sudoeste. Algumas destas necrópoles permanecem insuficientemente documentadas, sendo sobretudo reportadas a partir de notícias antigas, como as que Fragoso de Lima identifica, situação aplicável também ao caso da necrópole do Monte do Estanislau, situada na freguesia de Amareleja. Esta seria porventura a maior necrópole da Idade do Bronze existente no concelho de Moura, pela notícia da existência de 13 sepulturas escavadas na rocha, mas para as quais não se conhece qualquer espólio ou vestígios ainda subsistentes no local²².

Mais recentes foram as intervenções nas necrópoles de Monte Novo e Altas Moras 2, localizadas na Póvoa de São Miguel e alvo de trabalhos decorrentes do processo de minimização no âmbito do Projeto Alqueva. Em ambos os casos reportou-se a presença de duas cistas, sendo de destacar que as cistas do Monte Novo também conservavam vestígios de *tumuli*²³.

Menos informações dispomos para os sítios de Monte Novo 5 e Monte do Ramalho 3, ambos na Póvoa de São Miguel, identificados como possíveis necrópoles da Idade do Bronze, com o primeiro a sinalizar a existência de duas cistas quadrangulares em xisto com cerca de 50 cm de lado, situadas num caminho e que não foram alvo de trabalhos de escavação arqueológica²⁴ e o segundo a referir a existência de blocos de xisto no topo de uma elevação que deverá corresponder a uma necrópole²⁵, situação que necessita claramente de confirmação através de trabalhos mais precisos.

Ao longo dos últimos 15 anos têm vindo a ser assinaladas outras tipologias de ocupação humana durante o Bronze do Sudoeste, que se limitavam quase exclusivamente às necrópoles de cistas, resultantes em grande medida das intervenções arqueológicas no Plano de Rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva em grande parte do Baixo Alentejo e que revelaram contextos de habitação, até então praticamente inexistentes no Alentejo Interior, mas também novas arquiteturas funerárias como os hipogeus que marcam forte presença nas regiões de Serpa e Beja²⁶. Estas novidades permanecem ausentes, por enquanto, do registo arqueológico do concelho de Moura, mas poderão ser reveladas pela intensificação da investigação ou pela ação futura da arqueologia preventiva na região, como se poderá eventualmente propor

²¹ Albergaria e Melro, 2013, p. 32

²² Lobato, 1961, p. 20

²³ Albergaria e Melro, 2002, p. 129; Albergaria e Melro, 2013, p. 53

²⁴ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=57064>
[consultado a 24.10.2021 às 15:57]

²⁵ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=2462529>
[consultado a 24.10.2021 às 16:19]

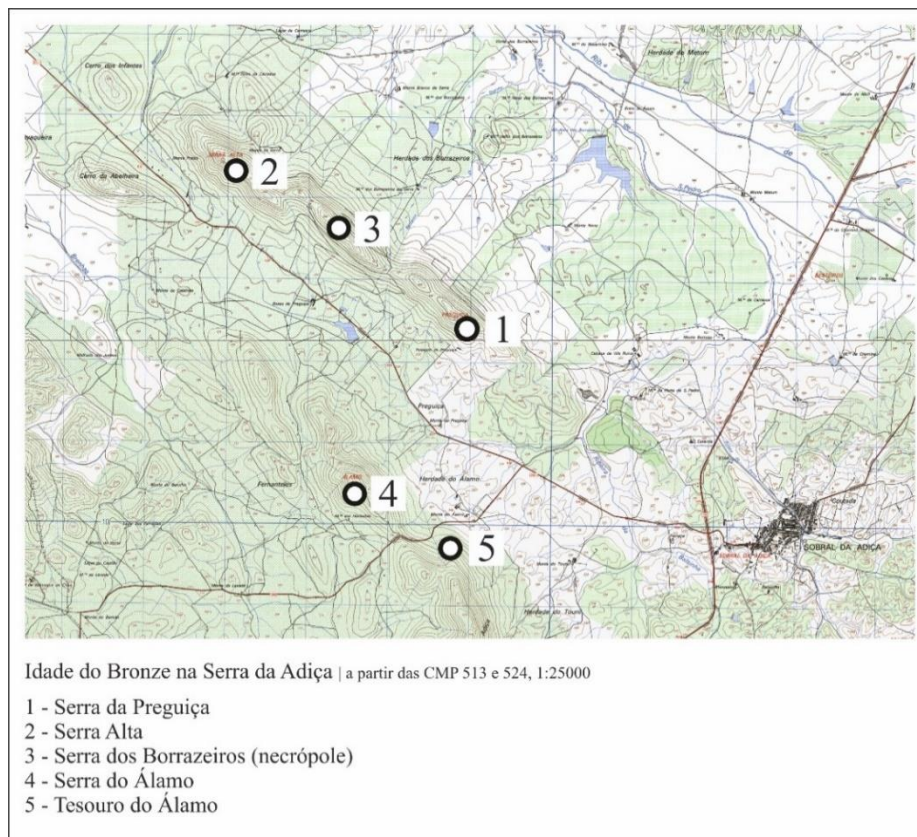
²⁶ Serra, 2021, p. 123, 124

no caso do sítio do Monte Novo das Sesmarias 1²⁷, sito na União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador, onde se identificou uma fossa de cronologia indeterminada, o que permite propor a existência de um possível sítio de fossas, semelhante aos documentados nos territórios vizinhos.

A Idade do Bronze Pleno do Sudoeste no concelho de Moura merece que se lhe dedique uma maior atenção e sobretudo que seja possível realizar a sistematização da informação dispersa, valorizando devidamente o importante conjunto de achados avulsos e sítios arqueológicos mencionados ao longo destas páginas.

O vaso da Serra da Preguiça poderá parecer apenas um elemento solto nesta diversidade de informações arqueológicas, mas um olhar enquadrado na realidade da presença humana ao longo da Idade do Bronze permite claramente envolvê-lo nas dinâmicas que se desenvolvem ao longo do II milénio a.C. um pouco por todo o Sudoeste Peninsular.

Fig. 1

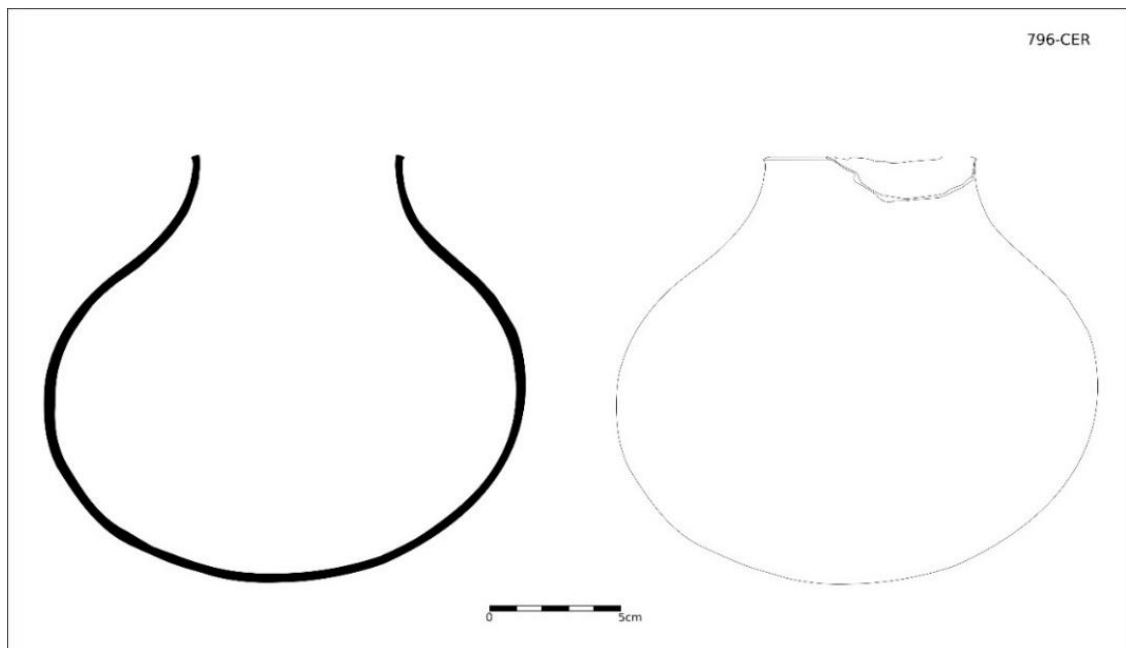


²⁷ <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios&subsid=3237512>
[consultado a 24.10.2021 às 16:33]

Fig. 2



Fig. 3



Bibliografia

ALBERGARIA, J. e MELRO, S., (2002), Trabalhos Arqueológicos realizados no âmbito do Bloco 9. *Al-madan*, 2ª série, 11, p. 128-133.

ALBERGARIA, J. e MELRO, S., (2013), *Ocupação Proto-histórica na Margem Esquerda do Guadiana*. Memórias d'Odiana, 2ª série, 7. Évora: Estudos Arqueológicos do Alqueva.

AMO, M. del, (1974), Enterramientos en cista de la provincia de Huelva. *Huelva – Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional, p. 109-192.

ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R., (1993), *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria. 1º volume: do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português de Museus, p. 74-77.

GIL-MASCARELL BOSCA, M.; RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e ENRÍQUEZ NAVASCUÉS, J., (1986), Enterramientos en cista en la Edad del Bronce en la Baja Extremadura. *Saguntum*, 20, p. 9-41.

GOMES, M. V., (1994), A Necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves. *Xelb*, 2. Câmara Municipal de Silves.

LIMA, J. F., (2003), Da Arqueologia Proto-Histórica: Alabarda Metálica do Concelho de Moura. In *Elementos Históricos e Arqueológicos do Concelho de Moura*. Câmara Municipal de Moura, p. 89-92.

LIMA, J. F., (1988), *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.

LOBATO, J. R., (1961), *Amareleja. Rumo à sua História*. Évora: Gráfica Eborense.

MATALOTO, R., (2005), A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): Megalitismo e Idade do Bronze no Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 8,2, p. 115-128.

MATALOTO, R.; MARTINS, J. e SOARES, A. M., (2013), Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, p. 303-338.

SERRA, M., (2021), A Slow Awakening on the Plain: The Bronze Age in the Beja Region (South Portugal). In LOPES, S. J. E GOMES, S. (eds.), *Between the 3rd and 2nd Millennia BC: Exploring Cultural Diversity and Change in Late Prehistoric Communities*. Oxford: Archaeopress Archaeology, p. 119-132.

SOARES, A. M., (2013), O sistema de povoamento do Bronze Final no Baixo Alentejo – Bacia do Guadiana. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 20, p. 273-302.

SOARES, A. M.; DEUS, M. e CORREIA, J., (2007), Necrópole dos Carapinhais (Sobral da Adiça, Moura). *Vipasca. Arqueologia e História*. 2ª Série, 2, p. 180-190.

Para a História da Moura Romana

José d'Encarnação

Professor Catedrático Jubilado, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e
Ciências do Património da Universidade de Coimbra

jde@fl.uc.pt

Introdução

A iniciativa levada a cabo, em 1990, por Santiago Macias, que se consubstanciou em melhor apresentação do espólio arqueológico guardado no Museu Municipal, acompanhada pela elaboração do seu catálogo impresso – *Moura na Época Romana* –, muito terá contribuído para dar a conhecer o que de Moura e do seu termo se conhecia no âmbito do período em que foi habitada pelos Romanos.

Não podemos esquecer também o labor ingente que Fragoso de Lima aí levou a cabo e o Município mourense não tem deixado os seus créditos por mãos alheias, nesse âmbito de divulgação da história local e da preservação dos seus significativos monumentos. Importará, porventura, dar seguimento a esse n.º 1 (1990) dos Cadernos do Museu Municipal de Moura.

No que concerne aos monumentos epigráficos romanos, o ponto da situação feito nessa data foi, em 2019, actualizado pelo catálogo RCBM 2019.

A inscrição a Agripina | Fig. 1

Discute-se, como se sabe, o nome que Moura poderia ter havido no tempo dos Romanos. A proposta, sustentada por André de Resende, de se lhe ter dado o nome de *Nova Civitas Aruccitana* radica na interpretação menos correcta da sigla N que surge na conhecidíssima inscrição dedicada a Agripina.

Integrada desde há muito na parede da cerca do convento das religiosas do Castelo e tida, por isso, como placa, acabou por verificar-se, após a retirada, que era um cipo paralelepípedo de 92 cm de altura por 57 de largura e 52 de espessura. Por não ter na face superior vestígios que levassem à ideia de haver sustentado uma estátua, ter-se-á posto de parte essa hipótese, o que, no entanto, poderá vir a retomar-se, atendendo a que um busto ou uma estátua sentada poderia não carecer de elementos de preensão específicos, se é que, a terem existido, não poderão ter desaparecido com o reaproveitamento do bloco como pedra de construção.

O que interessa, todavia, salientar é que essa inscrição foi dedicada a Agripina Maior, data do ano 37 e é passível de integrar-se no amplo movimento de reabilitação dos seus familiares, empreendido pelo imperador Calígula. A sigla N – que fora interpretada como de *Nova* – deve ser lida como N(*eptis*), ‘neta’. O facto de a homenageada vir identificada como *Augusti neptis* (neta de Augusto) reforça a ligação que Calígula desejava mostrar com o fundador do Império, pelo lado de sua mãe. Não estamos, por conseguinte, perante uma *Nova Civitas Aruccitana*; a iniciativa da homenagem partiu da *Civitas Aruccitana*, que – atendendo, por exemplo, à persistência toponímica – mais plausível se torna identificar com a povoação espanhola vizinha, Aroche de seu nome.

Poder-se-á sempre argumentar com um testemunho como o de *Conimbriga*: o topónimo foi dado não ao local onde a cidade romana se desenvolveu mas àquele para onde o bispo se retirou, Coimbra. O mesmo se poderia ter passado: seria Moura a *civitas Aruccitana* e foi Aroche quem lhe herdou o nome.

Não parece, contudo, que se careça de lançar mãos a essa hipótese, de que não se encontram argumentos para justificar. A proposta de Joan Carbonell e Helena Gimeno (2016), que procuraram consultar tudo o que havia para consultar, nomeadamente acerca do convento e da sua acção sociocultural, é que nada impede que, em vez de esse monumento ter sido erguido em Aroche e ter sido trasladado, em determinada época, para Moura, como mero material de construção, a pedra possa ter mesmo sido gravada e solenemente colocada em Moura. Independentemente de o dedicante ser a *civitas Aruccitana*, cuja identificação com Aroche não padece dúvida. Moura seria, já então, preconizam Joan Carbonell e Helena Gimeno, uma cidade importante e, para os habitantes de *Arucci*, erguer em Moura um monumento em honra de Agripina não lhes causaria engulhos nem pruridos de notabilidade. Aliás, até pode pensar-se que, dada a importância da romana Moura, de tal gesto lhes poderiam advir dividendos. Já se voltará a este argumento.

Da Lusitânia ou da Bética?

Houve ocasião de dar a conhecer outros achados epigráficos.

Assim, no meio de um enchimento recente, aquando dos trabalhos de acompanhamento arqueológico do Posto de Recepção ao Turista, no castelo, dirigidos por José Gonçalo Valente, achou-se uma placa epigrafada, de mármore do tipo Estremoz/Vila Viçosa, praticamente intacta, com 55,5 cm de largura, 86 de comprimento e 15 de espessura (Fig. 2).

Traduzida, a inscrição diz o seguinte (copia-se da publicação, de 2012):

“A Marco Numísio (?) Calvíso, de setenta anos, a Lúcio Numísio (?) Apro, de quarenta e um anos – Emília Ânula, filha de Quinto, ao marido e ao filho; Marco Numísio (?) Máximo, ao pai e ao irmão mandaram fazer. Rogamos, transeunte, que digas: que a terra vos seja leve!”

Estamos, pois, perante a placa, mui verosimilmente, de um jazigo de família, a mostrar a ligação entre uma família Numísia (coloca-se um ponto de interrogação, porque esse nome vem em sigla e pode, por isso, ter outra interpretação) e a família Emília. Partiu da mãe a iniciativa de perpetuar a memória do marido e do filho e a ela se associou o outro filho (porventura, o mais velho). O texto denuncia que ambas as famílias estariam já bem romanizadas e denunciando uma cultura fora do comum, nomeadamente se tivermos em conta a utilização, em sigla, de uma fórmula rara na epigrafia da Lusitânia: o pedido ao transeunte que diga “que a terra te seja leve”.

Gente bem latina; arriscar-nos-íamos até a chamá-los de colonos. E, tendo em conta a molduração e o tipo de letra, poderão apontar-se os meados do século I d. C. para a datação.

Uma segunda epígrafe, de mais de meio metro de largura por quase 60 cm de comprimento, foi exumada na Primavera de 2011, também no decorrer da escavação do castelo de Moura. Estava numa ara funerária romana, igualmente de mármore do tipo Estremoz / Vila Viçosa (Fig. 3).

Segundo os investigadores que a estudaram, o seu texto diz, em português:

“Consagrado aos deuses Manes. *Ceplca* (?) Maria viveu 60 anos. Meilo, liberto, herdeiro, mandou fazer à mãe. Aqui jaz. Que a terra te seja leve”.

No comentário paleográfico aponta-se que deve ter havido má interpretação, por parte de quem gravou o texto, da minuta que lhe foi entregue ou do ditado que lhe foi feito. *Ceplca* é, de facto, um nome estranho; *Moecilus* é antropónimo que não está documentado. Por outro lado, na l. 7, foi grafado, claramente, MALRI, que deverá interpretar-se MATRI, e, de seguida, está EA C – interpretação errónea por FA (*ciendum*) C(*uravit*).

Note-se que o facto de o monumento ter moldura decorada com motivos vegetalistas, em jeito de folhas de acanto estilizadas, levou os editores a afirmar que assim se “demonstra perfeitamente uma situação que noutras ocasiões se verifica: há um suporte bonito, de fino recorte clássico, dentro dos padrões

estéticos mais ostentosos vigentes na zona; há quem detenha poder económico para o adquirir, mormente [...] por ter recebido herança com essa finalidade, até (quicá!) por disposição testamentária [...]; mas a esse poder económico – efectivo ou temporário – não corresponde idêntico elevado grau de alfabetização”.

Sabe-se que este território da margem esquerda do Guadiana tem sido alvo de polémica no que concerne à sua pertença administrativa no tempo dos Romanos: há quem persista em a incluir na província da Lusitânia e quem preconize que deverá, antes, ter pertencido à Bética.

A questão foi de novo levantada em 2020 e um dos argumentos aduzidos por Manuela Alves-Dias prende-se com o epitáfio de *Asinia Priscilla*, achado no Castro dos Ratinhos (Fig. 4).

Há aí, de novo, a utilização de siglas e abreviaturas passíveis de se desdobrarem de várias maneiras. Por exemplo, se PAC será, sem dúvida, *Pac(ensis)*, já C R poderá ser *c(oniux) r(arissima)* ou *c(ivis) R(omana)*. O mais normal será aceitar *c(ivis) R(omana)*, ainda que a autora conclua que essa expressão denuncia estarmos perante epígrafes tardias, numa época em que as pessoas necessitavam de afirmar a sua posição jurídica e social, servindo-se de palavras e abreviaturas latinas antigas mas com novo sentido (p. 179). Assim, opina que foi necessário afirmar que Priscila era “Pacense”, por se encontrar fora do território pacense.

A opinião contrária alicerça-se no facto de estar demonstrada a existência de duas comunidades em *Pax Iulia*, uma de raiz indígena e outra constituída pelos colonos¹; daí que Priscila tivesse querido vincar a sua condição de cidadã romana pacense – e, portanto, Moura terá pertencido ao *conventus Pacensis*, na Lusitânia.

O recente achado dum lintel romano | Fig. 5

Ocorreu, entre os anos 40 e 60 do século XX, a demolição do bairro intramuros do castelo de Moura e de grande parte das estruturas do convento de N^a. Sra. da Assunção. Entre os materiais pétreos guardados no castelo identificou-se um elemento arquitetónico epigrafado, do período romano.

Trata-se dum fragmento de lintel, de mármore de São Brissos-Trigaches, de formato paralelepípedo, com 70 cm comprimento, 12 de altura e 21,5 de largura, com a seguinte inscrição, que completámos por constituir fórmula corrente no Império romano:

IN HONOREM DOMV[S] [DIVINAE] [...]

A expressão “Em honra da Casa Divina” assim usada no lintel de um edifício mostra, sem lugar para dúvida, que esse edifício exerceria papel relevante na cidade: um templo ou um edifício público em

¹ Encarnação 2011 93-96 e 2014 20-22

geral. Suspeita-se que poderia vir depois mencionado o imperador ou imperadores que assim se pretendiam homenagear e – porque o promotor não queria deixar, também ele, os seus créditos por mãos alheias – ter-se-ia também a sua identificação, quer fosse particular quer a própria comunidade local, porventura tendo-se cotizado para pagar as despesas com a construção.

Referia-se atrás a bem provável importância de Moura romana. Como vimos, Joan Carbonell e Helena Gimeno até nem terão desdenhado de pôr a hipótese de ter sido mesmo em Moura (e não em Aroche) que a *civitas Aruccitana* homenageou Agripina... Não o confessam expressamente, mas consideram que “os argumentos expostos” defendem a presença em Moura da inscrição a Agripina desde mui recuados tempos; sugerem, aliás, que a palavra *civitas* poderá referir-se às “diversas *gentes* ou *populi* que o conformavam, cujo centro administrativo poderia estar – porque não? – em *Arucci* (San Mamés)”. E aduzem como paralelos o caso da inscrição do chamado “padrão dos povos” de Chaves ou o da ponte de Alcântara, em que houve intervenção de vários povos. E chegam a perguntar:

“¿Hubo obras de infraestructura viaria que no conocemos que beneficiaban a las distintas *gentes* que pertenecían a la *civitas Aruccitanorum*?” (p. 337).

Ora, nesse âmbito, esta aparentemente modesta linha, ainda por cima incompleta, confirma cabalmente a relevância de Moura e poderá constituir – quando se encontrarem mais fragmentos – a obra (ou uma das obras) que Carbonell e Helena Gimeno postulariam como hipótese.

Na verdade, e fazemo-nos eco aqui do que se escreveu em 2021, “a expressão *In honorem Domus Divinae* costuma encimar monumentos públicos mandados fazer por magistrados locais, que, para sensibilizarem, de certo modo, o poder central, decidem mandar gravá-la a anteceder o texto em que especificam o monumento erigido e as circunstâncias em que o foi”.

Houve ocasião, na altura, de citar dois testemunhos peninsulares: um, de Burguillos del Cerro, Badajoz, em que o construtor de umas termas (*balineum aedificavit*), o duúviro *Gaius Aufustus Modestus*, assim como o seu filho *Gaius Aufustus Avitus*, que as dedicou organizando um espectáculo circense, houveram por bem consagrar o edifício *in honorem Domus Divinae*; no outro, de Granátula de Calatrava, Ciudad Real, refere-se, sob a mesma dedicatória à casa imperial, que *Publius Baebius Venustus* gastou 25 000 sestércios, a pedido da ordem dos decuriões e do povo, para fazer uma ponte e promoveu a festa da sua inauguração, também ele com um espectáculo circense.

Os estudos levados a efeito pelos especialistas mostraram que, na província da *Britannia* (*grosso modo*, as Ilhas Britânicas), a fórmula *in honorem domus divinae* somente ocorre em quatro inscrições e que, do mais de meio milhar de testemunhos documentados até ao momento no mundo romano, no território da actual Bélgica se registou mais de uma centena. Sabe-se também que, rara até quase finais do século II, a fórmula torna-se comum no III e continua no IV.

Em conclusão

Manter-se-á a polémica acerca da pertença administrativa do território de Moura: se à Lusitânia, se à Bética. Vestígios dos tempos romanos não faltam e arriscamo-nos a que sejam cada vez mais eloquentes. Eloquentes em si, por mostrarem uma população bem entranhada nos hábitos romanos; eloquentes pelas deduções que dos textos poderão vir a fazer-se. E, nesse domínio, a descoberta deste fragmento de inscrição monumental (e quanto desejaríamos que dela se encontrassem mais fragmentos!...) resulta deveras significativa.

Sirvam, conseqüentemente, estes dados para mostrar que a Moura doravante se há-de dar ainda mais atenção no rol de sítios romanos de Portugal.

Fig. 1 – A inscrição a Agripina

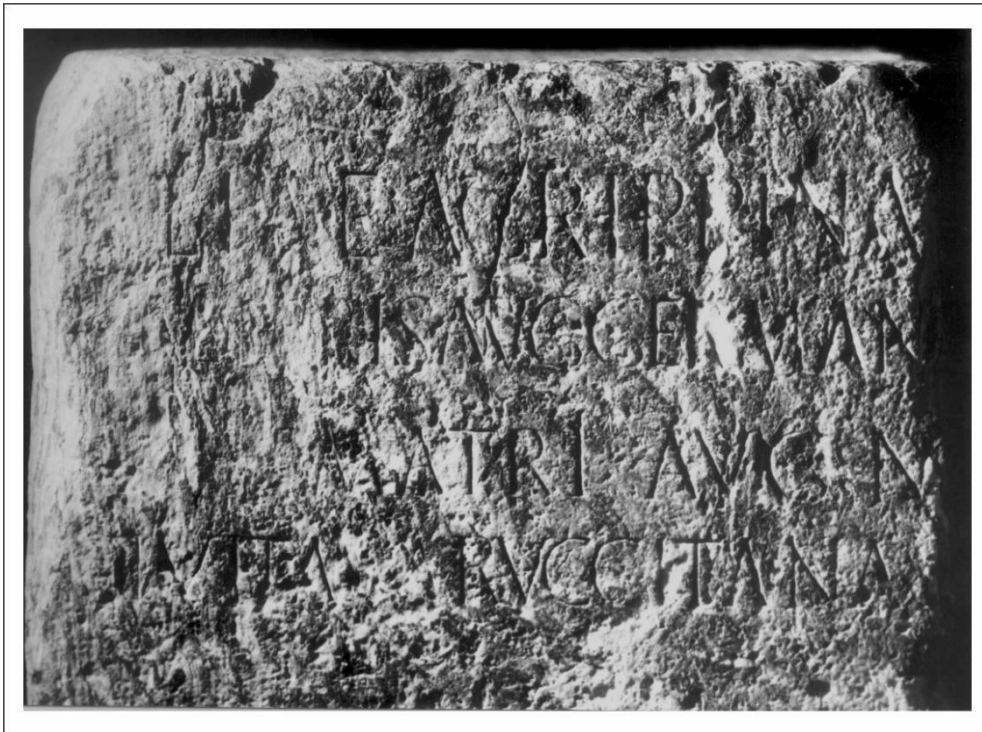


Fig. 2 – A placa do jazigo de família



Fig. 3 – A ara funerária de Maria



Fig. 4 – A ara de *Asinia Priscilla*



Fig. 5 – A inscrição do lintel



Bibliografia

ALFENIM, Rafael A., (1988), “Uma ara funerária do Castro dos Ratinhos (Moura)”, *Ficheiro Epigráfico* 26, inscrição nº 118.

ALVES-DIAS, Manuela, (2020) “André de Resende, *Fabia Prisca, Asinia Priscilla*”, in GASPAR (Catarina), GIMENO PASCUAL (Helena) e VICENT RAMÍREZ (Noelia) [coord.], *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Alcalá de Henares: Fundación General de la Universidad de Alcalá, p. 179-192 [sobretudo p. 185-191].

CARBONELL MANILS, Joan e GIMENO PASCUAL, Helena, (2016), “Epígrafes entre Moura, Aroche y Santiago de Compostela. A propósito de CIL II 963, 2548 y 2549”, in GONZÁLEZ GERMAIN (Gérard) [coord.], *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudios sobre epigrafía de tradición manuscrita*, Bellaterra, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 319-341.

ENCARNAÇÃO, José d', (1989); “Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico”, *Conimbriga* 28, p. 157-167. <http://hdl.handle.net/10316/28708>

ENCARNAÇÃO, José d', (2011), “A propósito da epigrafia romana do País Valenciano”, *Studia Philologica Valentina* 13, n. s. 10, p. 91-104 (sobretudo p. 93-96). <http://hdl.handle.net/10316/15547>

ENCARNAÇÃO, José d', *et alii*, (2012), “Placa funerária romana de Moura (*Conventus Pacensis*)”, *Ficheiro Epigráfico* 103, nº 457. <http://hdl.handle.net/10316/21443>

ENCARNAÇÃO, José d', *et alii*, (2013), “Ara funerária romana de Moura (*Conventus Pacensis*)”, *Ficheiro Epigráfico* 104, nº 460. <http://hdl.handle.net/10316/21550>

ENCARNAÇÃO, José d', (2014), “Sociedade e cultura em *Pax Iulia*, através da epigrafia”, in GÓMEZ MARTÍNEZ (Susana) e MACIAS (Santiago) e LOPES (Virgílio) [coord.], *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*, Campo Arqueológico de Mértola, p. 16-29. <http://hdl.handle.net/10316/28431>

GASPAR (Catarina), GIMENO PASCUAL (Helena) e VICENT RAMÍREZ (Noelia) [coord.], (2020), *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa e Alcalá de Henares. http://baetica.letras.ulisboa.pt/?page_id=70&lang=pt

GASPAR (Catarina) e GIMENO PASCUAL (Helena), (2020), “Epigrafia del território bético en Portugal: Serpa”. In GASPAR, Catarina; GIMENO PASCUAL, Helena; e VICENT RAMÍREZ, Noelia [coord.], *Ambientes Geográficos y Territorio: El Guadiana entre Bética y Lusitania*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos; Alcalá de Henares: Fundación General de la Universidad de Alcalá, p. 147-177.

IRCBM 2019 = DIAS (M. M. Alves) *et alii*, *Inscrições Romanas dos Concelhos de Barrancos e Moura (Conventus Hispalensis, provincia Baetica)*, acessível em <http://baetica.lettras.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2020/02/IRCBM.pdf> .

MACIAS (Santiago) [coord.], (1990), *Moura na Época Romana*, Câmara Municipal de Moura.

VALENTE (José Gonçalo), MACIAS (Santiago) e ENCARNAÇÃO (José d’), (2021), “Epígrafe monumental de Moura”, *Ficheiro Epigráfico* 213, inscrição n° 762. <http://hdl.handle.net/10316/94154>

Sete vezes cativo,
a escravatura em Moura
na Idade Moderna

Marisa Bacalhau

Câmara Municipal de Moura, Técnica Superior de História

marisa.bacalhau@cm-moura.pt

Introdução

Entre a segunda metade do século XV e 1761, muitos milhares de escravos foram introduzidos em Portugal. Fosse pela importação ou pela evolução demográfica dessa população aqui instalada, vários milhões de escravos ou de origem escrava habitaram em Portugal durante a Idade Moderna.

A chegada de gentes escravizadas acompanha o bulício da chegada de novos produtos, impulsionados pelos descobrimentos. Negros, brancos ou pardos marcaram com a mesma força do ferro em brasa que os distinguia, a sociedade de então.

Embora em Lisboa a presença escrava fosse verdadeiramente impactante, também foi expressiva no Sul de Portugal, até no interior, como foi o caso de Moura. Aprofundar esta temática é tarefa sobremaneira complicada, porquanto encontramos fontes esparsas, que diretamente e, frequentemente, indiretamente, lhe fazem referência. Foram consultados registos de batismo, processos da inquisição, posturas municipais, cartas de foral, entre outros documentos, que facultaram informações que compilamos agora, tendo em vista a divulgação destes contributos para o estudo da população escrava no Concelho de Moura.

A escravatura em Moura

Desde logo houve a preocupação em regulamentar a comercialização de escravos, pelo que, desde logo, D. Manuel faz presente nos forais atribuídos, os escravos como mercadoria transacionada e por isso mesmo sujeita ao pagamento de portagem. No foral de Moura de 1512¹ estava determinado:

“Do escravo ou escrava que se vender um real e cinco ceitis. E se forrar por qualquer concerto que fizer com seu senhor pagará a dízima de todo o que por si der para a dita portagem. E se se venderem com filhos de mama não pagarão senão pelas mães. E se trocarem uns escravos por outros sem se tornar dinheiro não pagarão. E se se tornar dinheiro por cada uma das partes pagarão a dita portagem. E a dois dias depois da venda feita irão arrecadar na portagem as pessoas a isso obrigadas.”

A menção ao roubo de uma escrava branca em Moura, em 1501², por Francisco Fernandes, põe a nu a importância da fuga e do tráfico de escravos e a relevância desta problemática, questões que as ordenações manuelinas³ vão abordar:

“Defendemos que nenhuma pessoa sejam tão ousadas que levem fora dos nossos reinos nenhum escravo cativo para os poer em salvo(...) nem lhes mostrem os caminhos por onde se vão(...) Nem outrossi sejam asadores, nem consentidores, nem encobridores dos ditos escravos fugirem. E qualquer pessoa que o

¹ Arquivo Histórico de Moura, Foral de D. Manuel, fol 16v.

² ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv.45, fol 39v

³ Ordenações Manuelinas, liv. V, tit.77, Fac símile, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp 234-35.

contraíro fizer mandamos que (...) sendo cristão será degradado para a ilha de S. Tomé pera sempre, e sendo judeu ou mouro forro, será cativo do senhor do cativo que assi levava.”

E é para a Ilha de S. Tomé que Francisco Fernandes é degradado, na sequência do roubo de Isabel, escrava de D. Pedro D’Eça. De facto, sabemos que a par da comercialização de escravos por via marítima, existia depois uma intrincada rede terrestre de venda, revenda e distribuição de escravos. Esta negociação era também transfronteiriça. Para Castela eram vendidos escravos, adquiridos em locais variados, por intermédio de negociadores localizados sobretudo no Alentejo e Algarve, privilegiando a zona da raia para este tipo de comércio. Tal é o caso de Serpa⁴, por exemplo, onde no século XVII foram encontrados vários agentes do tráfico negreiro, compradores e negociadores de escravos para revenda na vizinha Castela.

Para além do rapto ou roubo de escravos, a fuga de escravos constituía um problema real, questão que se tentava evitar penalizando⁵ quem acolhesse em sua casa cativos, fosse de dia ou noite, ou recebendo bens que os mesmos quisessem resguardar ou ocultar.

Por outro lado, os proprietários de escravos estavam obrigados a providenciar o batismo dos seus cativos, conforme bem ilustra o livro V, das ordenações manuelinas, com determinações específicas para os escravos vindos da Guiné: *“que todos os que tiverem escravos da Guinee os baptizem” “mandamos que qualquer pessoa, de qualquer estado ou condiçam que seja, que escravos ou escravas da Guinee tiverem, os façam baptizar e fazer christãos, atee seis meses, sob pena de os perderem...”*. Preconiza um período temporal de seis meses como o limite para a realização do batismo e para os recém- nascidos manda aplicar aquilo que se aplica a qualquer outro. Entendia-se então que igreja e senhores de escravos deveriam ser facilitadores na instrução dos escravos na doutrina cristã.

O que revela a análise do livro de batismos da paróquia de S. João Batista a respeito da presença escrava em Moura no período 1573-79 assemelha-se ao que acontecia em muitas noutras localidades à época. Dos 1217 registos de batismos, 81 diziam respeito a escravos, números que apontam para quase 7% dos registos enunciados. Colocando de lado a mera e fria análise numérica dos dados, da interpretação destes registos resultam alguns apontamentos que podem dizer algo sobre esta comunidade. Apenas dois dos batizados possuem no registo⁶ o nome de pai e mãe, ao mesmo tempo que se aponta a cor da pele e o fato de serem cativos. Figura normalmente apenas o nome da mãe, usualmente Maria, ou simplesmente a menção “filho (a) de uma escrava de...”. O nome da mãe é sucedido do termo “escrava” e o nome do senhor ou senhora. Em um dos casos a palavra escrava é substituída pela palavra “negra de”. A maioria dos registos não aponta nem o nome do pai, nem uma justificação pela falta dele, como é usual nos restantes registos de

⁴ Cf Fonseca, 2006, p. 728.

⁵ Cf Arquivo Histórico de Moura, Câmara Municipal de Moura, Posturas Municipais de 1693, fl30. *“Acordarão que nenhuma pessoa agasalhe nem consinta escravo ou escrava captivos em sua casa de dia ou de noute nem consinta comerem ou beberem, dormir, conversar, jogar, nem recebão, comão ou occultem couza alguma que tragão sem prymeiro mostrarem especial mandado de seus senhores, penna de mil e cincoenta reis, da cadea”*.

⁶ Cf ADBEja, Livro de Batismos da Paróquia de S. João, 1573-79. O primeiro data de 2 de Agosto de 1573 e diz respeito a Belchior, filho de “Bras Guames preto e de Vytoria de Vilhegas, escrava preta”, o segundo data de 24 de Junho de 1579 e diz respeito a Catarina, filha de “Francisco Xara e de Maria preta escravos ambos cativos”.

batismos. Verificamos que a simples menção “e o pai não se sabe” dependia sobretudo do tipo de registo efetuado em texto, que variava um pouco, conforme o padre responsável pela sua anotação. Não esqueçamos que muitas vezes a escrava mulher era submetida a uma exploração sexual por parte do senhor, gerando filhos, que desde logo nasciam na condição de escravos, e por isso obviamente nunca legitimados.

Neste período temporal assinalamos, através do livro de batismos consultado, um caso curioso, embora não exista qualquer confirmação de que se tratasse de uma escrava. Trata-se de uma mulata, de seu nome Mor Roiz que terá dado à luz dois meninos, presume-se que gémeos, que abandonou. Assim, encontrámos dois registos consecutivos de 12 de Dezembro de 1576, com os batismos de Francisco e António, e no assento original figura “filho da Santa madre igreja”, como se os meninos fossem enjeitados. Os dois apontamentos estão rasurados tendo a menção “filho de Mor Roiz mulata” substituindo a referência anterior. Dá conta não só da extrema vulnerabilidade a que estavam sujeitas estas minorias, como da extrema fragilidade da condição da mulher e das crianças geradas, fruto muitas vezes de relações ilícitas. Em três dos registos não é mencionado qualquer parentesco, presumindo tratar-se de escravos adultos e talvez recém-adquiridos⁷.

Quanto aos donos mencionados em cada anotação de batismo, verificamos que em muitos casos é referido o nome da dona e não do dono, pensamos por se tratarem de escravas exclusivamente domésticas. Quanto à profissão dos donos, encontramos algumas referências a mercadores, boticários, mas seguramente que, como alguns autores bem apontam, existiriam muitos escravos servindo os seus senhores nos trabalhos agrícolas, laborando para proprietários rurais de alguma importância. Na generalidade dos casos, no registo de batismo consta apenas o nome do senhor ou da senhora, sem qualquer menção ao ofício. É curioso também verificar que muitas vezes os escravos tomam o sobrenome do senhor, talvez como uma afirmação do dono reforçando a questão do escravo como propriedade perpétua⁸.

Encontramos também vários padres, donos de escravas, tratando-se de uma situação extremamente vulgar à época. De resto, também nos conventos femininos era comum as freiras ingressarem, acompanhadas de criadas ou mesmo escravas. O testamento de Dona Ângela de Moura, fundadora do Convento do Castelo em 1562, refere como um dos bens móveis, Catarina, sua escrava⁹. Por morte dos donos os escravos seriam herdados pelos descendentes excetuando os casos em que, muitas vezes em agradecimento pelos serviços prestados, os senhores ofereciam a alforria, por ocasião da própria morte. Dona Ângela não deixa determinada a libertação da sua escrava, mas antes *“a deixo a este mosteiro para dentro nelle servir a estas religiosas, e encomendo lhe muito que lhe dem tam bom tratamento que ella*

⁷ Cf ADBeja, Livro de Batismos da Paróquia de S. João, 1573-79. Dois deles com uma diferença de dois dias. A 7 de Março de 1578 é mencionado o batismo de Isabel, escrava de Bento Lopez e a 9 de Março o batismo de Maria, negra de António Fernandez mercador. A 22 de Janeiro situação idêntica, desta feita com o batismo de Violante, escrava de Francisco Lopes, mercador.

⁸ Cf ADBeja, Livro de Batismos da Paróquia de S. João, 1573-79. Batismo de 25 de Abril de 1576 “*Agostinho filho de Antónia Barbosa escrava de Diogo Barbosa*” ou outro exemplo ainda de 19 de Maio de 1576 “*Francisco filho de Margarida Pimenta, escrava de Catarina Pimenta*”

⁹ Cf Cabral, 1991, p.25.

tenha o captiveiro por alforria". A descrição do espaço conventual, contemporânea do testamento de Dona Ângela de Moura, refere várias áreas no conjunto edificado, todas com funções distintas e necessárias ao quotidiano da comunidade, de onde se destacam "*casas para as escravas*", reafirmando a presença escrava ao serviço das dominicanas.

No que respeita aos padrinhos de batismo, percebemos que muitas vezes são familiares do dono e senhor, mas em alguns casos, poucos, são escravos também¹⁰.

Existe, nos 81 batismos de escravos identificados, uma única menção ao batismo de uma filha de uma escrava forra, Paula Pícara, que teve por padrinhos André Roiz e Catarina Fernandes negra (escrava).

O que representava a mão-de-obra escrava? A ocupação do escravo dependia do meio em que estava inserido. Urbano ou rural, escravo de rico ou remediado, escravo homem ou escravo mulher, eram fatores que delineavam um percurso de vida diferente no futuro incerto destas pessoas. Na mira de todos eles, como sonho que se persegue, estava a tão almejada alforria. O mercado de escravos era uma atividade altamente rentável e a sua posse era símbolo de estabilidade e disponibilidade financeira. A mão-de-obra escrava vem colmatar, em especial em zonas do interior, a saída daqueles portugueses que impelidos pela procura de uma vida melhor, emigraram para territórios ultramarinos ou procuravam uma nova vida nos grandes centros urbanos.

Esta mão-de-obra era muitas vezes necessária ao trabalho árduo dos campos¹¹ ou no trabalho doméstico, este último geralmente reservado às mulheres. Trabalhava no cultivo das terras mas também na feitura de azeite ou vinho, apanho e transporte de lenha, entre outros. Contudo, várias posturas municipais procuraram regular e proibir a participação de mão-de-obra escrava em determinados ofícios, aludindo à falta de compromisso de responsabilidade e que daí surgiriam sérios prejuízos para o povo. Em Moura, as posturas municipais deixam transparecer algumas normativas no trabalho escravo¹², tentando evitar o roubo de azeitona ou cereal, porquanto proíbe que o escravo efetue o transporte ilícito destes alimentos para transformação: "*Acordarão que nenhum escravo captivo acarrete para moenda de azeitona ou de pão penna de seiscentos reis e des dias de cadea salvo sendo a moenda de lagar ou de pão do seu senhor.*" O estabelecimento desta penalização comprova, por outro lado, o emprego de escravos nestas funções, em íntima relação com a oleicultura, a produção e moagem de cereais.

Os escravos desempenhavam um sem número de atividades, sendo as rurais, para muitos autores, imprescindíveis e essenciais à economia agrícola alentejana, vital para este território sub-povoado. Documentação variada sugere que as funções dos escravos eram importantes também no que concerne à

¹⁰ Cf ADBeja, Livro de Batismos da Paróquia de S. João, 1573-79. A 10 de Agosto de 1573 é batizada Catarina, filha de uma escrava de Rui Lopes Cotel, serviram como padrinhos Diogo de São Payo e Bryzida escrava. Lourenço Estaço e Catarina "preytos" foram padrinhos de batismo a 5 de Novembro de 1573, de António, filho de Isabel Pimenta, escrava. A 20 de Janeiro de 1575 foram compadres de Madalena, filha de escrava de Francisco Nogueira, João Pimenta e Catarina "preitos".

¹¹ Cf Fonseca, 2002.

¹² Arquivo Histórico de Moura, Câmara Municipal de Moura, Posturas Municipais de 1693, fl62 v.

pecuária¹³, como guardadores de gado e que com a abolição da escravatura a economia alentejana sofreu uma retração considerada importante, pela grave carência de mão-de-obra que a medida gerou.

Às mulheres estava normalmente destinado o trabalho doméstico: a lavagem de roupas, acarretar a água ou lenha, despejar os detritos e imundícies. Para a mulher a condição de escrava era duplamente castigadora. Os filhos que gerasse eram propriedade do senhor, que poderia lucrar com a sua venda, vendo sempre, ainda que não existisse uma troca comercial, o seu património aumentar por força do aumento do número de escravos de que era dono. Eram os chamados escravos de criação. Não era raro, na casa dos grandes senhores, a existência de escravos reprodutores masculinos, cuja função era a procriação com as escravas, aumentando a cada gravidez o número de escravos do senhor.

Mas se em Portugal existiam escravos, não menos verdade era que portugueses também poderiam ser colocados na situação de escravos ou cativos.

Veja-se por exemplo o curso a que estava sujeita a costa portuguesa, sobretudo a algarvia. As razias de corsários orquestravam raptos em aldeias para rapto de população, contando muitas vezes com a colaboração de mouriscos locais. Estes raptos tinham o objetivo, antes de escravizar os sequestrados o pedido de resgates ou contrapartidas políticas ou económicas. Outra situação era a escravatura de prisioneiros de guerra, cativos que podiam ser simplesmente aprisionados, atirados para masmorras, ocupados em trabalhos forçados ou vendidos como simples mercadoria. Os prisioneiros ricos ou importantes eram negociados por alfaqueques, profissionais do resgate de prisioneiros, enquanto os pobres, a não ser que beneficiassem de um resgate coletivo, tinham duros dias pela frente.

Tomemos por exemplo o caso da Batalha de Alcácer Quibir, ocasião em que foram feitos cativos mais de 16.000 portugueses. Acompanhemos o percurso de um desses cativos, André Gonçalves, natural de Moura, participante no “desbarato” de Alcácer. Por vicissitudes várias, acabaria por ser presente ao tribunal da Santa Inquisição e este processo em particular, oferece dados muito curiosos sobre estes homens, feitos cativos em Marrocos. André Borralho era natural de Moura, e refere o processo “*naceo livre*”. Esta referência não era casual, André era mulato ou “baço”, filho de Agostinho Borralho, homem preto, forro, já defunto e de Maria Fernandes, mulher parda, forra. Ambos cristãos velhos e ambos escravos alforriados, como bem se entende. Com apenas 14 anos integrou a “*jornada de África del Rey D. Sebastião*”. Depois de capturado, como tantos outros, André foi feito cativo em Fez e logo depois vendido aos Alarves entre Meknes e Fez e, segundo o próprio, recebeu durante seis meses muitos maus tratos para se converter ao islamismo. Acedeu finalmente ao pedido que lhe faziam, depois de “*muitas vezes apertado*”, sendo de imediato “*retalhado*”, ou seja, circuncidado e recebeu novo nome: Ali. André, ou Ali, continuou na companhia dos Alarves durante cerca de um ano, até que empreendeu uma fuga para Arzila, em 1580. Uma vez em Arzila, onde se apresentou *com vestidos de Mouro e alfange e com guedelha na cabeça como os*

¹³ Cf Fonseca, 2004.

mouros foi preso pelo capitão de Arzila Vasco Fernandes Homem. Afirmou então que era cristão, crente no credo e que queria voltar à sua fé apesar de a ter arrenegado. Como *elche*¹⁴ é presente a Pero de Sequeira, vigário em Arzila, onde se confessa, procurando a absolvição. Contudo, por não ter licença para tais absolvições, o vigário remete André para o seu bispado, Évora, onde deveria pedir absolvição. Para que não fosse preso como escravo “*pelos caminhos por onde viesse*” é-lhe passada uma carta de alforria. De facto, e a esta época, a circulação de escravos era grande, e a fisionomia de André poderia facilmente colocá-lo na pele de um escravo em fuga, sendo descrito como preto de rosto, comprido e barbado. Este documento, de Novembro de 1580, acrescenta mais um elemento curioso a toda esta história, por si só sui generis. Com o documento em mãos consegue chegar enfim a Évora na quaresma de 1581, mas a peste havia tomado a Cidade e não encontrou nela prelado, nem inquisidor. Dirigiu-se então ao colégio da companhia de Jesus onde foi ouvido em confissão pelo Padre Pero Luíz que o absolveu e lhe escreveu, nas costas da carta de alforria, já referida, um escrito de confissão e a declaração da absolvição.

Anos mais tarde, em 1585, e já na sua terra natal, André Borralho parte em defesa do seu irmão João Borralho, que se envolve numa altercação com Rui Fernandes e Luzio, sapateiros, ambos feitos cativos em África, tal como ele. Neste desentendimento que envolveu cutiladas, Rui Fernandes ameaça André dizendo-lhe “*que lhe havia de fazer muito mal chamando-lhe mouro*”. Receoso que Rui Fernandes “*desse dele*”, junto ao tribunal da inquisição, resolve pedir conselho sobre este assunto ao padre Jorge Privado, à época vigário da vara da Vila de Moura, que o aconselhou que fosse acusar-se à mesa da inquisição. Em defesa própria disse que se dissimulou mouro para se salvar e posteriormente tentar fugir, que na fuga vestia aljaravia “*para poder fugir mais a seu salvo*”, que fingia dizer as orações que lhe foram ensinadas, afirmou não ter raça nem de mouro, nem judeu e ser filho de cristãos velhos. Acrescenta ainda que era sapateiro e que estava para casar com Catarina Pimenta, mulher branca. André acabou preso nos cárceres da inquisição de Évora, para averiguação das suas culpas, sendo solto em 1586 apenas com penitências espirituais auxiliadoras na recondução à fé cristã.

Os processos do Tribunal da Inquisição fornecem com frequência dados inigualáveis de aspetos vários do quotidiano das populações e quando incluem inventários de bens dos hereges, estes vão permitir um conhecimento pormenorizado de bens móveis e imóveis, onde se incluem os escravos. O processo de Violante Gomes, de 1669, acusada de judaísmo e filha do também processado Diogo Fernandes Ferro, mercador, contém o inventário de bens, incluindo aqueles que compunham o dote de casamento. De entre o riquíssimo elencar de propriedades urbanas e rurais, quantias em dinheiro, mobiliário, joalharia e vestuário, ressalta a menção a dois escravos de que Violante era proprietária. Tomé, escravo mulato, quase branco, com 14 anos e que lhe havia custado 30.000 réis e o escravo mulato António, de 10. Sublinhe-se que no mesmo alinhamento é referida a posse de um macho preto, no valor de 20.000 réis evidenciando

¹⁴ *elj*, convertido cristão ou mouro renegado.

para os escravos a desadequada equiparação a animais, como de resto observamos em variada documentação.

Escravos de Moura processados pela inquisição houve alguns, por exemplo João Preto, de 30 anos¹⁵ que em 1575 é acusado de bestialidade, sendo degredado para sempre, para as galés. Era escravo de Catarina Careira e residia na freguesia de Montalvo, termo de Moura. Em 1608 Domingos Marques¹⁶, escravo de Nuno Vaz é acusado de sodomia e condenado à fogueira pelo Tribunal da Inquisição de Évora, sendo queimado em 1612.

Também da freguesia de Montalvo nos chegam notícias através de outro processo, do ano de 1594¹⁷. Desta feita, a escrava de Margarida Fernandes, acusa a sua senhora de práticas ilícitas, denunciando-a junto a uma habitante de Moura, Beatriz Lopes, que encontra enquanto compra um pedaço de pano de linho para o seu senhor Baltazar Dias. O documento não revela o nome da escrava, que cita apenas como “hua escrava negra” que, indignada, se queixa primeiro a Beatriz dos maus tratos a que estava sujeita, por parte da sua dona. Beatriz terá retorquido que se calasse e tivesse paciência, ao que a escrava respondeu:” *que desse ao diabo a dita Margarida Fernandes sua senhora, que não era cristã e que tirara de uma arca um crucifixo e que lhe fazia certos desacatos*”. A acusação feita pela escrava a Beatriz tinha ainda outros pormenores que Beatriz já não conseguia precisar, pois já não se lembrava se a escrava teria dito que o crucifixo era açoitado ou se Margarida lhe cuspiu. Ambas eram acusações igualmente graves, que Beatriz fez chegar à mesa da inquisição.

Como já referimos anteriormente, o batismo dos escravos, recém-nascidos ou recém-adquiridos, simbolizava o ingresso na religião católica e simultaneamente uma quebra com qualquer vínculo identitário anterior à condição de escravo. A adoção de nome cristão, bem como a assimilação de práticas religiosas cristãs integravam uma hábil estratégia conducente a uma aculturação que se desejava dócil e submissa. O escravo estava sujeito a um tratamento diferenciador¹⁸ por parte da sociedade branca que servia, tido como irresponsável, arruaceiro e ainda que conseguisse a alforria, a cor da pele ou traços fisionómicos específicos ditavam uma discriminação que se arrastava por gerações.

Na verdade, a integração desta franja da população, equiparada muitas vezes a um bem móvel e totalmente desprovida de personalidade e vontade própria, era inexistente, e apesar de se querer catequizada, à população escrava estava vedada a integração na maioria das confrarias religiosas católicas. Em Portugal destaca-se a confraria dedicada à Nossa Senhora do Rosário que, ao contrário de muitas outras, não era seletiva, nem distinguia os seus confrades pela cor da pele ou condição, nem tão pouco exigia

¹⁵ ANTT, TSOE, Proc. 11217

¹⁶ ANTT, TSOE, Proc. 7889

¹⁷ ANTT, TSOE, Proc. 10646

¹⁸ Cf Arquivo Histórico de Moura, Câmara Municipal de Moura, Posturas Municipais de 1693,fl71. As posturas penalizam quem fosse encontrado perto de chafarizes ou rios onde as mulheres lavavam roupa sem ter o que fazer, ou junto a fontes ou poços buscar água, sob pena de pagar 525 réis. No caso do intruso ser escravo seria *“empicotado três horas no peloyrinho. E não querendo seu senhor que o empicotem pague mil e quinhentos réis para a câmara...”*

pagamento para entrada de seus confrades, admitindo todos os cristãos. Por toda esta especificidade, embora existisse desde o século XV em Portugal, conheceu particular desenvolvimento com a chegada dos escravos africanos¹⁹. A invocação do rosário foi a mais popular entre a população negra em Portugal, de tal maneira que em muitos locais surgem dois ramos de uma mesma irmandade: Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos e Nossa Senhora do Rosário dos homens brancos. E se por um lado a integração nesta irmandade vinculava os seus confrades a um conjunto de obrigações religiosas e caritativas, tais como rezar semanalmente o rosário, preparar e dedicar uma festa nos primeiros dias de Outubro, apoiar os outros irmãos; por outro lado, estas confrarias contaram com privilégios régios que lhes permitia o resgate de irmãos cativos vítimas de maus tratos por parte dos senhores, constituindo um instrumento jurídico único na salvaguarda dos direitos dos cativos. De sublinhar que aos senhores não desagradava que os seus escravos integrassem estas irmandades, tanto mais que, por exemplo, as irmandades deveriam prover o necessário ao enterramento dos seus irmãos, fator que libertava os senhores de escravos, desse encargo que lhes pertencia.

Em Moura existiu uma irmandade de Nossa Senhora do Rosário, situada na Igreja de S. João de Moura, anterior a 1599, data em que D. Filipa, por vontade testamentária manda fazer retábulo²⁰. Situava-se no altar co-lateral do lado da epístola onde, em 1758, co-existiam duas imagens de N^a Sr^a do Rosário: uma estofada de ouro e notoriamente grande e uma outra mais antiga “vestida de roupas e ornada com decência”. A mesma capela continha também uma imagem do Senhor dos Terços, que contava com muita devoção do povo, saindo diariamente em procissão. Curiosamente na capela do lado estava uma imagem de S. Bento de Palermo, ou S. Benedito, santo negro que também contava com a simpatia e devoção da população escrava.

Outros documentos há, todos posteriores, que atestam a sua existência, dando nota de querelas com a Irmandade das Almas, sita na mesma igreja de S. João e a mais notória de todas, que chegou a alcançar anualmente as duas mil missas²¹.

Em 1621, D. Filipe II, em resposta a petição da irmandade, concede²² que levem cruz na procissão e que os confrades possam acompanhá-la “*na parte aonde até agora a levarão*”. Na mesma data, a irmandade recebe provisão²³, para mandar dizer as suas missas com assistência de cruz e tochas e em 1624 vê os respetivos estatutos confirmados²⁴, por D. Filipe III. Percebemos o papel interventivo da irmandade, quando em 1667 uma causa cível opõe a escrava natural de Moura Francisca do Rosário, mulher parda, ao senhor Nicolau Lopes, em um processo extremamente complexo que envolveu a prisão da escrava e do

¹⁹ Fonseca, 2016.

²⁰ Arquivo de Moura, Família Lacerda, Liv 4^o do Morgado de Moura, dc 6, cx 003.

²¹ Segurado, 1929, p.104.

²² ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv 11, fl 255v.

²³ ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv 11, fl 256.

²⁴ ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv 12, fl 382v.

próprio dono pelo conflito de poderes gerado entre o Juiz João Privado de Sampaio e Filipe de Azevedo, comissário de cavalaria. Francisca tratava de comprar a sua liberdade, mas Nicolau Lopes mandou prendê-la e tratava da sua venda a Filipe de Azevedo. Havendo petição junto do Juiz de fora para que pudesse negociar a compra da sua liberdade fora da cadeia, chegou a fazer depósito em juízo, através de um mordomo da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de 45000 réis, valor negociado para a sua compra. Tentava através da irmandade tratar da sua alforria “*pellos privilegios que tem a ditta irmandade*”, fator que claramente não era do agrado de Nicolau que, perante a ordem do Juiz para que a escrava fosse solta da cadeia, se vai queixar a Filipe de Azevedo para que o não permitisse. A confusão adensa-se ainda mais, quando o Juiz percebe que Francisca foi feita prisioneira na própria residência do comissário para evitar a sua soltura e prende Nicolau Lopes, por desrespeito à sua ordem. A escrava foi reposta na cadeia e reforçada a vigilância com o corpo da guarda principal do castelo (liderada pelo capitão Francisco Ferreira de Moraes) local para onde o Juiz se dirigiu. Embora se tenha feito acompanhar, entre outros, do alcaide de Moura Gines Fraião para soltar Francisca, nem assim conseguiu concretizar os seus intentos. Todo este intrincado processo motivou uma queixa, não pela liberdade da escrava, mas pela denúncia da utilização abusiva dos poderes por parte do governador da praça militar, extrapolando os poderes que lhe estavam conferidos, em total desrespeito para com as ordens do juiz de fora. Há claramente um grave litígio entre os dois poderes, que se opõem e confrontam e não se compreende como terminou esta querela, não sabemos se Francisca conseguiu a tão almejada liberdade. Este processo é demonstrativo de que a intervenção destas irmandades nos processos de compra da liberdade existiam, mas eram muitas vezes processos difíceis, muito complexos de gerir e muitas vezes com contornos muito nebulosos.

Em 1689, os homens pretos da confraria do Rosário de Moura pediram a D. Pedro II²⁵ que lhes concedesse a mercê, a exemplo do que faziam já os seus semelhantes da confraria do Rosário do Salvador, em Lisboa, de pedirem esmola com as suas vestes e imagem pelas ruas da vila de Moura, aos domingos e dias santos, para com esse dinheiro fazer face às despesas da irmandade e assim resgatar, pelo justo preço, os irmãos escravos que os senhores quisessem vender para fora do reino ou a quem dessem maus tratos. O rei acedeu ao pedido, desde que, nesta última circunstância, fosse dado como provado que o senhor dava ao cativo “áspero e ruim cativo”.

Ainda a propósito desta confraria, encontramos nota sobre ela na descrição dos festejos que tiveram lugar em Moura, a propósito da canonização de S. Jacobo da Marca, no ano de 1726²⁶. Santo Franciscano, pelo que coube ao Convento de S. Francisco a realização na sua igreja a realização de várias celebrações religiosas que assinalaram o acontecimento. Fez parte destas comemorações a realização de uma procissão que percorreu com toda a pompa as principais ruas da Vila de Moura, devidamente

²⁵ Torre do Tombo, Chancelaria de D. Pedro II, Liv. 58, f. 48 – 13.8.1689

²⁶ Cf Chagas, Recopilativa Narraçam..., 1727.

engalanadas para o efeito. Os granadeiros abriam caminho à procissão, trombetas e tambores faziam notar a sua passagem, preparando espaço para as sagradas imagens que compunham o cortejo. Santo António liderava o grupo de imagens que se seguiam: S. João de Deus, S. João Batista, Nossa Senhora, acompanhada da respetiva irmandade e de seguida Nossa Senhora do Rosário, carregada pelos escravos da irmandade desta forma descrita²⁷:

“Logo em distância proporcionada dos escravos a singularíssima coroa, imagem na terra tão celebrada, que pela dificuldade se conduzião apenas na procissão de corpus he levada; he esta do Rosário a Senhora e vestida de Gloria novamente de diamantes esmaltada e por seis escravos fortes com trabalho conduzida, indices de sua singularidade e mostras de sua grandeza, a que precedião no meyo de sua irmandade dous anjos...”

Considerações Finais

São de facto vários os testemunhos que denotam a importância da presença escrava na então Vila de Moura neste período, presença essa predominantemente negra, como já tivemos oportunidade de constatar. Em 1761, Portugal foi pioneiro na abolição do tráfico de escravos na metrópole, declarando, através de alvará de D. José I, libertos e forros os escravos que entrassem em Portugal. Sabendo que o fim da escravatura não foi imediato, foi contudo um importante passo dado nesse sentido. A presença negra não se dissipou depois disto, a miscigenação foi uma constante, e haverá pouca gente que possa afirmar com toda a certeza, não ter antepassados negros.

²⁷ As comemorações desta canonização em Moura iniciaram a 29 de Agosto, mas o ponto alto das celebrações foi a procissão atrás descrita, a 4 de Setembro, em que para além das imagens descritas figuraram também outras, conduzidas não em andores, mas como a circunstância exigia pompa, foi criada uma cenografia impressionante. Segundo a descrição, um barco de tamanho admirável, carregava na popa uma imagem grande de Nossa Srª da Conceição e junto ao mastro, as imagens de S. Francisco e Santa Clara. Um não menos vistoso “carro” com uma torre encerrava a procissão, com uma imagem do Santo cuja canonização se comemorava e outra imagem de Nª Srª da Conceição. O aparato da procissão, associado à multidão que a acompanhava, as várias comunidades religiosas, o regimento de Moura, fez com que parte da muralha da praça (assim designado na descrição) fosse em parte demolida, por forma a tornar o espaço mais amplo, sendo depois reparada.

Fontes Manuscritas

ANTT, Chancelaria de D. Manuel, liv.45.

ANTT, TSOE, Proc. 11217

ANTT, TSOE, Proc. 7889

ANTT, TSOE, Proc. 10646

ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv 11

ANTT, Chancelaria da Ordem de Avis, Liv 12

ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, Liv. 58.

Arquivo histórico de Moura, Câmara Municipal de Moura, Posturas Municipais de 1693, caixa 9.

Arquivo histórico de Moura, Câmara Municipal de Moura, Posturas Municipais de 1693, fl62 v.

Arquivo de Moura, Família Lacerda, Liv 4º do Morgado de Moura, dc 6, cx 003.

Arquivo de Moura, Foral de D. Manuel, fol 16v.

ADBeja, Livro de Batismos da Paróquia de S. João, 1573-79.

Fontes Impressas

CHAGAS, Francisco das, Recopilativa narraçam do notorio jubilo, e festivel applauzo, com que a commuidade de Saõ Francisco da villa de Moura... agradecerão a Deos o grande beneficio, que por declaraçãõ do Santissimo Padre Benedicto XIII fez a Igreja determinando para ser Canonizado o S. Jacobo da Marca, filho observante da religiam serafica. - Lisboa Occidental : na officica de Pedro Ferreyra, 1727.

Ordenações Manuelinas, liv. V, tit.77, Fac símile, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp 234-35.

Bibliografia

BAHY, Cristiane Pinto. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial de Viamão (1780-1820): fontes primárias e perspectivas de pesquisa. Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do SUL. Rio Grande do Sul, s/d.

CABRAL, Luiz de Almeida, História da Notável Vila de Moura, CMM, 1991, p.25.

CALDEIRA, Escravos em Portugal: das origens ao século XIX: histórias de vida de homens, mulheres e crianças sob cativeiro, Lisboa, Esfera dos livros, 2017.

DELFINO, Leonara, As mercês régias e os pretos devotos: a rede internacional de proteção das irmandades do Rosário no Reino de Portugal, in “Temporalidades- revista de história”, ed. 22, V. 8, N.3, 2016.

FONSECA, Jorge, A raia luso-castelhana, espaço de cativeiro e de luta pela liberdade (séc. XVI-XVII), Revista de Estudios Extremeños, vol. 62, nº 2, 2006, p. 728.

FONSECA, Jorge, Escravos no sul de Portugal: séculos XVI-XVII/ Jorge Fonseca ; Lisboa,: Vulgata, 2002

FONSECA, Jorge, Os escravos na agricultura alentejana, Porto, Campo de letras, 2004.

FONSECA, Jorge, Para a história dos escravos e negros no Alentejo: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Arraiolos (séculos XVII-XVIII), in Almansor, 2004, nº3 2ª série.

FONSECA, Jorge, Religião e liberdade, os negros nas irmandades e confrarias portuguesas (sec XV a XIX), ed. Húmus, 2016, V.N. Famalicão.

REGINALDO, Lucilene, “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII, In “História” vol.28, São Paulo, 2009.

SEGURADO, Jorge , (1929), Igreja de S. João de Moura, Lisboa,.

Edições electrónicas

PATRÍCIO, Octávio; BACALHAU, Marisa, (2012), O foral Manuelino de Moura; ed. Câmara Municipal de Moura, Moura.. (e-book)

FONSECA, Jorge., (2020), *De Escravos a Negros livres no Sul de Portugal* In *Desigualdades* (on-line). Évora, Publicações do Cidehus, (Consultado a 12 de Fevereiro 2021).Disponível em: <<http://books.openedition.org/cidehus/13092>>.

Quotidianos da Praça de Moura
durante a Guerra da Restauração
| 1641-1668 |

João Augusto Espadeiro Ramos
Mestre em História Moderna pela Universidade de Évora
joao.espadeiro.ramos@gmail.com

Introdução

Dia 1 de Dezembro de 1640. Um grupo de nobres entra no paço, assassina o secretário Miguel de Vasconcelos, governador de Portugal em nome de Filipe IV de Espanha e aclama o Duque de Bragança, D. João, rei de Portugal. Está, assim, iniciado o processo de restauração do Reino de Portugal face a 60 anos de monarquia dual. Este dará origem a uma guerra com o país vizinho que se havia de estender por 27 anos, terminando já após a morte de D. Filipe e de D. João. “Moura teve notícia dos factos ocorridos em Lisboa, no dia 8 de Dezembro, onde toda a vila em uníssonos aclamou o novo monarca.”²⁸

A situação vem alterar, em alguns casos profundamente, os quotidianos de uma vila como Moura. O território onde a vila e seu termo se insere tem características que podem ter dado alguma especificidade a esta região. Aquando da junção dos dois reinos (Portugal e Castela) sob a mesma Coroa, muito daquilo que era a administração portuguesa se terá mantido sem alterações de fundo. Uma área onde houve alterações desde 1580 foi certamente a que concerne à fronteira entre ambos os reinos. A fronteira foi abolida e com essa abolição foi descurado todo um serviço fiscal em torno das alfândegas e de outros officios de controlo de comércio. Por outro lado foram-se, ao longo dos 60 anos, criando práticas e rotinas de comércio e movimentação que repentinamente tiveram de ser controladas. A vila de Moura e o seu termo confinavam com o reino vizinho, e agora inimigo, e isso colocava-a numa posição de primeira linha face a tudo o que pudesse vir de consequência do acto de 1 de Dezembro. Mas também fazia dela posto adiantado numa eventual estratégia de avanço sobre Castela. Por estes motivos o território formado pelo termo de Moura e outros limítrofes, à esquerda do Guadiana, era catapultado para um protagonismo militar de destaque no país, no decorrer da guerra da Restauração.

Estamos, pois, perante uma realidade que sofre uma alteração repentina e drástica da sua existência. Desde logo toda a movimentação militar traz à vila uma cor e um movimento certamente nunca vistos: “(...) os corpos militares apresentam-se uniformizados, em todas as acepções da palavra, devendo ser submetidos a treinos quotidianos, entre exercícios, paradas e marchas, produzindo movimentações de carácter quase coreográfico, com ritmos de forte componente sonora — os gritos de guerra, o rufar dos tambores ou o toque dos metais, sons igualmente codificados — de óbvio impacto na população civil.”²⁹ Esta vasta panóplia “(...) de exercícios militares invade o espaço urbano e transforma a arquitectura utilitária ou de equipamento em boca de cena.”³⁰ Para além destes, chegam à vila, ainda que em ocasiões diferentes, os moradores do termo em busca de protecção. Este aspecto, de certo modo lúdico, de movimentação militar pela vila, convive com as notícias trazidas por quem chegava de novo. Ambos acentuavam um clima de alerta permanente na expectativa do ataque eminente. No início dos conflitos, em

²⁸ João Cosme, *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*, Mourão, Câmara Municipal de Mourão, 1996, p. 26.

²⁹ Margarida Tavares da Conceição, “A praça de guerra como cenário barroco”, in *Barroco Iberoamericano. Territorio, Arte, Espacio y Sociedad (Actas do III Congresso Internacional)*, Sevilha, Ediciones Giralda – Universidad Pablo Olavide, 2001, p. 1517.

³⁰*Ibidem*, p. 1511.

1641, os alertas sucederam-se. No princípio de Julho, após a notícia que uma esquadra de cavaleiros inimigos se aproxima de Amareleja, “(...) em Moura, o sino tocou a rebate, acorrendo a gente da vila ao Castelo.”³¹ . Ainda nesse mês “(...) em 26 de Julho, sexta-feira, dia de Santa Ana, os sinos de Moura voltaram a tocar a rebate, já que constou que os castelhanos andavam, novamente, no campo da vila”³². A 15 de Agosto há notícia do saque castelhano no termo de Moura de onde foram levadas muitas cabeças de gado e novamente o rebate: “Ao toque a rebate dos sinos, os moradores de Moura acorreram ao castelo”³³. Neste aspecto, o que aponta Teresa Veiga para Lisboa, parece fazer sentido neste contexto. Assim, “(...) numa época em que a informação era escassa e feita sobretudo por via oral, a percepção trágica dos acontecimentos era acentuada pela proximidade em que viviam os indivíduos, e geradora de notícias e boatos invulgares. Neste sentido, as crises de mortalidade ocorridas em Lisboa e outros acidentes naturais, como os terremotos de 1531 e 1755, constituem exemplos ideais, ao alterarem a ordem e fomentarem comportamentos colectivos extremados.”³⁴ Não é difícil imaginarmos situações semelhantes para o caso de Moura e isso, deixa adivinhar a turbulência dos quotidianos desta praça.

É precisamente sobre isto que nos queremos debruçar. Sobre o modo como a guerra da Restauração influenciou os quotidianos, de gentes e instituições especificamente na praça de Moura. Neste contexto importa, também, fazer alguma abordagem comparativa, com outras praças vizinhas ou com outros locais e perceber até que ponto as alterações introduzidas nos quotidianos foram específicas de Moura ou comuns a outras praças, ou até que ponto foram específicas de situação de conflito.

Para a realização deste trabalho decidimos explorar fontes manuscritas inéditas. No livro de *Alvarás e Mercês da Câmara de Moura*³⁵, encontram-se transcritos 28 bandos³⁶ (incluindo só os referentes ao período em estudo) proclamados por homens da hierarquia militar e que vão desde conselheiros de guerra de sua majestade aos governadores da praça de Moura. São eles a base do nosso trabalho. Como enquadramento socorremo-nos, em termos de bibliografia, de uma forma mais substancial do trabalho *Fortificações Modernas de Moura*³⁷, este mais orientado para a construção e manutenção das estruturas defensivas da praça de Moura, e *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*³⁸, com uma perspectiva sobre a história militar, mas também social de todo o território português situado na margem esquerda do Guadiana. Estes dois trabalhos, pela síntese que fazem das matérias e pela publicação de algumas fontes, pareceram-nos suficientes para atingirmos os fins pretendidos.

³¹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 32.

³² *Ibidem*, p. 34.

³³ *Ibidem*, p. 36.

³⁴ Teresa Veiga, “Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade”, *Revista Camões*, nº 15/16, 2003, p. 169.

³⁵ Arquivo Municipal de Moura (AMM), *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1.

³⁶ Pregão, proclamação ou anúncio público, conforme está definido em Eduardo Pinheiro, *Dicionário da Língua Portuguesa*, 12ª edição, Porto, Livraria Figueirinhas, 1977, p. 227. A procura em Raphael Bluteau, pela proximidade temporal, ajuda-nos melhor. “Entre nos Bando he pregão de guerra, a som de caixa, com pena imposta aos transgressores de alguma ley militar” (consultado em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/?q=bando>, acedido a 03/02/2022.

³⁷ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *Fortificações Modernas de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura, 2005.

³⁸ João Cosme, *ob. cit.*.

Enquadramento do período de conflito

Tendo a guerra origem na autonomização do reino de Portugal relativamente à monarquia castelhana, o primeiro confronto só acontecerá seis meses depois, a 9 de Junho de 1641, perto de Olivença³⁹. Na região de Moura os primeiros confrontos ocorrem nesse mesmo mês, com a deslocação de exércitos de Moura para Barrancos com o propósito de destruírem a aldeia sob acusação de nela viverem muitos castelhanos que passariam informações para o seu país⁴⁰. A partir daí, essa conflitualidade vai-se estendendo a outras aldeias do termo de Moura⁴¹. Neste período inicial o exército português era muito impreparado pelo recurso que se fazia a camponeses para as acções, que eram essencialmente de saque: “Toda gente portuguesa era bisonha, excepto o que a levava a seu cargo (que deu bem má conta della) e não se [h]aviam achado em semelhantes ocasiões cuidaram que o mundo era pouco para elles, e que hiam a alguma festa, querendo cada um ser o capitão de si mesmo.”⁴²

No primeiro ano de conflitos, estes ocorreram com maior periodicidade. Neste período inicial, como nos diz João Cosme, era esta “(...) a tipicidade das guerras da Restauração no espaço fronteiriço em que a noite era utilizada para se aproximarem das povoações que se pretendia acometer. Depois, de surpresa, ao romper da aurora atacavam-se as praças de armas de segundo plano, já que em princípio estavam mais carentes de meios defensivos, ao mesmo tempo vingavam-se das arremetidas cometidas a partir desses espaços.”⁴³

A partir de 1643 a alteração de posição da França face a Portugal, motivada pela morte do Cardeal Richelieu e a consequente assunção da regência francesa pela irmã de Filipe IV de Castela, associada à saturação com os conflitos europeus, nomeadamente a guerra dos 30 anos e a guerra civil inglesa, deixam Portugal à sua mercê, com apoios praticamente inexistentes. Esta situação leva a uma alteração de estratégia com a concentração na defesa do espaço fronteiriço, ao invés das investidas em território inimigo para estimular os seus ataques⁴⁴.

Em Maio e Junho de 1657, dá-se a perda das praças de Olivença e Mourão, respectivamente⁴⁵. A perda destas praças altera a posição estratégica de Moura e de outras praças face ao conflito. É “[a]ssim [que], Moura, Serpa, Monsaraz e Juromenha ascenderam à posição de primeira linha.”⁴⁶

De um modo mais sistematizado elencamos os acontecimentos de uma forma estruturada | quadro 1.

³⁹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 31.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 32.

⁴¹ *Ibidem*, p. 32.

⁴² *Ibidem*, p. 32. Originalmente em Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), *Res.*, cod. 6687, fl 244v-245.

⁴³ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 50.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 69.

Quadro 1 – Conflitos na Guerra da Restauração que envolveram a vila de Moura e o seu termo

Data	Ataques feitos a partir de Portugal	Ataques feitos a partir de Castela
09/06/1641	Primeiros conflitos perto de Olivença	Primeiros conflitos perto de Olivença
Fins de Junho de 1641	Destruição da aldeia de Barrancos, por nela residirem muitos castelhanos, o que aumentava as suspeitas de espionagem.	
01/08/1641	Ataque a valência de Mombuey, com um contingente de homens de Moura, Mourão e Safara.	
13/08/1641		Ataque à aldeia da Póvoa.
15/08/1641		Saque efectuado por 30 homens de cerca de 3000 cabeças de gado no termo de Moura.
21/09/1641	Saque em Aroche, de onde se trouxe um rebanho de ovelhas.	Junto à Estrela foram presos, por tropas vindas de Mourão, 20 castelhanos.
7/10/1641		Sítio à aldeia de Santo Aleixo entre as 7 e as 21 horas. Estiveram no auxílio a Santo Aleixo um grupo de 20 homens do Sobral.
17/10/1642		Grupo dirige-se à aldeia da Póvoa, que já se encontrava desabitada.
Meados da primavera de 1642		Entrada de castelhanos no termo de Moura. O saque é recuperado e ainda são retidos 40 cavalos dos atacantes.
Meados de Maio de 1642	Preparada incursão a Aroche sem sucesso por ter sido descoberta.	
Maio de 1642	È atacada e incendiada Ensinasola, sem ter sido tomado o castelo.	
1º Semestre de 1643		Entradas frequentes em Amareleja, Safara e Santo Aleixo, a partir de Valência de Mombuey.
03/08/1643	Ataque e incêndio de Valência de Mombuey.	
12/08/1644		A aldeia de Santo Aleixo é tomada e morrem quase todos os seus moradores. Foi destruída a igreja que era usada como reduto militar. Ataque a Safara que é saqueada depois de se render.
Finais de 1644		A aldeia de Pias é desabitada e assim permanece até ao final de 1649.
15/08/1645		Saque de gado no termo de Moura. As tropas atacantes são perseguidas e o gado é recuperado nas imediações de Valência de Mombuey.
21/03/1650	350 soldados de Moura vão para Olivença.	
Abril de 1651	Entrada em Castela com o intuito de roubar e destruir.	
Agosto de 1652		Entrada na zona da aldeia das Pias.
10/10/1656		Conflitos perto de Moura (é o que indicia um óbito ocorrido).
30/05/1657		Tomada da praça de Olivença.
20/06/ 1657		Tomada da praça de Mourão.
01 /06/1658		Entrada no termo de Moura, na sequência da qual é morto um soldado de cavalaria português.
Setembro de 1658	Incursão em Castela, a partir de Safara, da qual foi trazido um morto.	
18/08/1659		Incursão sobre Safara.
Janeiro de 1660		Entradas no termo de Moura.
Final de Maio de 1662		Ataque à aldeia de Pias, na sequência do qual morreram 9 pessoas.
02/04/1665	Incursão em Castela a partir de Safara.	
22/04/1665		Ataque a Safara, que se saldou na morte de um português.
21/01/1666	O conde Schomberg entra no Condado de Niebla com regimentos de Moura, Serpa e Monsaraz.	

A observação do quadro permite-nos perceber que no primeiro ano de guerra houve muito mais conflitos que em qualquer um dos outros anos. Enquanto para o primeiro ano estão referenciadas sete conflitos, nos anos posteriores esse número nunca passa de dois por ano, excepto no ano de 1642 em que há quatro conflitos. Existem mesmo dois períodos longos sem notícia de qualquer conflito, entre 1645-50 e 1652-56. Outro dado relevante é o facto de entre 1652 e 1662, dos nove conflitos registados apenas um foi desencadeado por portugueses contra Castela.

Muito mais do que grandes batalhas em terreno aberto onde dois grandiosos exércitos se confrontam, João Cosme, o autor seguido, indica-nos que estes conflitos, se caracterizam por pequenas acções onde “[o]s saques, as pilhagens e a destruição pelo fogo começaram a ser o principal móbil e tática utilizados pelos soldados.”⁴⁷ Este autor complementa ainda esta caracterização: “Ambas as partes utilizavam como estratégia preferencial de acção, entradas rápidas e de surpresa sobre o território inimigo, com a finalidade de cativarem alguns habitantes que se afastasse das muralhas para assim obterem informações sobre a realidade contrária. Por vezes não se limitavam a cativarem os mais descuidados, pois, matavam-nos e deixavam-nos no campo.”⁴⁸ Também do lado Espanhol é esta a leitura que se faz daquele período: “(...) podemos decir que lo que se desarrolló durante casi três décadas em toda la frontera fue una guerra de guerrillas, de desgaste, com contínuos ataques que abrasaban la economia de las poblaciones.”⁴⁹

Esta característica do conflito, tudo leva a crer, tinham implicações diferentes para os dois estados. Se do lado português não são referidos eventuais proveitos económicos para o estado provenientes dos saques realizados, do lado castelhano a situação é diferente. Félix Sancha Soria diz-nos que “[a] pesar de lo bloqueo económico decretado contra Portugal las leyes españolas seguían favoreciendo los hurtos, al permitir que el ganado se vendiera en pública subasta, recibiendo una parte de los beneficios el monarca y la outra el que realizaba la presa, La voraz maquinaria estatal acudia a cualquier expediente para recaudar dinero.”⁵⁰

Análise dos bandos

Começaremos por analisar os 27 bandos proclamados pela estrutura hierarquia militar para, a partir daí, orientarmos a nossa abordagem no cruzamento destes com as questões quotidianas. Bandos, como já ficou inferido na nota de rodapé que remete para o dicionário de Raphael Bluteau, são proclamações, decisões, orientações, emitidas pelas chefias militares, dirigidas a um grupo, geralmente proibindo algo e definindo a pena aplicar no caso de incumprimento. Todas as proclamações estão compreendidas entre os anos de 1657 e 1668, foram portanto emanadas nos últimos 11 anos dos 27 totais de guerra. O último bando

⁴⁷ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 39.

⁴⁹ Félix Sancha Soria, *La Guerra de Restauración Portuguesa en la Sierra de Aroche (1640-1645)*, Huelva, Diputación de Huelva, 2008, p. 26.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 105.

aparece-nos no ano do fim da guerra e como veremos, serve precisamente para anunciar esse fim. Nos primeiros 17 anos de guerra não há qualquer bando. Ainda que desaparecida a parte inicial do livro (uma vez que este começa no fólho 25) o primeiro bando só aparece no fólho 40 e isto reforça a suposição sobre a inexistência de bandos anteriores, uma vez que para o período em que eles existem, por cada década aparecem-nos no mínimo 6 e aqui em 15 anos não aparece nenhum. Também não nos parece provável que não houvesse necessidade de emanar orientações relativas à praça de guerra. Surge-nos como mais provável a inexistência da rotina de registar os bandos no *Livro de Alvarás e Mercês*. Atendendo à repetição dos assuntos abordados, muito certamente por incumprimento, ter-se-á procurado dar peso a estes instrumentos através da sua inserção junto dos alvarás e das mercês. Nesse período de onze anos, um destaca-se claramente, o ano de 1662, no qual foram registados 13 bandos praticamente metade do total. No ano seguinte não é registado qualquer bando e no ano de 1664 são registados 4. Os valores de 13 e 4 são os mais elevados. Os restantes 10 bandos estão divididos por seis anos.

Quanto ao membro da hierarquia militar que proclama o bando, também é assimétrica a sua divisão. Dos 27 bandos, 19 foram proclamados pelo governador da praça, não obstante alguns deles surgirem por orientação superior. Os restantes 8 são proclamados por mestres de campo generais. Alguns dos governadores da praça tinha ofícios de destaque no Corte. Aparece-nos um aposentador-mor, um tenente geral da cavalaria, membros do Conselho de sua Majestade. Mas quando são paralelamente governadores da praça é com essa a função que foram colocadas na análise.

Quanto à análise a efectuar de agora em diante assumiremos o nosso universo, como 26 bandos, uma vez que um deles só é legível na sua parte inicial sendo apenas possível retirar a informação até agora utilizada.

Ao observamos os bandos sob a perspectiva de a quem se dirigem, estamos a tratar de um universo superior a 26, dado que alguns dos bandos se dirigem a diferentes grupos de pessoas, no total de 31. Destes 31 implicados, 13 referem-se a *todas as pessoas*, 9 a *soldados*, 2 a *soldados auxiliares*, 2 a *almocreves*, 1 a *capitão de cavalos*, 1 a *moleiro*, 1 a *pastor*, 1 a *mercante estrangeiro*, e 1 a *lavadeira*. Fazendo grupos mais alargados podemos perceber que 11 proclamações se dirigem a *soldados* e 6 a *profissões*. Perspectivado desta forma podemos começar a tirar algumas relações. Tendo em conta que os 13 que envolvem *todos*, também envolvem *soldados*, então já são 24 a envolver soldados. Mais de metade destes (13), para além dos soldados, são extensíveis a todos os habitantes da praça. Existe uma intenção de regulação da vida e das vivências e é o peso dos militares no total dos habitantes que leva a que o número que lhe é exclusivo seja o mais significativo. Por outro lado estes bandos são tendencialmente instrumentos de regulação para não militares e militares de baixa patente. Isso é comprovado pela existência de apenas uma proclamação envolvendo capitães. Outro aspecto interessante pode ter a ver com as necessidades de regular o abastecimento da praça, tendo em conta os 6 que se referem a *profissões*.

Por último um aspecto interessante. A presença das mulheres nestes dados. Uma das proclamações refere-se exclusivamente a elas, a que fala das lavadeiras. Outra delas que classificamos como *todos os habitantes*, excluí-as claramente, uma vez que refere “soldado infante ou de cavalo, ou homem da terra”⁵¹. Entendemos que esta particularidade deve ser explorada, o que faremos em capítulo próprio.

Chegamos então aos actos que estes bandos pretendem controlar ou eliminar. O conjunto de 26 bandos comporta em si a referência a 34 acções. Podemos agrupá-las desta forma: 9, referem-se a *bens de consumo*; 8, referem *fugir ou ausentar-se da praça*; 6, referem-se a *conflitos*, entre soldados ou envolvendo soldados; outros 6 referem-se a *danificar ou utilizar mal as estacadas*⁵²; Dois relacionam-se com *cavalgaduras*; Com apenas uma acção aparecem-nos, o *não declarar gado trazido do condado*⁵³, regulamentação ao nível dos *recebimentos de salários dos soldados*, a *cessação de hostilidades* e o *furto*.

Aqui notamos claramente numa primeira linha de preocupações - a necessidade de manutenção dos efectivos militares - quer evitando a sua deserção, quer promovendo a existência de mantimentos. Numa segunda linha de preocupações aparecem-nos a necessidade de manutenção da estrutura defensiva (nomeadamente as estacadas) e a conflitualidade interna. Depois com uma importância muito menor questões relacionadas com os animais e a sua participação na guerra e questões de pormenor ou de circunstância.

Por fim as penas a aplicar aos incumprimentos verificados. No total dos 26 bandos e 34 acções são verificadas a indicação de 41 penas. A disparidade entre este número prende-se com variáveis dentro da mesma acção (por exemplo, ser praticada por nobre ou por mulher). A pena que claramente mais se destaca é referida 16 vezes, é o “*trato de corda a braço solto*”⁵⁴. Num total de 6 referências aparece-nos a pena de *dado como perdido*, quando se tratava de bens. O *pagamento em dinheiro*, para ser aplicado na fortificação, é referido por 5 vezes. O *degredo para a praça de Noudar*, por períodos variáveis aparece-nos 4 vezes. A *prisão*, 3 vezes. As penas que nos aparecem referidas por 2 vezes são, a *morte* e a *perda de posto*. E apenas uma vez aparece-nos referido: o *degredo para fora da terra, passar a soldado pago; como sua majestade manda; como parecer a quem aplicar a pena; e o castigo*, sem especificar. Analisando estes dados temos claramente a destacar-se uma postura de introduzir correcção, sem no entanto provocar a ausência do prevaricador, o que coincide em termos de lógica com os problemas existentes aos quais as acções dos bandos tentam responder: a necessidade de manutenção do efectivo militar, mas também a existência de

⁵¹ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 40.

⁵² Conforme indica Raphael Bluteau no seu dicionário Estacada significa “paus grandes e grossos que se fincam na terra, para sustentar edificios em terra pouco sólida”. O mesmo autor indica a estacada nos fossos das fortalezas. (consultado em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico?q=estacada>, a 03/02/2022).

⁵³ Refere-se certamente ao condado de Niebla, com o qual durante alguns períodos houve posturas de não agressão mútua.

⁵⁴ Raphael Bluteau refere-se a *Tratos* como sinónimo de *Tormento* e indica a utilização de “Dar tratos de cordel para obrigar a confessar a verdade” (consultado em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico?q=tratos>, acedido a 03/02/2022). O mesmo autor indica-nos *Tormento* como “a pena corporal que se dá ao preso” (consultado em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico?q=tormento>, acedido a 03/02/2022). Da mesma forma nos indica o autor que *Tratear* é “dar tratos” (consultado em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico?q=tratear>, acedido a 03/02/2022). Também nos bandos registados (fl 40) é referido que “a pena do bando são três tratos (...)”.

conflitualidades internas. As penas relacionadas com os bens e com a necessidade de manter bens de consumo na praça, também aqui têm expressão. Outra das penas mais verificadas, o pagamento em dinheiro, com objectivo de dar resposta ao problema da manutenção das estruturas defensivas já abordado. O degredo para uma praça avançada relativamente à praça de Moura - Noudar, reforça a própria protecção a Moura e pune homens aos quais não poderia ser aplicada uma punição semelhante à dos simples soldados - falamos de oficiais e de nobres.

Esta análise objectiva dos bandos e dos seus conteúdos, indica-nos algumas linhas de orientação sobre as questões mais presentes no dia-a-dia desta praça de guerra e sobre as quais era necessário regulamentar. Como já vimos a questão da participação das mulheres parece-nos interessante e chama-nos à atenção não pelo número de vezes que estas são referidas, mas pela exclusão que delas é feita. Também as questões relacionadas com a manutenção da estrutura defensiva estão muito presentes. Para além destas, também a subsistência das tropas e dos moradores é olhada com muita atenção pelo governo da praça. Por isso também deve merecer a nossa abordagem. E por fim, mas em primeiro lugar, por saltar claramente para a frente da nossa abordagem, as vivências da praça plasmadas nas relações entre as diferentes presenças em jogo.

A construção e a manutenção das estruturas defensivas

“Cuando comenzó la guerra las defensas de las villas y ciudades portuguesas al igual que las españolas se encontraban en pésimo estado, como consecuencia del abandono durante los años de paz.”⁵⁵ As primeiras intervenções nas estruturas defensivas do termo de Moura de que há notícia, são referenciadas para o ano de 1645 para a fortificação da aldeia de Santo Aleixo⁵⁶, posto avançado do termo relativamente à fronteira com Castela. Santiago Macias e Vanessa Gaspar, apontam as primeiras obras na praça de Moura para o ano 1657, “(...) quando o conflito parecia eternizar-se e as muralhas do século XVI se mostravam ineficazes para a defesa da vila.”⁵⁷ Curiosamente estas obras iniciam-se no ano em que se inicia a proclamação de bandos, o que vai ao encontro da hipótese por nós avançada de neste período ser sentida uma necessidade de manter um maior controlo na praça pela importância que ela teria em toda a estrutura defensiva do Alentejo. Nesta altura a fortificação da praça foi entendida como fundamental o que levou a coroa a disponibilizar os seus recursos para a intervenção, uma vez que assumiu que “(...) sendo necessário derubarse algum dos templos, que apontaes, me fareis saber, para mandar escreuer aos prelados, e se buscar desde logo sitio donde se possão redificar per conta de minha fazenda”⁵⁸. Não deveria haver impedimentos ao avanço das obras de fortificação e nem as questões do foro religioso deveriam atrapalhar. Mas esta

⁵⁵ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 33.

⁵⁶ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 15.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 15.

⁵⁸ Biblioteca da Ajuda (BA), 51 – VI – 30, fl. 53. Publicado em Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 73.

questão era sensível, ainda mais numa praça de guerra e em guerra e daí o cuidado no tratamento. A preocupação com a comunicação aos eclesiásticos era acompanhada da ordem expressa de “(...) achando ser conueniente derubarenses se executara quando a ordem o pedir, e antes não.”⁵⁹

Também do lado castelhano a construção das infra-estruturas militares interferiu com a intervenção em obras de cariz religioso. Aparentemente, sem tanta preocupação, pelo menos como a manifestada pela coroa portuguesa. “Esta prioridad defensiva se nota en muchas cuestiones, sobre todo la paralización de las obras religiosas, tanto en la construcción como reparación de nuevas iglesias y ermitas.”⁶⁰

As obras devem ter avançado a um ritmo considerável. Logo no ano de 1659 já se encontrava concluída a porta de Santa Justa⁶¹ e é provável que todo o troço de muralha em que a mesma se inseria se encontrasse também concluído. Mantêm-se as notícias de obras na praça em 1662 e 1664⁶². Aliás no ano de 62 é dado um forte incremento à realização das obras. Numa carta enviada pela Rainha, regente, ao conde de Schomberg, do conselho de guerra, a mesma refere: “(...) ordeno ao Engenheiro mor desse exercito Selincourt, que se acha nesta Corte va logo desenhar esta fortificação na qual mandareis trabalhar com todo o calor possível, e reconduzir os soldados do terço que assiste de guarnição na mesma praça com deligencia, prouendo-a de mantimentos, artelharia, munições, reparos de sobrelentes, granadas, botica, e tudo mais necessário para que mando acudir com dinheiro, (...)”⁶³ Esta postura denota o que já anteriormente dissemos relativamente à passagem da praça de Moura para a primeira linha de defesa, com a perda da praça de Olivença, o que levou a coroa a ser mais generosa na atribuição de dinheiros. Como sabemos a estratégia revelou-se acertada, pois a vila de Moura nunca chegou a ter tomada neste conflito.

A situação no lado de Castela parece ter sido diferente. Nas vilas fronteiriças castelhanas “(...) las obras que se hicieron se alargaron vários años como consecuencia de la mala situación económica de concejos y vecinos.”⁶⁴ O que denuncia a atribuição aos moradores locais e às autoridades municipais da responsabilidade da construção das suas próprias defesas.

As obras em Moura, com o incremento financeiro da coroa, encontrar-se-iam já concluída em meados de 1666. É isso que denota uma petição do administrador do hospital de S. João de Deus que tem despacho a 4 de Julho de 1666 e que solicita para utilizar, na obra do hospital, umas pedras de uma torre que está a ser demolida e pede precisamente essa “licença para da dita torre tirar as pedras necessárias para os cunhais visto não terem utilidade para a defença da praça e castelo”⁶⁵.

⁵⁹ BA, 51 – VI – 30, fl. 53.

⁶⁰ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 58.

⁶¹ José Avelino da Silva e Matta, *Anais de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura, 1991, pp. 213-214.

⁶² Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 15.

⁶³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Registo de patentes*, liv. 27, fl 16v. Publicado em Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 75.

⁶⁴ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 96.

⁶⁵ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 128-128v

Todo este procedimento de construção de uma nova cintura defensiva na vila de Moura, certamente mexeu em muito com os quotidianos desta vila de fronteira. A quantidade de pessoal técnico e operário que envolve uma obra desta natureza, assim como a quantidade de recursos que foi necessário mobilizar para a sua realização veio certamente alterar rotinas, começando pela necessidade que terá existido de realojar residentes pela necessidade que houve de derrubar casas, lagares e hortas⁶⁶. Todo este processo terá tido um peso significativo uma vez só em casas, a referência à demolição das mesmas, fala em 600.⁶⁷ Estes processos em torno das novas construções nem sempre terão corrido da melhor forma. Em 1692, o capitão engenheiro Pedro Correa Rabello vê-se envolvido num processo criminal pela “(...) culpa que se lhe imputa de consentidor em o mal obrado de hum pedaço de muralha que dizem se achava falsificado em hum dos baluartes da Praça de Moura (...)”⁶⁸. Outros dos aspectos relacionados com o sistema defensivo prende-se com a manutenção das estacadas, certamente do fosso que rodeava a fortaleza, e que, como nos revelam os bandos, seriam alvo comum de ataques e má utilização.

Como vimos atrás, danificar ou utilizar de forma incorrecta as estruturas defensivas aparece-nos referido por 6 vezes nos bandos. Nestes, é comum a referência a arrancar estacas da “fortificação desta praça e das suas obras exteriores”⁶⁹. Estes bandos aparecem-nos entre 1661 e 66. Por ventura um período de maior dinâmica construtiva motivada pelo papel então assumido pela praça. A preocupação com as estacadas ia mais além e por isso a 23 de Julho de 1662, o bando mais completo sobre esta matéria é proclamado pelo governador da Praça, o Conde da Vidigueira D. Francisco Luís da Gama. O mesmo proíbe que se *devasse o estacado, se faça caminho entre as estacadas da fortificações e de suas obras, arrancar estaca, o pastoreio de gado nas muralhas e nas estacadas cobertas, e a utilização do estacado para se estender roupa*⁷⁰. Para este bando os tratos de corda foram a pena mais comum, mas também se aplicaria o degredo por 4 meses para a praça de Noudar, se a acção fosse cometida por nobre, ou no caso das lavadeiras, uma pena de dois meses de prisão. O mesmo bando alerta ainda os oficiais e os soldados da guarda para a atenção a dar à sua execução, sob pena de eles próprios caírem sob as penas do mesmo. Mais uma vez nos encontramos no período mais forte de construção das estruturas defensivas, onde claramente se pretendia cortar com utilizações abusivas das ditas estruturas. Curiosa não deixa de ser a questão da roupa, que certamente faria pouco dano às estruturas, mas que a tomada de uma posição muito séria quanto a esta matéria não poderia deixar de lado. Outra curiosidade deste bando pretende-se com o facto de nos revelar um quotidiano que, apesar de se estar em época de grande movimentação militar, o dia-a-dia dos moradores vai-se adaptando às condições locais e até os mais pequenos gestos do quotidiano convivem com as grandes obras de infra-estruturação.

⁶⁶ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 16.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 16.

⁶⁸ ANTT, *Registo da Secretaria de Guerra*, liv. 42, fl 11. Publicado em Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 77.

⁶⁹ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 120v.

⁷⁰ *Ibidem*, fl 66 v.

A venda de bens e produtos

No período de guerra, a logística para alimentação quer do exército, quer da população, poderia revelar-se algo complexa. Isto colocava uma série de problemas de resolução nem sempre fácil e que os bandos mostram. No termo de Moura, como aliás em toda a região, a economia estava assente na actividade agrícola e pecuária. E precisamente essas actividades agro-pecuárias “(...) tornaram-se o alvo preferido dos atacantes, procurando assim debilitar-se mutuamente no plano económico, condição importante para um possível enfraquecimento militar.”⁷¹ A tipologia de guerra de saque desenvolvido nesta zona da fronteira, efectuado quer por castelhanos quer por portugueses, vai ao encontro do que foi dito. Para além destes saques, a instabilidade existente após o início da guerra e que levou a que “(...) se despejaram e deixaram de cultivar duzentas e doze herdades (...)”⁷², contribuiu para o avolumar do problema de escassez de mantimentos. Isto acontece também ao nível da pecuária uma vez que “(...) tem os castelhanos furtado muitas vacas, ovelhas, bois, porcos cabras e de toda a sorte de gado que valia muitos mil cruzados.”⁷³

Os bens de consumo tinham a sua importância não só para a alimentação humana. Numa praça e numa guerra em que a “(...) a cavalaria era uma peça importante desta conflitualidade”⁷⁴, também a preocupação com a manutenção deste efectivo, era permanente. A palha e a cevada eram bens fundamentais para a manutenção da cavalaria. A falta destes bens era por vezes muito sentida e tinha consequências graves, como nos demonstra uma missiva que refere a “(...) carestia e falta de cevada, o que há sido cauza de estar esta cavallaria diminuída (...)”⁷⁵.

A importância destes bens de consumo, nomeadamente os cereais, levou a que vários bandos fossem proclamados, regulamentando procedimentos no que concerne à declaração e transacção de produtos do tipo referido. Os dois primeiros bandos aparecem no ano de 1662. O primeiro, em Julho, obriga a que toda a pessoa da vila e do termo recolha todo o trigo e cevada na praça até 15 dias após o lançamento do bando e que as quantidades sejam declaradas ao Juiz de Fora⁷⁶. Este primeiro bando é ordenado pelo governador da praça mas por ordem do Marquez de Marialva, capitão geral do exército e província do Alentejo. Isto poderá significar que a orientação seria geral para toda a província. Em abono desta hipótese de orientação mais alargada surge a pena, cuja definição é remetida para o governador, o que poderá significar uma adequação a cada praça em função das necessidades e da capacidade produtiva de cada uma delas. O segundo bando lançado no mês seguinte proíbe a venda de trigo farinha, cevada e legumes para fora da praça⁷⁷. O incumprimento deste bando é apenas punido com a perda dos produtos, sendo metade

⁷¹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 137.

⁷² ANTT, *Cortes*, mc 12, nº 9, fl 33-33v. Publicado em João Cosme, *ob. cit.*, p. 248-288.

⁷³ *Ibidem*, fl 33v-34.

⁷⁴ João Cosme, *ob. cit.*, p. 55.

⁷⁵ *Ibidem*, p. 56. Originalmente em *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo ...*, vol. II, p. 145-146.

⁷⁶ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 67.

⁷⁷ *Ibidem*, fl 68v

para quem denunciar e a outra para o “sobressalente de sua majestade”⁷⁸. Este mesmo bando é mais severo para almocreves ou moleiros que transaccionem os produtos referidos, pois estes já serão “trateados”. Mais que a venda a uma pequena escala que poderia ser feita por soldados ou moradores, este bando pretende limitar as vendas ao nível dos ofícios que a poderão fazer a uma escala maior. Alertando todos, avisa quem vive desse negócio. Esta questão, poder-se-á dizer, transversal a todo o período, a todo o espaço e a ambos os lados, como aliás, já foi referido. Já em Setembro de 1643, aquando de uma entrada dos castelhanos no termo de Barbacena, estes “(...) tomaram o trigo e farinha que os assentistas traziam (...)”⁷⁹.

Ainda outro bando relacionado com a produção de cereais, é proclamado em Maio de 1664 e anuncia que qualquer soldado “que for achado em alguma seara de trigo ou de cevada fazendo dano”⁸⁰, será “trateado”. Esta é mais uma medida que pretende prevenir a falta de cereais. O aparecimento deste bando denuncia que a deterioração das searas chegou a ser significativa. À partida nada faz antever o interesse dos soldados em destruir searas, mas conhece-se o envolvimento de soldados portugueses em saques em território nacional. Será a destruição dos mantimentos uma tentativa de acelerar o fim da guerra? É possível que nunca cheguemos a saber a intencionalidade destas acções. A importância dos cereais levava a que na época das colheitas aumentassem os ataques, uma vez que a destruição e as pilhagens eram das actividades que mais animavam os exércitos⁸¹.

Apesar da atenção dada, em termos de proclamações, aos cereais, também outros bens foram alvo de determinação. Um dos bandos, lançado já no final da guerra, em 1666, num período de actividade militar muito reduzida, proíbe a compra de carne no açougue dos estrangeiros⁸², sob pena de pagamento de 4 000 reis para quem compra e de perda de toda a carne para o mercador estrangeiro que a venda. Outro bando do mesmo ano proíbe, que soldado ou morador, corte carne em casa para vender avulso⁸³, sob pena pecuniária mais 30 dias de cadeia. Estamos perante penas de alguma severidade, pelo que poderemos pensar que existe uma intenção clara de ter mão forte sobre um volume de negócio que poderia passar à margem do sistema fiscal. Numa praça de guerra em que foi feito um grande esforço financeiro para a sua fortificação e em que as necessidades de manutenção seriam permanentes, a demanda de dinheiro seria constante. Terá sido esta componente de controlo fiscal a razão de tais bandos. Embora algumas questões de conflitualidade em torno da transacção de produtos eventualmente pouco abundantes, não possam ser descartadas de todo. Este último bando que referimos, de Julho de 66, tem outra obrigação (que é a principal) curiosa. Todo o vinho que entrar na praça de Moura terá de ser pela porta do Carmo e depois de

⁷⁸ *Ibidem*, fl 68v

⁷⁹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 47. Originalmente em Aires Varela, *Sucessos que ouve nas fronteiras d’Elvas, Olivença, Campo Maior & Ouguela o primeiro anno da Recuperação de Portugal, que começou em 1º de Dezembro de 1641 & fez fim em ultimo de Novembro de 1641*, Lisboa, Oficina de Domingos Lopes Rosa, 1642.

⁸⁰ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 95v.

⁸¹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 56.

⁸² AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 133v.

⁸³ *Ibidem*, fl 121v.

entrado na vila terá de ser declarado ao rendeiro do real de água⁸⁴. O incumprimento destas obrigações determina a perda total do vinho. Este bando determina ainda que nenhuma pessoa, morador ou soldado possa vender vinho em sua casa sem autorização. Neste bando o controlo sobre a entrada e transacção do vinho na praça é inquestionável. E pretende de tal modo ser eficaz que a porta de entrada exclusiva é junto ao castelo e a mais guardada⁸⁵. Neste processo é notória a vontade de se saber de todo o vinho existente na vila. A conflitualidade que supomos poder ter alguma relação com a venda de carne, mas sobre a qual não é possível ter certezas, torna-se muito mais provável no caso do vinho até tendo em conta as características e o tipo de produto de que se trata.

Mas não só sobre produtos alimentares se lançam os bandos. Como vimos atrás, a cavalaria era uma tropa determinante para o sucesso das ofensivas militares e logo também importante para a manutenção de uma praça. Um bando lançado mesmo na fase final do conflito, em 1667, proíbe terminantemente a venda de cavalgaduras próprias ou que estejam à guarda⁸⁶. Tanto comprador como vendedor perderão o valor dos animais, mas este último será ainda, “trateado”.

A escassez de produtos dificulta a vida neste território junto à fronteira. Desde logo porque aumenta, em alguns casos, enormemente o preço dos produtos. Em carta enviada ao Rei e datada de 1648 é referido que os abastecimentos “(...) tem grande preço em toda a parte (...)”⁸⁷. Em Moura o preço do trigo, aumentou entre 1640 e 1644. Depois baixou mas em 1647 voltou a subir. Em 1648 volta a descer. O preço do trigo volta a subir em 1651. No triénio 1653-55, volta a haver uma descida do preço. Em 1657 o trigo volta a subir. A partir de 1662-63 começa a verificar-se uma descida que se manteria até ao final da guerra⁸⁸. Também o azeite subiu entre 1640 e 1646. Entre 1647-49, esse mesmo preço veio a descer. Durante a década de 50 o preço volta a subir⁸⁹.

Como se pode antever, neste contexto de inconstância, o dia-a-dia nem sempre terá sido fácil e o recurso a soluções mais institucionais, ainda que menos comuns, terá sido, por vezes, a saída. Isso mesmo terá acontecido quando em Outubro de 1660, “(...) tentava-se a todo o custo enviar para Moura 4000 arrobas de biscoito, 30 moios de sal(...)”⁹⁰.

⁸⁴*Ibidem*, fl 121v

⁸⁵ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p.28. Esta porta tinha junto de si quatro casas para soldados, uma prisão, casa para oficial e casa para a lenha, com uma capacidade para 36 soldados. As portas de S. Francisco e Nova tinham ambas três casas, casa para oficial e casa para a lenha, com capacidade para 30 soldados. A porta de Santa Justa tinha apenas duas casas e casa de oficial, com capacidade para 24 soldados. A preponderância da dita porta ter-se-á mantido, uma vez que ainda “(...) em 15 de Maio de 1680 [no decorrer de uma crise epidémica], o governador da praça de Moura noticiava que a entrada na vila se fazia apenas por uma porta[a do Carmo](...)” (João Cosme, *ob. cit.*, p. 162).

⁸⁶AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 137.

⁸⁷ João Cosme, *ob. cit.*, p. 56. Originalmente em *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo ...*, vol. II, p. 145-146.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 166.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 172.

⁹⁰ *Ibidem*, p. 72.

O aparelho militar, as suas estruturas e a conflitualidade interna da praça

Se a passagem a praça de guerra e a assunção de uma posição estratégica, quer na defesa quer no ataque ao inimigo, se tornaram um forte elemento de alteração do quotidiano, essa alteração teve certamente a sua primeira e mais forte razão na instalação na vila de um numeroso contingente militar que era percentualmente significativo. A guarnição militar passa a ser, após a sua instalação, um corpo pelo qual passa uma elevada percentagem da conflitualidade interna da praça, pelos vários aspectos que envolvem não só a sua instalação como a sua permanência.

A guarnição

Após o início da guerra que teve, como já vimos, o primeiro confronto junto a Olivença em Junho de 1641 e após a destruição de Barrancos, inicia-se o processo de militarização da vila de Moura, então “promovida” a praça de guerra. A 11 de Julho de 1641 chegaram a Moura duas companhias com mais de 220 homens, às quais se juntaram no mesmo dia mais duas companhias vindas de Beja com voluntários⁹¹, o que podemos avaliar num número entre 450 a 500 homens. Em Dezembro de 1642, a praça de Moura, num documento que envia ao conselho de guerra, aponta as suas necessidades em soldados, e solicita 400 soldados para Moura, 100 para Safara, 120 para Santo Aleixo e 400 mosquetes.⁹² No entanto só permaneciam em Moura duas companhias⁹³. Em 1644, ano em que é arrasada a aldeia de Santo Aleixo, recomendou-se o levantamento de 2000 homens das comarcas de Beja e Campo de Ourique para melhor prover a praça de Moura⁹⁴. Também em 1646, “[p]ara diminuir as necessidades [,] foi levantada uma companhia de 57 cavalos em Moura”⁹⁵.

Em Março de 1650 e após 5 anos sem registo de ocorrências na zona de Moura, foram enviados desta praça para Olivença, 350 soldados de infantaria⁹⁶. Depois de tomada Olivença em 1657 e com a consequente promoção da praça de Moura, é provável que houvesse variação dos efectivos militares. É nesse contexto que em 1661 se estima que a praça de Moura deveria ter 2 000 soldados de infantaria e 150 cavalos⁹⁷. É também neste contexto de re-arrumação que em Julho de 1661 os terços de Moura foram para Vila Viçosa⁹⁸. Por essa altura Moura tinha apenas 600 soldados de infantaria, dos 2500 que era proposto que tivesse⁹⁹.

⁹¹ *Ibidem*, p. 33. Originalmente em BNL, *Res.*, Cod. 6687 fl 243-243v.

⁹² Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 112. Originalmente em ANTT, *Conselho de Guerra*, Consultas, mç 2g, nº 457.

⁹³ João Cosme, *ob. cit.*, p. 44.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 52.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 57.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 62.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 73.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 74.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 74.

Em Maio de 1662, na última notícia que temos sobre efectivos militares, a praça de Moura tinha quatro companhias¹⁰⁰, o que daria os 450 a 500 homens.

Nada do que é indicado nos faz crer que o número de soldados em permanência alguma vez ultrapasse os 600, não obstante que as previsões feitas apontem para números ideais 4 a 5 vezes superiores. Não significa isto que pontualmente, nomeadamente em situações de trânsito, esse número não fosse largamente ultrapassado. Quando falamos nestes números não devemos esquecer que estamos perante uma vila que, na totalidade do seu termo, teria no período inicial do conflito cerca de 6 500 moradores¹⁰¹. Os textos deixam entrever as dificuldades financeiras como responsáveis por esta limitação à colocação do número de soldados entendidos como necessários.

O alojamento e a “cura” de soldados

A chegada tão repentina e destes efectivos, colocou certamente problemas de alojamento. Os documentos demonstram que eram os moradores a arcar com o ónus de instalação dos militares. Este esforço era acusado pelos moradores. Santiago Macias e Vanessa Gaspar fazem referência aos pedidos da população de Moura em 1646 e 1654, para que fossem instalados separadamente os soldados, uma vez que a sua instalação na casa dos moradores provocava muitos prejuízos.¹⁰² Ainda mais quando essa instalação não era dividida de igual modo por todos. Um dos privilégios que eram atribuídos aos homens que exerciam alguns dos ofícios da governança local era precisamente o de estarem isentos de alojar “soldados de pé ou de cavalo”¹⁰³. Este era um esforço sentido em ambos os lados da fronteira. Também do lado de Castela “(...) una delas luchas más titânicas que mantuvieron las villas fue impedir por todos los médios el alojamiento de soldados.”¹⁰⁴ No caso espanhol, esta situação fomentou a rivalidade entre vilas, uma vez que, se uma se conseguia esquivar ao alojamento, isso sobrecarregava a vila vizinha.

Com a construção da estrutura defensiva, cujo início, como já vimos, se aponta para 1657, terão também sido construídos quartéis e apesar de não ser possível a sua localização, sabe-se da existência de dois no castelo e outros quatro, cada um deles junto a cada uma das portas da vila¹⁰⁵. Suspeitamos, no entanto, que só com a construção do edifício ainda hoje conhecido como quartéis, nos primeiros anos do século XVIII¹⁰⁶, se terá dado um importante contributo para a resolução deste problema. Contudo, “[n]os finais do século XVIII eram referenciados 111 quartéis na vila, com capacidade para 1000 a 1200

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 75.

¹⁰¹ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 45.

¹⁰² Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 27. Originalmente em ANTT, *Conselho de Guerra*, mç 6, nº 86 e mç 14, nº 86.

¹⁰³ João Cosme, *ob. cit.*, p. 20.

¹⁰⁴ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 82.

¹⁰⁵ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 28. Originalmente em Arquivo Histórico Militar (AHM), 3ª D., 9ª S., Cx 82, B 18, fl 1v.

¹⁰⁶ José Avelino da Silva e Matta, *ob. cit.*, p. 28.

soldados”¹⁰⁷. Mas a necessidade de construção de infra-estruturas militares ia para além das estruturas defensivas, propriamente ditas e dos quartéis de alojamento.

É de prever que a existência de conflitos com certa regularidade causasse um número considerável de feridos. Acresciam a isto os acontecimentos cíclicos e naturais. No ano de 1644, provavelmente durante o verão, “existiu um foco epidémico na área portuguesa a oriente do Guadiana”¹⁰⁸, que não é difícil acreditar, provocaria maior morbidade no efectivo militar pelas suas condições específicas de alimentação e principalmente de higiene e alojamento. Era “[a]os religiosos de S. João de Deus [que] cabia a actividade médico-assistencial. Pelo alvará de 30 de Maio de 1650 foram autorizados a construir um hospital, em Moura, ‘para nelle se curarem os soldados que daqui em diante adoerem na dita vila, seu termo e contornos’”¹⁰⁹ A autorização, em concreto é dada, a Gaspar de Faria de Severim padroeiro da igreja de N.ª Sr.ª da Glória, para que nela possa fundar o dito hospital.

A construção do hospital poderá ter sido demorada. Numa primeira fase terão sido utilizadas a Igreja e suas dependências, enquanto decorria a construção das infra-estruturas necessárias. Ainda em 1666, frei André do Bom Sucesso, “prior de nossa senhora da glória desta vila de Moura” e “administrador do hospital real da vila de Moura”¹¹⁰ faz uma petição porque, se “necessita os cunhais para mais segurança” “na enfermaria que de novo se fabrica no dito hospital”. Como no “castelo da dita praça está uma torre entre as demais que por não ser de utilidade se começou já a derrubar” se pede “para da dita torre tirar as pedras necessárias para os cunhais”. Para argumentação em favor de um despacho positivo, o peticionário declara que esta é uma “obra de tanta piedade e utilidade para o serviço de sua mag.de porq nela se ande curar os soldados enfermos”. O despacho foi positivo e proferido em Estremoz a 4 de Julho de 1666. Ficaria, assim, a vila de Moura servida de duas unidades hospitalares, uma para servir a população civil, outra para servir a militar. João Cosme ao referir-se aos almocreves cita trecho em que se refere serem estes oficiais que transportavam para Moura as “medicinas e remédios que costumam prover os hospitaes que nella há na Misericórdia e no convento de S. João de Deos”¹¹¹. Apesar desta construção e no contexto da perda da importante praça de Olivença em 1659, o número de soldados portugueses aumentava no teatro de guerra do Alentejo, não existindo local para os tratar¹¹².

¹⁰⁷ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 28. Originalmente em AHM, 3ª D., 9ª S., Cx 82, B 18, fl 1v.

¹⁰⁸ João Cosme, *ob. cit.*, p. 161.

¹⁰⁹ ANTT, *Chancelaria de D. João IV*, liv 20, fl 277v . Publicada em João Cosme, *ob. cit.*, p. 353.

¹¹⁰ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 128-128v.

¹¹¹ João Cosme, *ob. cit.*, p. 20. Originalmente em ANTT, *Cancelaria da Casa do Infantado*, liv 6, fl 1126.

¹¹² *Ibidem*, p. 71.

A presença de estrangeiros

Voltando ao efectivo militar presente, este teria proveniência muito diversa. Temos notícia de homens vindos da Vidigueira, Torrão e Portel nas duas companhias vindas de Beja em 1641¹¹³. Também para a província, em Outubro de 1641, há referência da vinda de cavalos da comarca de Coimbra¹¹⁴. Paralelamente a esta realidade encontramos uma outra mais expressiva, ou pelo menos mais referida, possivelmente pelas maiores diferenças – a presença de estrangeiros nos teatros de operações. Em Setembro de 1641 é referida a presença de dois coronéis ingleses¹¹⁵, em Novembro de 1644 é detectada a presença de um francês que morre em combate¹¹⁶ e em meados de 1645 é feita referência a soldados pagos holandeses que por falta de pagamento começa a ir para Castela¹¹⁷. Em Maio de 1651, em Olivença é morto por castelhanos um capitão francês¹¹⁸. Não estamos apenas na presença de simples soldados. Nestes quatro casos, dois deles referem-se a oficiais. Todas estas referências aparecem-nos no contexto do Alentejo. Esta presença estrangeira não surge apenas do lado português, também do lado castelhano há soldados estrangeiros. No final de 1654 é referida a presença de 400 soldados irlandeses em Badajoz¹¹⁹.

Em Moura também é referenciada a presença de estrangeiros. A mais notória, porque mais documentada, é a de especialistas em construção militar. Os nomes de João de Selincourt Sacquerpe que trabalhou em Moura, no forte de S. Francisco, em 1662¹²⁰, e de Pierre de Sainte Colombe, engenheiro que trabalhou nas obras de Moura e Serpa em 1658¹²¹, não deixam esconder uma origem estrangeira. Mas a tropa menos especializada também chegou. Essa presença surge logo em 1641. A 21 de novembro desse ano, “enterrou a sancta caza da mi.^a desta vila de Moura hum soldado de nação olandes de graça por ser pobre do hospital”¹²². O caso deste holandês, que não é único, deixa antever alguma confusão, pelo menos linguística, provocada pela chegada dos estrangeiros: “e não se pos aqui o nome deste diffunto por não se lhe entender a lingoa”¹²³. Muito mais tarde, no verão de 1662, desembarcam no porto de Lisboa 2000 soldados de infantaria e 700 cavalos ingleses. É intenção do governador das armas do Alentejo instalá-los em Moura, Serpa e Beja¹²⁴. Essa intenção, e no que concerne a Moura, efectivou-se imediatamente, uma vez que em Julho de 62 já esses soldados se encontravam em Moura¹²⁵. E é sobre a presença desses militares que nos “falam” os bandos.

¹¹³ *Ibidem*, p. 33. Originalmente em BNL, *Res.*, Cod. 6687, fl 243-243v.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 38.

¹¹⁵ *Ibidem*, p. 36.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 53.

¹¹⁷ *Ibidem*, p. 54.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 63.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 65.

¹²⁰ Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 15.

¹²¹ BA, 51 – V – 10, fl 132. Publicado em Santiago Macias e Vanessa Gaspar, *ob. cit.*, p. 74.

¹²² AMM, Santa Casa da Misericórdia de Moura, Assistência Social, Registo de defuntos, Lv. 7, fl 120. Agradecemos ao Dr. Octávio Patrício, responsável pelo Arquivo Municipal de Moura, a indicação.

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ João Cosme, *ob. cit.*, p. 75.

¹²⁵ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 67v.

Períodos e espaços de “não agressão”

Os 60 anos sob a mesma coroa permitiram a instalação de uma série de rotinas que até mesmo a situação de guerra declarada teve dificuldade em extinguir. Uma dessas rotinas, permitida pela abolição das fronteiras, foi a utilização de campos de cultivo e de pastoreio independentemente da sua localização em Portugal ou em Castela. As discrições dos actos ou de saque fazem-nos chegar notícia desse modelo de utilização do território e daquilo que foi feito para salvaguardar interesses mútuos. No verão de 1641, os arochenses permitiram que os moradores de Santo Aleixo reconheçam as searas que tinham semeadas em Castela¹²⁶. Este foi apenas um tipo de “acordo”, que permitiu terminar um ciclo produtivo, marcado pelo início dos conflitos e que de outro modo se saldaria em prejuízo para quem havia iniciado o processo. Este tipo de benesses existiam em ambos os lados uma vez que “[a]lgunos vecinos de poblaciones fronterizas como Santa Bárbara, Encinasola o Aroche arrendaban tierras de sembradura en Portugal; también los portugueses llevaban a cabo la misma práctica en España.”¹²⁷

Com o decorrer da guerra outro tipo de “acordos” similares se foram arranjando. Em 1649 “(...) as populações dos dois lados da raia (...), revelando sinais de cansaço da guerra, estabeleceram acordos de não agressão.”¹²⁸ É na sequência desta realidade que em Serpa se solicita que não haja entradas nas terras do condado, pela utilização que os moradores da dita vila fazem das ditas terras¹²⁹. Em finais de 1654 ainda subsiste o acordo de não agressão entre os vizinhos de Serpa e do Condado de Niebla¹³⁰.

Em Julho de 1657 o Rei ordenou que se suspendessem as pilhagens em Castela. Os castelhanos tendo conhecimento disto procederam da mesma forma¹³¹.

É na observância destas “tréguas”, que nem sempre seriam cumpridas (o que não estranha dada o tipo de guerrilha desenvolvida e as características das pessoas que formavam os exércitos), que a 6 de Abril de 1658, Agostinho de Andrade Freire, governador da praça de Moura, lança um bando em que impele “toda a pessoa que souber quem tenha tomado gado no condado, ou em soldados de pé como cavalo ou gente da terra o vá manifestar ao juiz de fora”¹³².

Em 1665, e dado a situação de novo alento em que se encontravam as tropas portuguesas, começou-se a pôr em causa o acordo com o Condado de Niebla¹³³ e a 21 de Janeiro de 1666, o conde de

¹²⁶ João Cosme, *ob. cit.*, p. 37.

¹²⁷ Félix Sancha Soria, *ob. cit.*, p. 61.

¹²⁸ João Cosme, *ob. cit.*, p. 61.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 62.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 65.

¹³¹ *Ibidem*, p. 65.

¹³² AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 43.

¹³³ João Cosme, *ob. cit.*, p. 76.

Schomberg entra por ele com regimentos de Moura, Serpa e Monsaraz¹³⁴, quebrando, oficialmente, o estabelecido.

Deserção e espionagem

O desenraizamento dos soldados e as condições em que se lutava levariam a situações de exaustão que, não será difícil de supor, seriam insustentáveis. Será esta situação a responsável pelo problema das deserções com que as hierarquias militares se viam confrontadas. Relatos dessas deserções são comuns: “O princípio do ano de 1649 continua a ser marcado por notícias sobre deserções para o campo opositor.”¹³⁵ Quando as dificuldades se agravam, aumentam o número de deserções, que são duramente castigadas¹³⁶. Também do lado do inimigo elas aconteciam. Em Julho de 1643, mercenários napolitanos ao serviço de Castela, por falta de pagamento, passam-se para o lado português¹³⁷.

Mas não eram só os soldados que desertavam, para o campo opositor ou outros locais, que preocupavam as chefias. Também aqueles que não partiam mas se relacionavam com o exército inimigo eram preocupantes. Talvez mais! Em Outubro de 1641 após o ataque a Santo Aleixo as tropas portuguesas levam presos para Moura sete barranquinhos, que ali se haviam fixado depois da destruição da sua aldeia, acusados de fornecerem informação ao inimigo¹³⁸. Na mesma altura quando chegou a Moura a informação que um grupo de castelhanos rondava a aldeia da Póvoa que se encontrava desabitada, as tropas que para lá se dirigiram encontraram nas imediações quatro homens, dois portugueses e dois castelhanos. Este facto reforçou a ideia de que alguns naturais e conhecedores da região guiavam os ataques inimigos¹³⁹.

Dada a tipologia de guerra de saque que se fazia, a informação sobre o imediato e sobre o estado defensivo das praças era devastadora quando em fuga para o inimigo, mas de valor quando recolhida. Por isso, também a prática de recolher informação esteve “institucionalizada”. Em 1661 o governador de armas do Alentejo informa que tem mandado D. Luís da Costa, governador da praça de Moura, assim com outros governadores, tomarem “(...) lingoas duas vezes na semana, alem de Guadiana(...)”¹⁴⁰. E é por isso que aos soldados envolvidos ou suspeitos de deserção ou espionagem, não eram poupados castigos. Também disso nos dão conta os bandos.

Os bandos de Moura reflectem a preocupação muito séria com estes problemas. A preocupação com o abandono ou ausência não autorizada da praça são fortemente reprimidos. O primeiro de todos os bandos é precisamente sobre esta matéria. Proclamado a 30 de Julho de 1657¹⁴¹ pelo governador da praça,

¹³⁴ *Ibidem*, p. 77.

¹³⁵ *Ibidem*, p. 61.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 61.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 47.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 37.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 38.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 74. Originalmente em *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo ...*, vol III, p. 220.

¹⁴¹ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1., fl 40.

prevê que “todo o soldado infante ou de cavalo, ou homem da terra” “que fugirem da praça” incorrerão na “pena do bando que são 3 tratos e os castigos que me parecerem que suas culpas merecerem e nos mesmos incorrerão os oficiais os homens nobres da praça e os soldados”. Este bando é lançado 2 meses após a perda de Olivença e pouco mais de um mês depois da de Mourão, com as implicações que, já vimos, esses factos tiveram para Moura. E é muito claro, todos os homens estão proibidos de fugirem de Moura, sejam eles, soldados, oficiais ou nobres. A incerteza, que era muito, terá certamente determinado esta postura e só isso justificaria, a única vez em que a oficiais e nobres se aplicaria a mesma pena que a soldados.

A 16 de Março de 1662, volta a proclamar-se sobre a matéria¹⁴². Desta vez é o mestre de campo general do exército do Alentejo, o Conde de Schomberg, que alerta aqueles que forem achados fora da praça sem licença assinada pelo seu mestre de campo, serão “trateados” e àqueles que se lançarem das muralhas e forem encontrados será aplicada a pena de morte. No mês seguinte, a 3, novamente o Conde de Schomberg se volta a referir à “facilidade com que fogem das praças os soldados auxiliares”¹⁴³. Ainda neste mês, a 11 e a 12, temos mais dois bandos proclamados pelo Marques de Marialva, capitão geral do exército e fronteiro do Alentejo, advertem que quem se ausentar da praça sem licença e for achado a meia légua, incorrerá na pena de morte¹⁴⁴. Se for soldado auxiliar a ausentar-se, passará a soldado pago¹⁴⁵.

Em 1664, a 23 de Maio, o governador da praça volta ao assunto. Todo o soldado pago ou auxiliar que se achar fora da praça a uma distância de meia légua sem licença dos seus oficiais por escrito e assinada pelo governador, será “trateado”¹⁴⁶.

Se numa primeira fase, em 57, a preocupação é com manter na praça toda a gente capaz de lutar, a partir de 62 ainda que a preocupação em controlar as deserções se mantenha, parece haver um redireccionamento para o controlo das ausências não autorizadas. O assunto é tal modo sério que a pena de morte é colocada como dissuasão. E são as únicas duas vezes que isso é feito em todos estes bandos. Do último bando parece transparecer um outro problema. Enquanto inicialmente a licença para a ausência seria apenas dada pelo mestre de campo, este último bando exige a assinatura do governador da praça. É possível que houvesse a conivência, ou pelo menos a passividade, de alguns oficiais quanto a esta matéria.

Estes bandos também demonstram de forma muito clara a actuação da disciplina militar, sempre em consonância com a gravidade do incumprimento, mas também, quase sempre, adequada ao estatuto social do prevaricador. Os incumprimentos a que os bandos tentam dar resposta também foram sentidos por João Cosme. Este autor diz-nos que “Por vezes, a actuação dos soldados portugueses não se conformava com o ‘código de ética militar’”¹⁴⁷, e por essa razão “A disciplina e a confiança militares também não foram

¹⁴² *Ibidem*, fl 58.

¹⁴³ *Ibidem*, fl 59.

¹⁴⁴ *Ibidem*, fl 60.

¹⁴⁵ *Ibidem*, fl 60v.

¹⁴⁶ *Ibidem*, fl 95v.

¹⁴⁷ João Cosme, *ob. cit.*, p. 48.

descuradas, utilizando-se por vezes o recurso a meios mais irascíveis para sanar incongruências comportamentais.”¹⁴⁸

Merece, por fim, fazer referência à aplicação da pena capital, que, ainda que referida nos bandos, não há notícia de ter sido aplicada em Moura ou no seu termo. O mesmo não aconteceu na praça de Olivença, onde há referência ao enterramento de soldados mortos: pela justiça a 17 de Novembro de 1643, dois soldados¹⁴⁹; a 20 de Setembro de 1644, um “arcabusado”¹⁵⁰; e a 5 de Fevereiro de 1648, outro por enforcamento¹⁵¹.

Conflitualidade interna

Ao abordarmos as questões da conflitualidade na praça de Moura não quisemos deixar de utilizar uma frase de João Cosme, que, a nosso ver, muito bem caracteriza a vida numa praça: “A instabilidade era uma constante do quotidiano (...)”¹⁵²

Esta conflitualidade poderia ter origens múltiplas. No decorrer deste trabalho já fomos abordando algumas delas: a má utilização das estruturas defensivas; a co-habitação entre moradores e soldados; ou a venda e transacção de produtos. Mas desde logo é importante não esquecer o que seria a composição do efectivo militar, uma vez que a estas “(...) praças, aonde de ordinário concorre tanta gente mal acostumada”¹⁵³. O prior de Safara, em 30 de Dezembro de 1650, quando faz um assento em que o pai do baptizando e o padrinho são soldados pagos, refere-se assim a este último: “tambem soldado pago gente do mundo assistentes por então neste lugar”¹⁵⁴. Estamos, assim, perante outro factor potenciador da conflitualidade, a juntar à pressão do estado de guerra e do número limitado de recursos.

Uma das primeiras notícias, relatando conflitos na praça de Moura que temos conhecimento é através da carta de perdão concedida a 17 de Outubro de 1641 a Ana Pais pelo crime de homicídio de um soldado¹⁵⁵. Tendo em conta da data da carta de perdão e que as primeiras guarnições chegaram a Moura em Julho desse mesmo ano, o crime deve ter ocorrido logo após a chegada do contingente militar. As alterações criadas pela introdução de um novo grupo na vila começam desde logo a produzir os seus confrontos.

Um importante foco de conflitualidade parece ser, desde logo, um dos pontos de relação entre a estrutura do exército e cada um dos soldados – o vencimento. Em 1645 o lugar de Santo Aleixo ainda não se encontrava fortificado porque o dinheiro destinado à obra tinha sido utilizado para pagar aos soldados¹⁵⁶.

¹⁴⁸ *Ibidem*, p. 52.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 48.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 52.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 59.

¹⁵² *Ibidem*, p. 62.

¹⁵³ *Ibidem*, p. 61. Originalmente em *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo ...*, vol II, p. 155.

¹⁵⁴ Arquivo Distrital de Beja, Paroquiais, Moura, Safara, Baptismos, lv 1, fl 7.

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 402. Indicado no quadro nº 1 – Cartas de perdão concedidas a residentes em Moura.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p. 54.

É bastante possível, diríamos até mesmo provável, que o contrário também acontecesse - quando se tornasse necessário um efectivo investimento nas obras de fortificação, o pagamento dos soldos fosse prejudicado. O bando de 21 de Janeiro de 1662¹⁵⁷ corrobora esta nossa afirmação. Estamos num período de intensa actividade construtiva e o bando, lançado pelo governador da praça, proíbe a passagem de valores de um soldado para outro, indiciando talvez negócios pecuniários instalados, e aponta como pena o castigo indicado por sua majestade. A formulação do castigo remete-nos para uma intercepção do Rei sobre esta matéria, o que por si só muito diz quanto à sua gravidade.

Outro tipo de conflitualidade relaciona-se com os pequenos desacatos. Dos 26 bandos que estamos a analisar, 6 referem-se a conflitos e estão balizados cronologicamente entre 1658 e 1664. Destes, 4 estão relacionados com interacções com soldados ingleses. A 16 de Janeiro de 58¹⁵⁸, proíbe-se a qualquer pessoa que puxe de uma espada, faca ou adaga, sob pena de 3 “tratos”. A 30 de Março de 1664¹⁵⁹, proíbe-se a qualquer soldado puxar por espada, faca ou arma de ferir, sob pena de 3 “tratos”. No caso do primeiro bando se houvesse oficiais seriam presos. O segundo é mais completo quanto à participação de oficiais, indica claramente que qualquer oficial que estando presente numa dessas situações e não “prenda os delinquentes” será degredado por 6 meses para o castelo de Noudar. Estes dois bandos, sendo o primeiro e o último, relativos às questões da conflitualidade, não são muito diferentes um do outro.

Os outros quatro bandos são relacionados com os soldados ingleses. Os primeiros dois deles foram lançados a 21 de Julho de 1662 (cremos que muito perto da chegada a esta praça desses soldados), por ordem do Conde da Torre, mestre de campo general e capitão general de cavalaria do exército do Alentejo. Proíbem a qualquer soldado ou morador a compra ou furto de casaca a soldado inglês¹⁶⁰ e que se puxe de espada ou outra arma para soldado inglês¹⁶¹. As penas para o primeiro caso são a prisão e o pagamento de 20 cruzados para as obras de fortificação, e para o segundo, 3 tratos de corda. Estes bandos são interessantes porque introduzem regras logo aquando da chegada dos estrangeiros e emanadas de cima, e com pena semelhante para caso semelhante. Mas mais curioso é a provável apetência dos portugueses pelas casacas dos ingleses, que certamente seriam diferentes e por isso cobiçadas por soldados e civis. Como curioso é que se admita o interesse dos soldados ingleses em vender as suas próprias casacas. A mão firme na proibição desta prática obriga inclusivamente à devolução da casaca mesmo depois de cumprida a pena.

Outro bando de 23 de Outubro de 1662¹⁶², volta a proibir aos soldados portugueses que se puxe de espada contra ingleses. Mas vai mais longe, proíbe as discussões com soldados ingleses e inclusivamente a intervenção dos portugueses para “apartar as brigas que eles tiverem uns com outros”, aplica a pena de 3

¹⁵⁷ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 57v.

¹⁵⁸ *Ibidem*, fl 40v.

¹⁵⁹ *Ibidem*, fl 76v.

¹⁶⁰ *Ibidem*, fl 67v.

¹⁶¹ *Ibidem*, fl 68.

¹⁶² *Ibidem*, fl 76v.

“tratos” “enquanto se não remeterem ao senhor governador das armas conforme o bando do Sr. Conde da Torre e sua culpa merecer”. Os oficiais, para além do degredo em Noudar, têm a agravante da perda de posto. Este bando que é proclamado pelo governador da praça, indicia a intenção de condicionar o relacionamento entre soldados portugueses e ingleses. Para isso recorre-se a penas inéditas.

O último bando que se refere aos ingleses pode dar resposta a esta hipótese avançada. Proclamado pelo governador da praça a 22 de Novembro de 1662¹⁶³, proíbe qualquer pessoa da praça de comprar cevada aos soldados ingleses, sob pena de “4 mil reis pagos da cadeia”. Mais uma vez uma posição forte para limitar os contactos. Esta postura indicará a permeabilidade dos ingleses à participação em negócios e nem a cevada para alimentarem a sua montada ficava de fora dos transaccionáveis.

O papel das mulheres na guerra

Como adiantámos quando descrevemos os bandos, não poderíamos terminar este trabalho sem fazer uma abordagem à intervenção feminina local no conflito. A mulher não tinha papel social claramente definido em assuntos de guerra, a não ser o de não se imiscuir nela. Como nos refere Maurice Aymard, ainda que para o contexto da sociedade francesa, “(...) a estrita divisão de tarefas e dos espaços (...) confinam a mulher ao espaço doméstico e lhes interdita o acesso aos locais ‘públicos’, onde se reúnem os homens(...)”¹⁶⁴.

Quando em Julho de 1641 constou em Moura que os castelhanos, depois de atacarem Amareleja, se deslocavam para a vila, “(...) as molheres desamparam suas cazas e se recolheram ao castelo, recolhendo o mais fato que podiam”¹⁶⁵. Era este papel passivo que se esperava das mulheres e por isso eram consideradas muito mais dispensáveis que os homens numa praça de guerra. Prova disso prende-se com a diferença de penas aplicadas para um mesmo crime. Os dois bandos que referem penas específicas para as mulheres relacionam-se com provocar danos no sistema defensivo, nomeadamente as estacadas. Enquanto uma mulher que desrespeitar o bando será “deitada para fora da terra”¹⁶⁶ ou será presa “por dois meses”¹⁶⁷, se for homem, seria “trateado” sendo de segunda condição ou cumpriria degredo em Noudar sendo nobre¹⁶⁸. Isto como dissemos, prova a dispensabilidade das mulheres que incorrendo num mesmo crime, poderiam ser afastadas ou mantidas na prisão. Os homens teriam de se manter activos por isso as penas não os impediam de combater, até mais, podiam colocá-lo numa praça de maior necessidade.

¹⁶³ *Ibidem*, fl 77.

¹⁶⁴ Maurice Aymard, “Amizade e convivialidade”, in *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*, vol. 3, Edições Afrontamento, 1990, p.484-485.

¹⁶⁵ BNL, *Res.*, Cod. 6687, fl 249-249v. Publicado em João Cosme, *ob. cit.*, pp.331-346.

¹⁶⁶ AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 57.

¹⁶⁷ *Ibidem*, fl 66v.

¹⁶⁸ *Ibidem*, fl. 66v.

Mas esta era a consideração social que era feita da mulher, porque em situação de necessidade, esta poderia não se inibir de dar um importante contributo para o desenvolvimento do ataque ou da resistência. Isso mesmo aconteceu a 7 de Outubro de 1641 no assédio ao lugar de Santo Aleixo “onde até as mulheres se viam neste assalto com tanto arrimo como se foram homens e soldados exercitados na guerra, em tudo o que podiam, tirando pedras e com fundas, levando água, chegando-se às trincheiras e animando a todos, detreminando-se a morrer com seus maridos e filhos antes que deixarem-se tomar dos castelhanos, porque de forsa [h]aviam de perder as vidas em seu poder e mulheres [h]ouve que atiraram os musquetes e as espingardas e se sobiam sobre as trincheiras e desses tiravam pedras com fundas que ofendiam nesta ocasião,”¹⁶⁹. Percebe-se que as mulheres não se remeteram apenas a um papel passivo de apoio de retaguarda, que também desempenharam, mas assumiram o papel de combatentes de primeira linha. Claro está, como podemos perceber, isto num exército mais ou menos amador composto por ordenanças. Mas não é isto que rouba valor a estas mulheres. Ainda mais que nesse período o que se diz dos combatentes é que “[t]oda gente portuguesa era bisonha (...).”¹⁷⁰

A mulher neste contexto, ainda que limitada na sua acção pelo seu papel social, demonstrou que quando era necessário e não havia tempo para invocar tais preconceitos, podia ter um papel importante no desenrolar dos ataques.

Em conclusão

As hostilidades iniciadas com a autonomização política de Portugal face à congregação de reinos concentrada pelos Filipes trazem à vila de Moura um dinamismo, uma movimentação e uma instabilidade com qual não se sabia lidar. A afluência repentina à vila de soldados combatentes e de civis em procura de protecção, obriga os moradores a terem de lidar, assumir e, também, encontrar respostas para esta nova realidade.

De ambos os lados do conflito é desenvolvida uma estratégia de guerrilha que visa debilitar o inimigo através do ataque à sua vitalidade económica. Este tipo de estratégia desempenhava, também, uma forte pressão psicológica sobre as gentes da raia. Para além destes dois efeitos, os saques efectuados poderiam também representar proveitos económicos. Do lado português não são dadas as referências sobre esses proveitos, mas do castelhano os benefícios iam até à Coroa. Poderemos ter aqui presentes dois aspectos distintos que esta realidade deixa transparecer. Por um lado, o envolvimento do reino vizinho em vários conflitos, alguns dos quais de autonomização semelhantes àquele que mantém com Portugal, fariam com que a absorção de recursos estivesse bastante afinada e a canalização dos mesmos fosse efectuada para sítios que indiciariam maior preocupação. Do lado português a historiografia omite a divisão dos saques. A

¹⁶⁹ BNL, *Res.*, Cod. 6687, fl 253. Publicado em João Cosme, *ob. cit.*, pp.331-346.

¹⁷⁰ João Cosme, *ob. cit.*, p. 32. Originalmente em BNL, *Res.*, Cod. 6687, fl 244v-245.

valorização da heroicidade em torno da conquista e manutenção da independência remetia para planos bastante inferiores a distribuição de proveitos.

O posicionamento da vila de Moura e do seu termo face ao novo inimigo valem-lhe a classificação de praça de guerra. Esta nova realidade tem implicações a vários níveis. A primeira e talvez das mais profundas prende-se com a subordinação da vila e de muitos dos aspectos do seu quotidiano à hierarquia militar então instalada. Toda a vida da praça de guerra passa a ser organizada em função da posição que esta praça detém em toda a estrutura militar da região. O governador da praça define e pune sobre uma diversidade de aspectos. Os instrumentos do poder municipal são colocados ao serviço do exercício do poder militar. A nova classificação da vila coloca-a, ainda, sob dois novos problemas: uma intensa actividade construtiva; e um aumento substancial dos efectivos humanos presentes.

Percebido que o conflito não iria ser passageiro começa-se a construção de infra-estruturas capazes de proteger a vila e os habitantes do termo e de alojar e tratar os efectivos militares. A construção de uma das estruturas é relativamente rápida. Uma obra tão vasta como cercar de novas muralhas toda uma vila leva apenas 11 anos. Já a construção do novo hospital militar ultrapassou os 16 anos. Em matéria construtiva é denotado o empenho, inclusivamente monetário, da coroa. O período construtivo terá mexido fortemente com os quotidianos começando pela necessidade de destruir para poder construir. Mas o ser humano tem uma capacidade extraordinária de habituação. O dia-a-dia acomoda-se às alterações que estão a ser introduzidas e pastorear gado pelas muralhas ou estender roupa nas estacadadas é um acto comum.

A presença humana na vila aumenta grandemente. Uns chegam para lutar outros para procurar protecção. Este efectivo de gente nova na praça é, relativamente ao total da população, percentualmente elevado. E os que já cá estão são obrigados a participar nas soluções de alojar toda esta gente nova. Chegam muitos, mas há sempre outros com vontade de partir e daí tornam-se importantes as estratégias para a manutenção de gente capaz de pelear. Esta preocupação com o número de combatentes, com o decorrer do tempo, vai-se transformando numa preocupação com a fuga de informação.

Manter mais gente na praça implica ter mais problemas. Crescem as necessidades em produtos alimentares (para homens e animais) e cresce também a conflitualidade. A hierarquia militar, que de certo modo administra a vila, precisa ter mão forte na produção, trânsito e transacção dos produtos alimentares. E precisa ter e tem, mão forte no controlo da indisciplina e da conflitualidade.

Em termos comparativos, infelizmente, não foi possível ir tão longe como seria nossa intenção inicial. Contudo, ainda foi possível detectar diferença e semelhança quer com praças portuguesas envolvidas nesta guerra, quer com o país vizinho.

Para com Castela é possível observar uma diferenciação da postura do poder central face ao investimento e à recolha fiscal nas zonas de conflito. Enquanto Portugal envia recurso para a fronteira,

Castela vem buscar recurso à fronteira. Portugal assume uma postura activa na fortificação da fronteira; Castela deixa esse aspecto entregue a cada uma das localidades.

A praça de Moura acaba por ter um protagonismo inigualável na margem esquerdo do Guadiana (só suplantada por Olivença) que lhe advém da sua localização e, quiçá, de ter o núcleo urbano mais importante e isso nota-se no papel de centralização e distribuição de recursos, nomeadamente de efectivos militares, que tem para com outras praças.

Também na aplicação da justiça militar, daquilo que é possível comparar na aplicação da pena mais grave – a de morte – existe uma grande diferença entre Moura e Olivença. O que não acontece em Moura, repete-se algumas vezes em Olivença. A vida desta praça seria certamente muito influenciada pela pressão inimiga de ter a cidade de Badajoz como vizinha, o que não se adivinha nada fácil.

E é na vivência destas realidades novas, na adaptação constante e na procura de soluções, que os mourenses vivem os seus quotidianos que não deixarão nunca de cumprir. Mas a acalmia chegada com o fim da guerra deixa uma praça que não tornará ao que era antes de 1640.

“O tratado de Paz assinado entre Portugal e Espanha, em 5 de Janeiro em Madrid e, em 13 de Fevereiro, ratificado em Lisboa, coroou este esforço de entendimento entre estes dois países ibéricos, (...) em 23 de Abril de 1668, ocorreu a entrega das praças portuguesas que ainda estavam em poder dos castelhanos.”¹⁷¹ Mais uma vez os bandos acompanham este acto. O bando de 2 de Março de 1668, proclamado pelo governador da praça, com ordens superiores, após a rectificação do tratado em Lisboa mas antes da retoma das praças ocupadas, ordena “q de dous do corrente Emdiante sesem as hostilidades da Campanha de hua eoutra parte emq¹⁰ senão declara apax. Pelo que ordeno q nenhua partida de cav.º nem de pé vá a Castella”¹⁷².

Esta guerra estava assim terminada e a nova guerra do princípio do século XVIII, de contornos semelhantes, vem encontrar uma vila mais preparada para ofensiva militar. Mas os hábitos ganhos durante 27 anos seriam mais difíceis de alterar. E até o bando que determina o fim das ofensivas, quando define a pena a aplicar em caso de incumprimento, refere, não sabemos se por lapso se deixando uma “porta aberta”, que “aquelle q o fizer será castigado violavelmen^{te}”¹⁷³

¹⁷¹ *Ibidem*, p. 78.

¹⁷² AMM, *Câmara Municipal, Alvarás e Mercês*, Liv 1, fl 141v.

¹⁷³ *Ibidem*, fl 141v.

Bibliografia

AYMARD, Maurice, (1990), “ Amizade e convivialidade”, in *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes* (Dir. ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges), vol. 3, Edições Afrontamento, pp.455-499.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da, (2001) “A praça de guerra como cenário barroco”, in *Barroco Iberoamericano. Território, Arte, Espaço y Sociedad (Actas do III Congresso Internacional)*, Sevilha, Ediciones Giralda – Universidad Pablo Olavide, pp. 1511-1527.

COSME, João, (1996), *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*, Mourão, Câmara Municipal de Mourão.

MACIAS, Santiago; GASPAR, Vanessa, (2005), *Fortificações Modernas de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

MATTA, José Avelino da Silva e, (1991), *Anais de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura.

PINHEIRO Eduardo, *Dicionário da Língua Portuguesa*, (1977), 12ª edição, Porto, Livraria Figueirinhas.

SANCHA Soria, Félix, (2008), *La Guerra de Restauración Portuguesa en la Sierra de Aroche (160-1645)*, Huelva, Disputación de Huelva.

VEIGA, Teresa, (2003), “Os quotidianos da vida na Lisboa dos séculos da modernidade”, *Revista Camões*, nº 15/16, pp. 166-178.

Fontes em linha

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino ...*, 8 volumes, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728, disponível em <https://www.bbm.usp.br/pt-br/dicionarios/vocabulario-portuguez-latino-aulico-anatomico-architectonico/>

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital de Beja, Paroquiais, Moura, Safara, Baptismos, lv. 1,

Arquivo Municipal de Moura, Câmara Municipal, Alvarás e Mercês, lv. 1.



LACANT

2022 | edição: Câmara Municipal de Moura

